A photograph of a man with dark hair and a mustache, wearing a light blue polo shirt, looking down at a small black and white dog he is holding in his hands. The background is a wooden fence and a bright, slightly overexposed outdoor setting. The text is overlaid on the top half of the image.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA BERNADETE DE CARVALHO ACCIOLY SOARES

**ESTRATÉGIAS DE RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS - PB**

João Pessoa, setembro de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA BERNADETE DE CARVALHO ACCIOLY SOARES

**ESTRATÉGIAS DE RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS - PB**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

João Pessoa, setembro de 2008.

5676e Soares, Ana Bernadete de Carvalho Accioly.

Estratégias de recriação do campesinato no município de Cabaceiras – PB. / Ana Bernadete de Carvalho Accioly Soares. – João Pessoa, 2008.

190 p. : il.

Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1.campesinato. 2.Capitalismo Agrário.3. Caprinocultura – políticas. 4. Agricultura Familiar.

UFPB/BC

CDU: 323.32 (043)

ANA BERNADETE DE CARVALHO ACCIOLY SOARES

**ESTRATÉGIAS DE RECRIAÇÃO DO CAMPESINATO NO
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS - PB**

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora:

**Professora Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Departamento de Geociências – CCEN – UFPB**

**Professora Dra. Alexandrina Luz Conceição
Departamento de Geografia – UFS**

**Professor Dr. Jonas Duarte
Departamento de História – CCHLA – UFPB**

João Pessoa, setembro de 2008.

Poema(s) da cabra

Quem já encontrou uma cabra
que tivesse ritmos domésticos?
O grosso derrame do porco,
da vaca, do sono e de tédio?

Quem encontrou cabra que fosse
animal de sociedade?
Tal o cão, o gato, o cavalo,
diletos do homem e da arte?

A cabra guarda todo o arisco,
rebelde, do animal selvagem,
viva demais que é para ser
animal dos de luxo ou pajem.

Viva demais para não ser,
quando colaboracionista,
o reduzido irredutível,
o inconformado conformista.

A cabra é o melhor instrumento
de verrumar a terra magra.
Por dentro da serra e da seca
não chega onde chega a cabra.

Se a serra é terra, a cabra é pedra.
Se a serra é pedra, é pedernal.
Sua boca é sempre mais dura
que a serra, não importa qual.



A cabra tem o dente frio,
a insolência do que mastiga.
Por isso o homem vive da cabra
mas sempre a vê como inimiga.

Por isso quem vive da cabra
e não é capaz do seu braço
desconfia sempre da cabra:
diz que tem parte com o Diabo.

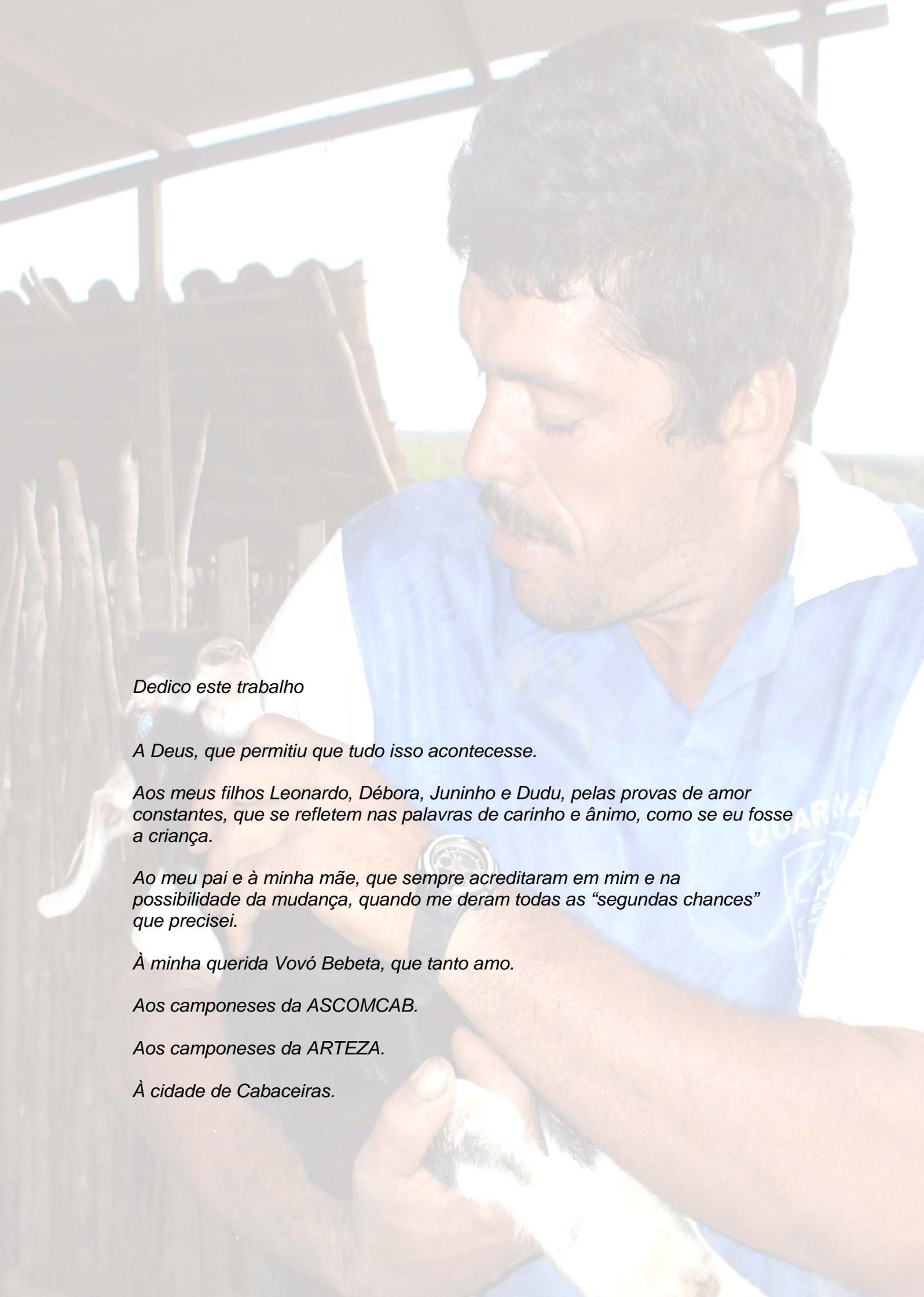
Não é pelo vício da pedra,
por preferir a pedra à folha.
É que a cabra é expulsa do verde,
trancada do lado de fora.

A cabra é trancada por dentro.
Condenada à caatinga seca.
Liberta, no vasto sem nada,
proibida, na verdura estreita.

A cabra deu ao nordestino
esse esqueleto mais de dentro:
o aço do osso, que resiste
quando o osso perde seu cimento.

João Cabral de Melo Neto
Fragmentos – Poema(s) da Cabra.



A man with dark hair and a mustache, wearing a blue polo shirt, is shown in profile, looking down at a small white and black dog he is holding in his hands. The background is a wooden structure, possibly a fence or part of a building, with a bright sky. The text is overlaid on the left side of the image.

Dedico este trabalho

A Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse.

Aos meus filhos Leonardo, Débora, Juninho e Dudu, pelas provas de amor constantes, que se refletem nas palavras de carinho e ânimo, como se eu fosse a criança.

Ao meu pai e à minha mãe, que sempre acreditaram em mim e na possibilidade da mudança, quando me deram todas as “segundas chances” que precisei.

À minha querida Vovó Bebeta, que tanto amo.

Aos camponeses da ASCOMCAB.

Aos camponeses da ARTEZA.

À cidade de Cabaceiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com sinceridade a Deus, que permitiu que eu chegasse até aqui. Sim, meu pai, Deus me ama.

Aos meus pais, José e Sônia, pela dedicação à família e pelo amor que nutrem um pelo outro, e assim, me ensinaram que nada é impossível. Há sempre mais uma porta, um caminho a seguir.

Aos meus queridos filhos, meus bebês, Leozinho, Débora, Juninho e Dudu. O nosso amor é a minha estrada.

Aos meus irmãos Júnior (*Jujuba*), Wagner (*Iaquinha*) e Liza (querida “*irbã*”). Mesmo na ausência ou presenças breves, não me deixam esquecer que o melhor da vida está na família e no amor que dedicamos uns aos outros. À Lilia (cunhadinha)... Você fez e faz a diferença em muitos momentos! Rosalba e Clóvis. Meus sobrinhos queridos, que amo tanto e sinto saudades (Netinho; Mateus, meu Bebê; Danilo, Nathália, Guilherme e Rafael).

À minha orientadora, professora e amiga, Fátima Rodrigues que, para mim, sempre foi exemplo de ética, dedicação e compromisso com a educação e com as transformações que pretendemos fazer na sociedade, a fim de torná-la mais justa. Abre mais que espaços no seu ambiente de trabalho: generosamente compartilha sua vida. Obrigada!

Às minhas amigas *novinhas* da Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira: minha querida Débora Accioly, que além de ser filha de quem muito me orgulho, foi companheira de luta por nossa moradia, alimentação... Minha herdeira nos movimentos de base (herdeira que nada... vai construir sua própria história... e que história linda vai ser!); querida Anna Karla, dedicada e amiga, sempre; Julianne (Junco), por quem nutro afeto sincero, cuja alegria foi essencial; Valéria, que com sua força e ânimo, me possibilitou reagir contra as indiferenças que o mundo, por vezes, nos presenteia. Obrigada às três pela imensa paciência que sei que tiveram. Este trabalho tem a participação de vocês. Sentirei falta para sempre dos cafés, das alegrias, dos conflitos, das gargalhadas, das fofocas, das madrugadas sem sono... Xícaras quebradas, colheres sumidas, macarronadas de domingo, doce de leite com ameixa...

Escrevemos uma história juntas e a leal memória se encarregará de nunca nos deixar esquecer-la. Amo vocês.

Às minhas velhas amigas da Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira: Mariana, cuja presença foi essencial e a ausência dolorosa; Thaís Matos... Vivemos grandes histórias e guardarei boas lembranças; Laura Kelly, no sufoco, nos atropelamos ou nos deixamos atropelar pelo tempo impiedoso e perdemos alguma coisa, mas não tudo.

Às companheiras da “Casa da Betinha”: Jaque, Gabi, Lindaci, Paulinha (me diz o que é que faço?), Lara, Suelita, Fernanda, Renata Parente, Idalina Fonseca, Miriam Brandão (lutando por seus sonhos e convicções em Cuba), Aparecida, Rita, Márcia, Daiane, Renata, Noelli, Keylla, Thalita, Roberta, Débora, Flávia, Virgínia, Edilza, Geanne Lima, Paloma, Helen, Rafaela, Juliana, Cleitiane, Rute, Raquel, Josefa, Ana Paula (107), Ana Paula (208), Ana Paula (202), Marília, Ana Lindete, Kihara, Aniely, Socorro, Luíza, Jaqueline (RN), Andréa (violinista), Auristela, Silvânia, Kaliandra, Deusia, Fafá, Julienne Laysa, Gisele, Suéllen. Cuidem bem da nossa casa e sua história.

Ao querido companheiro de jornada, Joaquim, com quem desejo compartilhar muitos dias ainda.

Aos meus queridos amigos Chicão e Bené... É diversão garantida e carinho demais pra ser esquecido. Obrigada aos dois pelos momentos juntos, pela confiança depositada e “ombros” pra chorar. Nunca esquecerei das cervejas e lixeiras, dos sorrisos e cumplicidade.

Ao meu querido amigo Carlos Soares, que sempre foi companheiro, cúmplice, embora distante.

Minha querida amiga Lourdinha, que tem o poder de ser inesquecível e de nunca falhar quando se precisa dela.

À minha querida professora Ana Madruga, que, desde a graduação, me asseverou que ética e ciência podem, sim, ocorrer juntas.

À Aline, companheira de estudos e de alguns “momentos” do cotidiano, com quem sempre contei e por quem sempre torci.

Ao Grupo de Pesquisa GESTAMP: Território, Trabalho e Cidadania e às minhas queridas Amanda, pelo sorriso fácil; Alecsandra, pela lealdade e Cláudia Simoni (Cacau), pelas velhas histórias e novas, e aquelas que, quem sabe, virão; Salomé e Arethusa (novas companheiras).

Aos meus companheiros e companheiras de trabalho do CEFET, cuja experiência e convivência têm enriquecido minha vida: Zeza, querida companheira, João Filadelfo, Alves, que tão bem me acolheu; Maria José Dantas, Professor Luis Gonzaga, Maria José Ayres, Maria Salete e Jocicleide. Aos meus alunos do 1º ano de Eletrotécnica, 1º ano de Eletrônica, 2º ano de Eletrotécnica, e aos alunos do 1º e 2º PROEJA e 3º ano Médio, meus agradecimentos sinceros pelo bem estar que me proporcionam nos nossos encontros.

Um agradecimento especial ao Sr. Zé Nilo (ou Zé Preto). Toda ingenuidade e simplicidade de camponês em palavras sinceras. Um sorriso contagiante. Pois é, Sr. Zé Preto, a chuva veio, como o senhor disse que viria. “Ô povo que não sabe de nada, esse da cidade!!!”

À ASCOMCAB, na pessoa de Henry, que foi muito gentil, solícito e paciente. Serei sempre grata pela confiança que depositou em mim e no meu trabalho.

À ARTEZA, que vem colaborando desde 2006 para que este trabalho se concretizasse. Ao caro Renato, um agradecimento especial por sua cooperação.

Ao Sr. Edvaldo, da Usina de Beneficiamento, pelas conversas ao amanhecer do dia, com os cafés e cigarros, esperando que o leite chegasse. Foram ótimas manhãs e sem sua companhia, isto não seria tão fácil.

Ao querido amigo Carlos José, secretário de agricultura do município de Cabaceiras, não somente pelas questões logísticas, mas, essencialmente, por compartilhar comigo o respeito pelos camponeses e o amor por Cabaceiras.

À Coordenação de Assistência e Promoção Estudantil – COAPE, com agradecimentos especiais à Niete, Clécia, Edna, Edna, Leninha, Verinha, Roseane, Natividade, Chacon, Valéria, Sr. José e Rosa pelas alegrias compartilhadas.

Ao Sr. Ozanildo e família, da Pousada Cariri, meu mais sincero agradecimento por ter me recebido e aos meus alunos, em outro momento, com tanta consideração e simpatia. Um agradecimento especial à Kika, por ter sido muito gentil e prestativa.

Ao Edílson (Cabaceiras) pelas viagens, pra cima e pra baixo, sempre com muita satisfação.

Ao querido Pedro (Plano Diretor de Cabaceiras), por sempre me receber com alegria.

À Lala, uma mulher forte e decidida, e suas filhas lindas.

Ao caríssimo professor João, da APLP, que sempre soube compreender meus desesperos e, na medida do possível, ajudar. Ao Pablo, da mesma forma, meu agradecimento.

À querida Alexandrina, em quem sempre confiei e tive exatamente o que esperava: justiça e coerência.

Ao querido professor Jonas Duarte, minha profunda gratidão por, de uma forma ou de outra, ter colaborado com seus princípios e amor ao Cariri, para minha formação acadêmica.

Agradeço ao professor Carlos Augusto pelas tardes de conversa, quando possíveis, pelos conselhos e às vezes, simplesmente, pela companhia.

À Residência Universitária Feminina Elizabeth Altina Teixeira, por abrigar, com luta, muitos sonhos e possibilidades. Dentro dela, um agradecimento especial a esses “meninos” e “meninas” que se dedicam ao bem estar das residentes: Socorro, Concebida, Eliane, Sr. Nelson, Sr. Arlindo, Maria José, Deusimar, Dona Penha e Dona Fátima, David, Sandro, Toni e Erivan. Obrigada por tudo!

Ao Professor Kleber, à Professora Lúcia Guerra, à Professora Yara Matos e ao Professor Rômulo Polari, que participaram do processo de construção da minha identidade enquanto residente e estudante, meu agradecimento.

Finalmente, ao Edílson, assentado da Reforma Agrária no Assentamento Serra do Monte (foto da capa), pela tarde maravilhosa passada no assentamento, o café com sua família e as alegrias no curral. Obrigada!

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura no Brasil	64
Quadro 02	Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura na Região Nordeste.	65
Quadro 03	Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura no Estado da Paraíba.	65
Quadro 04	Modalidades do PAA	115
Quadro 05	Imagens da entrega do leite de cabra na Usina de Beneficiamento de Leite em Cabaceiras e dos beneficiários do Programa do Leite no município. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.	119
Quadro 06	Evolução da população do município de Cabaceiras entre 2001 e 2007	126
Quadro 07	Evolução do IDH-M de Cabaceiras entre 1991 e 2000	127
Quadro 08	Imagens do trabalho realizado pelos jovens, que compõe as famílias dos camponeses-artesãos da ARTEZA	140
Quadro 09	Quadro da evolução do rebanho caprino e bovino de Cabaceiras.	151
Quadro 10	Quadro da evolução do rebanho caprino e bovino de Cabaceiras.	151
Quadro 11	Produção de leite de cabra por Estado/Brasil.	153
Quadro 12	Algumas imagens da cidade de Cabaceiras.	169
Quadro 13	Alguns momentos de interação e alegria durante a pesquisa.	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Nº de estabelecimentos, pessoal ocupado, área e Renda Média Bruta (RMB) por categoria da agricultura familiar.	53
------------------	--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor (1970-1985).	61
Gráfico 02	Estrutura Agrária. Crescimento do número de Estabelecimentos segundo a condição do produtor na região Nordeste entre 1970/1980 e 1980/1985.	62
Gráfico 03	Comparativo entre Trabalho Assalariado e Trabalho Familiar entre 1970 e 1985 (em milhões).	63
Gráfico 04	Estrutura Fundiária e Pessoal Ocupado	63
Gráfico 05	Relação entre oferta e demanda dos subprojetos nas comunidades rurais do Estado da Paraíba.	102
Gráfico 06	Famílias beneficiadas pela implementação de subprojetos do PCPR no Estado da Paraíba de 1998 a 2006	103
Gráfico 07	Subprojetos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006.	103
Gráfico 08	Subprojetos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006.	104
Gráfico 09	Subprojetos produtivos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006.	104
Gráfico 10	Subprojetos de infra-estrutura implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006.	105
Gráfico 11	Subprojetos sociais implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006.	106
Gráfico 12	Subprojetos solicitados em Cabaceiras entre 1998 e 2006, por convênio.	106
Gráfico 13	Subprojetos conveniados em Cabaceiras entre 1998 e 2006, por tipo.	107
Gráfico 14	Subprojetos conveniados na ASCOMCAB entre 1998 e 2006	107
Gráfico 15	Subprojetos conveniados na ASCOMCAB entre 1998 e 2006, por tipo.	108
Gráfico 16	Subprojetos conveniados na ARTEZA entre 1998 e 2006, por tipo.	108
Gráfico 17	Famílias beneficiadas na ARTEZA e na ASCOMCAB entre 1998 e 2006, por tipo.	109
Gráfico 18	Demanda e implementação de subprojetos no Estado da Paraíba, entre 1998 e 2006.	109

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 00	Edílson, assentado.	Capa
Ilustração 01	Assistência Técnica dada às Associações Comunitárias em Sapé/PB.	97
Ilustração 02	Centro de Atividades Múltiplas.	98
Ilustração 03	Usina de Beneficiamento de Frutas em Sapé/PB.	98
Ilustração 04	Caixa d'água elevada em Araruna/PB.	99
Ilustração 05	Passagem Molhada	99
Ilustração 06	ARTEZA	111
Ilustração 07	Cotidiano.	111
Ilustração 08	Usina de Beneficiamento de Leite - ASCOMCAB.	111
Ilustração 09	Ordenha.	111
Ilustração 10	Distrito de Ribeira de Cabaceiras.	111
Ilustração 11	Oficina Caseira.	111
Ilustração 12	ASCOMCAB	112
Ilustração 13	Chegada do leite de Caturité/PB.	112
Ilustração 14	Início do processo de beneficiamento do leite de cabra na Usina.	112
Ilustração 15	Leite recebido pela manhã.	112
Ilustração 16	Entrega do leite pelo criador.	112
Ilustração 17	Instrumentos de trabalho na atividade artesanal.	113
Ilustração 18	Peças de artesanato expostas e à venda na sede da ARTEZA.	113
Ilustração 19	Trabalho dos jovens na ARTEZA.	113
Ilustração 20	"Ateliê".	113
Ilustração 21	Chegada do leite na Usina.	116
Ilustração 22	Pasteurizador.	116
Ilustração 23	Recebimento do leite e primeira filtragem	116
Ilustração 24	Distribuição do leite	116
Ilustração 25	Embaladeira	116
Ilustração 26	Vista da Praça no "coração" da cidade de Cabaceiras	123
Ilustração 27	Mapa de localização do município de Cabaceiras.	125
Ilustração 28	Sr. José Nilo pegando capim de uma plantação "comprada" por ele	128
Ilustração 29	O "Campo de Alho".	130

Ilustração 30	Alho beneficiado com sal, na ARPA, em Ribeira de Cabaceiras	130
Ilustração 31	Mapa Municipal Estatístico do município de Cabaceiras	132
Ilustração 32	Curtume/ARTEZA	137
Ilustração 33	Peles secando	137
Ilustração 34	Carteiras produzidas na ARTEZA	146
Ilustração 35	Bolsas produzidas na ARTEZA	146
Ilustração 36	Quadro com apoios, anteriormente exposto na ARTEZA	150
Ilustração 37	Um dos novos "ateliers", com apoio do SEBRAE/INAC.	150
Ilustração 38	Saulo, filho do Sr. Zé Preto, pegando água na propriedade da avó.	155
Ilustração 39	Sr. Zé Preto pegando o capim que comprou.	155
Ilustração 40	Sr. Zé Preto moendo a palma e o xique-xique.	155
Ilustração 41	Sr. Zé Preto transportando a palma e o xique-xique para o preparo da ração das cabras	155
Ilustração 42	Sr. Zé Preto limpando a propriedade e descartando o "restolho".	155
Ilustração 43	Cabras se alimentando	155
Ilustração 44	Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra.	158
Ilustração 45	Pasteurizador com capacidade para pasteurizar 600 litros de leite por hora.	158
Ilustração 46	Embaladeira, com capacidade para embalar 1000 litros de leite por hora.	158
Ilustração 47	Chegada do Leite de Caturité.	160
Ilustração 48	Caminhão frigorífico alugado pela Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra de Cabaceiras.	160
Ilustração 49	Esperando o repasse do dinheiro do Programa do Leite.	162
Ilustração 50	Posto dos Correios e Telégrafos.	169
Ilustração 51	Museu Histórico-Cultural dos Cariris Paraibanos.	169
Ilustração 52	Prefeitura Municipal de Cabaceiras.	169
Ilustração 53	Restaurante Berro do Bode.	169
Ilustração 54	Memorial cinematográfico de Cabaceiras, a "roliúde nordestina".	169
Ilustração 55	Local na rua principal da cidade onde acontecem amostras de filmes e festas.	169
Ilustração 56	Antiga Cadeia Pública	170
Ilustração 57	Arraial Liu dos 8 Baixos -	170
Ilustração 58	Detalhes de uma rua em Cabaceiras.	170

Ilustração 59	Mercado Público.	170
Ilustração 60	Loja de confecções e presentes.	170
Ilustração 61	Rua 04 de Julho, a principal de Cabaceiras.	170
Ilustração 62	Cruzeiro das Missões, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	171
Ilustração 63	Pôr-do-sol em Ribeira de Cabaceiras.	171
Ilustração 64	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.	172
Ilustração 65	Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB.	172
Ilustração 66	Supermercado em Cabaceiras.	172

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR's	Agentes de Desenvolvimento Rural
ARTEZA	Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras
ASCOMCAB	Associação de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; Banco Mundial
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA	Central de Abastecimento
CIDAGRO	Centro de Informação Documental Agropecuária
CLACSO	Centro Latino Americano de Ciências Sociais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CPF Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DESER	Departamento Sindical de Estudos Rurais
DFDA's	Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FAC	Fundação de Ação Comunitária
FAMUP	Federação de Municípios Paraibanos
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIS	Monitoramento do Sistema de Informações
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NEAD	Núcleo de Estudos Rurais e Desenvolvimento Rural
OCE-PB	
ONGs	Organizações Não Governamentais
P.A.P.P.	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa Alimentação do Trabalhador
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas integradas do Nordeste
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCANOR	Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste
PRODECOR	Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais
PROHIDRO	Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMISP	Rede Internacional de Metodologias de Pesquisas de Sistemas de Produção Agrícola
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado da Paraíba
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SRA	Secretaria do Reordenamento Agrário
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Os camponeses no Brasil têm sua história marcada pela exclusão, submissão e por lutas que envolveram as populações do campo, os senhores de engenho e, até os dias atuais, os grandes proprietários de terras. Porém, no acirrado debate que ocorre na academia, alguns julgam que o camponês está em vias de extinção, que significa atraso, barbárie, tendendo a desaparecer ou ser transformado em “agricultor familiar” pelo avanço e fortalecimento do capitalismo no campo. Outros entendem a existência do camponês a partir de sua resistência, cujo cerne está na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, o que possibilita pensar o campesinato a partir de seu processo de recriação. Esta pesquisa teve o objetivo de resgatar o camponês e os significados de sua terra, trabalho e família, bem como trazer à luz as estratégias – especificamente procedentes da caprinocultura – por ele adotadas a fim de garantir sua reprodução social, sua recriação. Nesta situação colocada, analisaremos o artesanato e o beneficiamento de leite de cabra, não como exercício de pluriatividade, mas como o resgate de tradições, inventadas ou não, para atingir o objetivo de permanecer na terra e dela tirar seu sustento e de sua família, que consistem em objetivos primordiais da cultura camponesa.

RESUMEN

El campesino en el Brasil tiene suya historia marcada por la exclusión, subordinación y por las luchas que involucraron a la población del campo, los señores de los ingenios y, hasta los días actuales, los grandes propietarios de las tierras. Todavía, en el debate que ocurre en la academia, algunos juzgan que el campesino corre riesgo de extinción, que significa retraso, barbarie, tendiendo a desaparecer o ser transformado en “agricultor familiar” por el avance y fortalecimiento del capitalismo en el campo. Otros entienden la existencia del campesino a partir de su proceso de recreación. Esta pesquisa tuvo el objetivo de rescatar al campesino y los significados de su tierra, trabajo y familia, además traer a la luz las estrategias – aquí específicamente procedentes de la creación de cabrunos – por él adaptadas, con el fin de garantizar su reproducción social, su recreación. En esta situación presentada, analizaremos la artesanía en cuero de macho cabrío y el beneficiamiento del leche de la cabra, no como ejercicio de la pluriaridad de la actividad, pero como el rescate de las tradiciones, inventadas o no, para alcanzar el objetivo de permanecer en la tierra y de ella sacar su sustento y de suya familia, que consisten en objetivos primordiales de la cultura campesina

SUMÁRIO

Introdução.....	23
Capítulo 1 – Estado e campesinato: uma questão de paradigma.....	32
1.1.1 A origem do campesinato no Brasil.....	33
1.1.2 A posse no passado e no presente.....	38
1.2 Paradigmas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo.....	45
1.2.1 O Paradigma do Capitalismo Agrário e o “novo” sujeito social, o agricultor familiar.....	47
1.2.1.1 O camponês, nos moldes do Capitalismo Agrário.....	50
1.2.2 O paradigma da questão agrária: a recriação do campesinato	55
1.2.2.1 Quem é o camponês?	67
Capítulo 2 – Políticas para a caprinocultura em Cabaceiras: O Projeto Cooperar e o Programa do Leite.....	78
2.1 Banco Mundial e pobreza no campo: atuação e implicações dos financiamentos.....	79
2.2 Políticas para a caprinocultura em Cabaceiras: o PCPR como desdobramento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (P.A.P.P.).....	93

2.3 Surgimento e implementação do Projeto Cooperar: sua singularidade e áreas de atuação.....	96
2.3.1 O Cooperar em números: qualidade de vida, renda e trabalho pela implementação de subprojetos produtivos, sociais e de infra-estrutura.....	100
2.4 O Programa do Leite como uma das ações do Programa Fome Zero.....	114

Capítulo 3. Terra de trabalho, terra de morada: os significados da terra, do trabalho e da família para o camponês na perspectiva da tradição.....121

3.1 Cabaceiras: caracterização histórica, espacial e sócio-econômica.....	122
3.2 A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA.....	133
3.3 A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA: histórico e tradição do trabalho familiar.....	135
3.4 A Caprinocultura no Município de Cabaceiras.....	150
3.5 A Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB e a Usina de Beneficiamento de Leite de Cabaceiras: histórico e tradição inventada.....	156
3.5.1 O Pacto Novo Cariri: algumas considerações.....	166
Considerações Finais.....	174

Referências	178
--------------------------	-----

Anexos

Anexo A – Estatuto da ARTEZA

Anexo B – Ata de Fundação da ARTEZA

Anexo C – Ajuda Memória

Introdução

Buscamos, parafraseando Malinowsky (1976, p. 34 apud DAMATTA, 1987, p. 145), através dos olhos do camponês, transformar nosso conhecimento em sabedoria, e, com reverência e compreensão de seu modo de vida, alargar nossa visão de mundo. (Ana Bernadete Accioly, junho de 2008).

Nosso projeto, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período da seleção/2006, era inicialmente denominado de “*O Aprisionamento do Camponês na Categoria Agricultor Familiar: uma análise da recriação do Campesinato em Cabaceiras – PB*” e compreendia uma proposta de investigação sobre as políticas públicas voltadas para o campo como camisas-de-força, o que nos levaria a enfatizar a discussão em voga sobre os paradigmas que cercam a definição dessas formulações. No transcorrer do nosso estudo, percebemos que nosso objetivo terminaria por se restringir a uma discussão de cunho teórico, o que não era nosso propósito.

Assim sendo, nosso projeto, revisto e ora concluído, define-se como a análise de estratégias decorrentes da atividade caprinocultora no município de Cabaceiras, adotadas pelos camponeses a fim de garantir sua recriação. A análise proposta está alicerçada tendo como foco a implementação de duas políticas voltadas para o campo, quais sejam o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e o Programa do Leite, componente do Programa Fome Zero, muito embora não tenhamos nos esquivado de assumir claramente uma postura teórica quanto à discussão colocada anteriormente no que se refere às escolhas dos paradigmas e suas conseqüências. Portanto, nosso projeto, agora apresentado, tem por chamada o título “*Estratégias de recriação do campesinato no município de Cabaceiras – PB*”.

O tema proposto para esta pesquisa se justificou na mesma medida em que nossa inquietação se elevou sobremaneira ao perceber políticas voltadas para a agricultura familiar, ou pequena produção, sem, em momento algum, haver referência ao “camponês”, sujeito social que tem na terra sua **terra de trabalho, terra de morada, para e com a família**. O mesmo camponês, político e historicamente vinculado a terra, com sua carga simbólica, suas tradições e motivações de ordem cultural, utilizadas para resistir ao avanço e desenvolvimento

do capitalismo no campo. Percebemos ser o mesmo sujeito, embora, nas políticas, seja considerado sob uma ótica economicista e mercadológica. No depoimento de Jerônimo, assentado da Reforma Agrária, fica claro essa questão (grifo nosso):

Eu sou agricultor familiar, por que a gente trabalha sempre em regime familiar, inclusive o programa que nós trabalhamos no assentamento **requer** esse quesito, **já pede que você seja um agricultor familiar para ter direito ser assentado da reforma agrária.** (Informação Verbal)¹

Deste modo, este trabalho tem por fim resgatar o camponês e os significados de sua terra, trabalho e família, bem como trazer à luz as estratégias por ele adotadas a fim de garantir sua reprodução social. Nesta situação colocada, analisaremos o artesanato em couro de bode e o beneficiamento de leite de cabra, ambas as atividades derivadas da caprinocultura, **não como exercício de pluriatividade**, mas como o resgate de tradições, inventadas ou não, para atingir o objetivo de permanecer na terra e dela tirar seu sustento e de sua família, que consistem em objetivos primordiais da cultura e dos valores camponeses.

O estudo teve por base a análise de uma política², o Projeto Cooperar, e sua atuação em ambas as situações – Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA/PB) e Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos do Município de Cabaceiras (ASCOMCAB) –, que se transformou posteriormente em veículo para a implantação do Programa do Leite em Cabaceiras, resultando em estratégia de resistência para que o camponês, criador ou artesão, permaneça na terra e até retorne a ela.

A idéia de cooperativismo em ambas as situações deriva da mentalidade camponesa de colaboração, ajuda mútua, associação. Em vários momentos, na pesquisa de campo, ouvimos “sozinhos não conseguimos nada”, “uma andorinha sozinha não faz verão” “juntos somos fortes” ou ainda “o governo atende mais fácil quando estamos juntos”³. No depoimento a seguir, isso fica claro:

¹ Depoimento concedido por Jerônimo Sampaio de Araújo, assentado da Reforma Agrária. Pesquisa Direta, Assentamento Serra do Monte – Cabaceiras/PB. 2008.

² Nossa reflexão sobre o Estado tem como base o entendimento de que este busca manter os privilégios e os interesses das classes dominantes, que ocupam os cargos políticos, como é o caso da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

³ Depoimentos dados à pesquisadora durante o trabalho de campo em fevereiro de 2008. Cabaceiras/PB.

[...] no meu ponto de vista é o que faz o desenvolvimento, é a parte conjunta, independente de ser associação ou cooperativa, **todos trabalhem juntos em prol de alguma coisa**. É como se diz: uma andorinha sozinha não faz verão, se sair uma pessoa só atrás de uma coisa, é mais difícil de conseguir do que um grupo. Então, hoje o desenvolvimento que nós temos em cima da caprinocultura é por conta de trabalho associativista. (Informação Verbal)⁴

Os objetivos específicos consistiram em identificar as estratégias de manutenção dos valores morais e questões culturais camponesas enquanto instrumento de resistência e recriação deste grupo social; avaliar a eficácia do PCPR quanto à melhoria das condições de vida e trabalho; observar o reflexo da implementação do PCPR na paisagem agrária; identificar o grau de inserção no mercado apresentado pelo camponês a fim de observar sua relação com aquele, na busca de sua preservação e manutenção da identidade enquanto classe social.

Definimos como amostragem para este estudo os camponeses-artesãos e/ou curtidores da ARTEZA/PB, no Distrito de Ribeira de Cabaceiras e os camponeses-criadores que compõe a Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra, associados da ASCOMCAB, na sede do município de Cabaceiras, localizado na mesorregião do Cariri Paraibano. A temporalidade definida para o estudo é de 10 anos, de 1997, quando da implementação do PCPR, a 2008.

Quanto à metodologia utilizada, partimos da premissa que o pesquisador enquanto indivíduo deve, ao escolher seu objeto de estudo, seu método a ser empregado e técnicas de pesquisa equivalentes, considerar sua posição frente a esse objeto, ou seja, sua visão de mundo, sua interpretação, bem como sua existência em coletividade, pois “é em sociedade e no seu grupo que [o pesquisador] adquire sua maneira de considerar a ciência, as técnicas de que dispõe são as que neles aprende” (QUEIROZ, 1992, p. 13).

Os procedimentos qualitativos, os mesmos utilizados em nossa pesquisa, foram, durante muito tempo, considerados opostos aos quantitativos, visto que afirmavam as Ciências Exatas e Naturais que o conhecimento científico deveria utilizar tão somente fenômenos em grau de intensidade e número. Para tanto, recorria-se ao recurso dos questionários fechados, que resultavam em estatísticas. De tal modo, procurava-se um nível de abstração, eliminando a qualidade dos fenômenos, destituindo-os de predicados. A partir das primeiras décadas do século

⁴ Depoimento concedido à autora por Leonardo Saulo, Agente de Desenvolvimento Rural (ADR) e camponês-criador Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

XX, percebeu-se que as descobertas científicas sofriam influência tanto da coletividade quanto da própria qualidade do investigador. “[...] o conteúdo do seu saber estava condicionado pela sua inserção numa sociedade, e também pelas circunstâncias de tempo e espaço”. (QUEIROZ, *idem*, p. 16). Surgiu o pensamento de que as técnicas qualitativas não se desligavam das noções de tempo e espaço e de predicados conclusivos. Destarte, a qualidade poderia distinguir um fenômeno dos outros, sendo essencial em qualquer estudo.

Segundo Queiroz (*idem*), o pesquisador necessita ter claras suas posturas teóricas fundamentais – reunião de sínteses que trata de construções abstratas que apresentam os princípios gerais – e as posturas teóricas específicas – com um nível de abstração menor que as outras posturas, que se ligam a fatos concretos e que não se aplicam às Ciências Sociais como um todo. Ter claras suas posturas teóricas, fundamentais ou específicas, significa que o pesquisador deve saber se as aceita integral ou parcialmente, quais os pontos de discordância ou concordância. Isso ocorre como consequência de um amplo conhecimento nas Ciências Sociais.

Contudo, afirmar que utilizamos a pesquisa qualitativa não significa dizer que não fizemos uso da pesquisa quantitativa, pois “o conhecimento quantitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada” (QUEIROZ, 1992, p. 21). As técnicas quantitativas possibilitam o desvendar dos atributos da sociedade, mesmo que não venham a revelar as razões desta mesma sociedade se apresentar de uma forma ou de outra. Segundo Queiroz (*idem*) a pesquisa quantitativa somente narra, nada diz, nada exprime, mas possibilita a expansão das pesquisas em lugares e épocas diferentes.

Neste contexto, as investigações qualitativa e quantitativa não são consideradas aqui como contraditórias, apenas de natureza diversa. A abordagem quantitativa desvenda dados, indicadores e tendências, enquanto que a qualitativa aprofunda os fenômenos e fatos em sua complexidade.

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e “melhor”, ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise, caso deforma ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em

si não garante a compreensão em profundidade. (MINAYO, 1993, p. 247)

Para Minayo (*idem*), a realidade social é qualitativa. Os acontecimentos se apresentam como qualidades no nível do vivido absoluto e único e em nível de forma, sobretudo da linguagem. O concreto, que pode ser expresso em estatísticas e o campo dos significados, da subjetividade. Esse nível, o da subjetividade, é o objeto da abordagem qualitativa.

As técnicas, de acordo com Queiroz (1992, p. 25).

[...] são maneiras de fazer bem definidas e transmissíveis, destinadas a produzir determinados resultados considerados úteis; sua função não é diretamente explicativa; busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos, chegar a um arranjo dos dados que não existia anteriormente; acredita-se que a nova disposição dos mesmos levará a um conhecimento de significados explícitos ou latentes.

Os documentos compõem o campo de compilação de dados, independente da técnica utilizada. Apresentam-se em três formas: *escritos*, constituídos por registros de fontes variadas; *orais e iconográficos*, utilizados quando já existentes ou criados pelo pesquisador. Todos requerem rigor crítico na sua aplicação.

A palavra, segundo Minayo (1993), promulga a fala cotidiana, mediante discursos políticos, intelectuais, burocráticos ou afetividades. A fala revela condições de estrutura, valores, símbolos e normas, possuindo, concomitantemente, o poder de transmitir representações de grupos histórica, sócio-econômica e culturalmente determinados.

Optamos, na coleta de relatos orais, pela utilização das entrevistas semi-estruturadas. “Um processo acumulativo, que resulta da escuta atenta e da reflexão sobre as informações que vão sendo coletadas, e que implicam em novos questionamentos nas entrevistas subseqüentes”. (DEMARTINI, 1992, p.45). Buscamos, com essa técnica, apreender as vivências, relações estabelecidas e singularidades dos entrevistados, considerando que “a consciência coletiva só existe nas consciências individuais, embora não seja a soma dessas últimas” (GOLDMANN, 1980 *apud* MINAYO, 1993, p. 246). E ainda, “[...] se um testemunho individual é comunicado, isto não quer dizer que se considera tal indivíduo precioso em si mesmo. Essa entidade singular é tomada como amostra da continuidade de

seu grupo” (SAPIR, 1967, p. 90 *apud* MINAYO, 1993, p. 246). Para Demartini (1992) o pesquisador deve ser fiel aos relatos, mesmo quando assinala contra-sensos, elementos ocultos e dubiedades, dentre outros.

As características e depoimentos que comporão nosso trabalho, que dizem respeito à ARTEZA, são frutos de trabalho de campo realizado em 2006, por ocasião do curso na disciplina Geografia e Cultura. Ao voltarmos ao campo, em 2008, encontramos uma ARTEZA passando por dificuldades. Não gravamos as entrevistas, a pedido dos próprios entrevistados. Esta é uma das razões pelas quais nossa metodologia sofreu uma pequena mudança. Não quantificamos nossos questionários, somente os utilizamos de forma qualitativa.

No que se refere à utilização das imagens fotográficas e videográficas, seu uso consiste em outra técnica de coleta de dados que permitiu não somente enriquecer o trabalho, mas apreender a realidade objetivamente, nunca apenas como ilustração ou apoio à linguagem escrita, permitindo, contudo, alcançar a dinâmica, as visões de mundo e as particularidades do universo simbólico, cultural e ideológico dos grupos em estudo. Para a pesquisa, o uso da fotografia e da imagem se configura como “uma forma de produzir significados, pois está a todo tempo emitindo significados, intenções” (CAMPOS, 1992, p. 104).

Uma fotografia é mais simples do que a maioria das lembranças, sua amplitude é mais limitada. Contudo, com a invenção da fotografia, conseguimos um novo meio de expressão associado de maneira mais próxima com a memória que com qualquer outro. A Musa da fotografia não é uma das filhas da Memória, mas a própria Memória. A fotografia e a lembrança dependem e se opõem igualmente ao passar do tempo. Ambas estimulam e são estimuladas pela interconexão de acontecimentos. Ambas procuram momentos de revelação, pois são unicamente esses instantes que dão plena razão à sua capacidade de deter o fluxo do tempo. (BERGER, John e MOHR, Jean, 280 *apud* CAMPOS, 1992, p. 131).

Portanto, apenas a descrição da imagem não basta, mas indica um contexto cultural, um documento que revela as mentalidades e suas transformações.

Na execução de nosso projeto de pesquisa, foi utilizada uma metodologia específica, essencialmente pautada no método dialético, que garantiu os resultados esperados. A escolha do método afiançou-nos apreender as contradições existentes no espaço e as transformações resultantes da ação humana

O método dialético está assentado nos seguintes princípios⁵: o **princípio da totalidade**, que nos permite perceber a realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual só há entendimento de um aspecto, elemento, dimensão, quando relacionado ao conjunto, ou seja, ideologias, utopias, visões sociais de mundo, doutrinas sociais, concepção da prática e da teoria social, só são compreendidas quando relacionadas ao conjunto da vida social e ao conjunto histórico do momento; o **princípio da contradição**, que permite que nossa análise seja sempre de contradições internas da realidade, a exemplo das contradições entre forças e relações de produção na análise da formação social e análise das contradições entre as classes sociais; e o **princípio do historicismo**, que reafirma que não existe nada eterno, fixo ou absoluto, ou seja, tudo na vida humana e social está em transformação constante.

O trabalho de campo apresentou-se como uma importante técnica, pois, basicamente, é o modo de buscar dados novos sem interferência de outras consciências. Segundo DaMatta (1987, p. 152), é impossível observar com neutralidade científica uma paisagem humana sem se relacionar intensamente com ela, pois estaremos versando sobre fatos e pessoas que nos envolvem em seus projetos, dramas e fantasias. “Como poderei chegar a captar essa realidade social se não me coloco diante dela como um semelhante aos que dela tiram a honradez, a dignidade e o sentido da existência?” (DAMATTA, 1987, p. 153). Com o trabalho de campo pode ser realizada uma análise social, a análise da luta de classes. Segundo Kayser (s.n, p. 33), a dinâmica social se revela através dos conflitos.

Utilizamos a pesquisa qualitativa e suas técnicas, em conjunto com os dados quantitativos obtidos. A pesquisa bibliográfica consistiu na realização de um programa de leituras (artigos e livros) feito a partir de busca nas Bibliotecas – Central e Setoriais – da Universidade Federal da Paraíba, em sites da Internet, como Scielo, Revistas Eletrônicas da CAPES, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), dentre outras; pesquisa de dados sócio-econômicos nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto de Terras e Planejamento Agrícola (INTERPA), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (EMEPA), Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME) e

⁵ LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

Federação de Municípios Paraibanos (FAMUP). A pesquisa documental foi realizada na sede do Projeto Cooperar (BR 230); nos sites oficiais, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria de Agricultura Familiar (SAF); Secretaria do Reordenamento Agrário (SRA); Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário (DFDA's); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Nos trabalhos de campo fizemos uso das entrevistas semi-estruturadas junto aos dirigentes das cooperativas, do Curtume, da Usina, das lideranças comunitárias locais, bem como à Coordenação e aos técnicos do Projeto Cooperar. Nestas ocasiões utilizamos recursos eletrônicos, a exemplo de gravador e máquina digitais, câmera de vídeo, a fim de compor um banco de dados e imagens. Foram aplicados questionários junto aos camponeses e artesãos⁶.

Os trabalhos de campo foram realizados, na verdade, desde 2003, mas não na perspectiva desta pesquisa. No ano citado, acompanhamos um colega do curso de graduação à cidade de Cabaceiras, com a intenção, à princípio, de ajudá-lo. Na seqüência, aproveitamos à ida ao município para obter informações sobre a atuação do Projeto Cooperar e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que eram nossos objetos de estudo da monografia, concluída em outubro daquele mesmo ano.

Durante a realização do mestrado, realizamos três trabalhos de campo: o primeiro deles, em julho de 2006, ocorreu como parte integrante da disciplina Geografia e Cultura, ministrada pela professora e orientadora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues. Em agosto do mesmo ano, fomos novamente à Cabaceiras aplicar entrevistas semi-estruturadas junto ao diretor comercial do Curtume e ao Presidente da ARTEZA. O campo, apesar de rápido, teve efeitos esperados e foi excelentemente proveitoso. O último campo, em fevereiro deste ano, 2008. Tratou-se de trabalho mais intenso e extenso. Passamos sete dias na sede do município: entrevistando dirigentes da ASCOMCAB, da ARTEZA e do Curtume, da Prefeitura, da Secretaria de Agricultura, técnicos da EMATER, Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR's), funcionários da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra,

⁶ Os questionários da ARTEZA findaram por ser utilizados como entrevistas semi-estruturadas, dadas as condições em que a encontramos.

moradores da cidade, a exemplo do Sr. Zé de Sila, figura cativante e conhecida; aplicando questionários junto aos produtores de leite, artesãos, funcionários da Usina de Beneficiamento de Leite e beneficiários do Programa do Leite em Cabaceiras; fazendo imagens da cidade, da Usina, da Cooperativa de Artesãos, de propriedades dos camponeses diretamente ligados à nossa pesquisa. O mais interessante deste campo, possibilitado pela disponibilidade de tempo, foi acompanhar todas as atividades do Sr. Zé Nilo, conhecido como Zé Preto, um camponês-criador, juntamente com seu filho, Saulo, desde o momento de sua saída de casa, às 05h30min da manhã, até a entrega do leite na Usina. Muito solícito e gentil, nos permitiu acompanhá-lo, fazer perguntas, às quais respondia prontamente, gravar imagens em vídeo e fazer fotos de todo o processo, que envolvia buscar água na propriedade da mãe (na sua propriedade não há energia elétrica ainda e, portanto, bomba), pegar o capim (comprado devido à estiagem), limpar o curral, alimentar as cabras, fazer a ordenha e entregar o leite, tudo cercado de explicações generosas e detalhadas. Foi uma manhã magnífica, de muito aprendizado.

Capítulo 1



Estado e campesinato: uma questão de paradigma

Por avaliarmos a recriação do campesinato e abordarmos em nossa pesquisa os programas governamentais direcionados especificamente aos camponeses, muito embora nas formulações das políticas esses não sejam assim denominados, mas sim como “agricultores familiares” ou “pequenos produtores rurais”, iniciamos este trabalho pela origem do campesinato no Brasil, seus principais elementos constituidores, avançando em seguida sobre a discussão paradigmática que se faz na Academia e nos gabinetes onde são formuladas essas políticas, bem como é considerado o camponês na perspectiva de cada paradigma..

[...] Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. Karl Marx, abril de 1847. Luta de classes e luta política.

1.1 A origem do campesinato no Brasil

Os camponeses no Brasil têm sua história marcada pela exclusão, submissão e por lutas que envolveram as populações do campo, os senhores de engenho e, até os dias atuais, os grandes proprietários de terras. Reportamo-nos, aqui, às lutas primeiras, que ocorreram desde os primeiros contatos com o colonizador, a exemplo da Guerra dos Bárbaros e Quilombo dos Palmares⁷. Essas lutas têm por base, no passado e na atualidade, o combate árduo ao alcance à terra pelos camponeses, através do uso de instrumentos e sistemas restritivos que, atestadamente, foram eficazes em seu intento, como o latifúndio colonial, através da implementação das sesmarias⁸, o latifúndio feudal, mediante as atividades dos engenhos e fazendas de café, o sistema escravista de *plantation*, com a produção monocultora e, por fim, a Lei de Terras de 1850. Essas tentativas tinham duplo objetivo: manter o latifúndio e garantir a mão-de-obra para as fazendas e engenhos.

Nesse contexto, Martins (1996, p. 59) afirma que a Lei de Terras e posteriores legislações,

[...] codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho.

⁷ A Guerra dos Bárbaros tratou de revolta dos índios do sertão do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, destruindo fazendas ocupadas pela pecuária colonial. Privadas de sua área de caça, ocupada pela pecuária, as tribos passaram a caçar os animais criados, como bovinos e caprinos. Esta luta durou aproximadamente 41 anos. O Quilombo dos Palmares, por sua vez, durou quase cem anos e dominou áreas de Pernambuco e Alagoas. Tratou-se de espaços para onde fugiam negros ansiosos por liberdade. Palmares foi vencido por uma expedição chefiada por Domingos Jorge Velho. Para saber mais, ver ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Princípios).

⁸ As concessões de sesmarias se faziam a homens que nunca poderiam apoderar-se de grandes dimensões de terra, porém ávidos por isso. Lima (2002, p. 42) os define como “candidatos ao latifúndio”. Passa de distribuição realizada em função da agricultura, para “uma verdadeira doação de domínios régios, a que só a generosidade dos doadores serve de regra” (idem).

A Lei de Terras, segundo o autor (idem, 1981, p. 43) transforma o espaço.

O espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. [...] as modificações no sistema fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.

Ou seja, desaparecendo os cativeiros, manter-se-iam as condições de sujeição do trabalho.

Segundo Guimarães (1989)⁹, a gestação da classe camponesa no Brasil partiu da espoliação que culminou na incorporação dos agregados, trabalhadores livres e miseráveis, pelos engenhos de açúcar. Esses trabalhadores, brancos, mestiços e quase escravos, eram desprovidos dos meios de produção, de importância relativa na estrutura produtiva, mantidos em situação precária tão somente como mão-de-obra.

Os agregados¹⁰ resistiram quanto puderam ao processo de espoliação através: a) do fabrico de aguardente e farinha em engenhocas – mas a produção de aguardente foi proibida com a finalidade, como sempre, de manter mão-de-obra para os engenhos reais; b) da venda das roças aos fabricantes de açúcar – os donos dos engenhos formavam cartéis na fixação de preços das matérias-primas. Não tendo como resistir, ficaram submetidos aos ditames do senhor de engenho: endividados, culminaram por vender o que restou de suas terras ou vivendo circunstancialmente como agregados, quando interessasse a esses senhores. Esta narrativa compõe-se de fatos ocorridos no Nordeste açucareiro que se repetiram no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, as engenhocas não eram apenas de aguardente, mas também de açúcar, o que fez com que fossem igualmente perseguidos.

Portanto, para Guimarães (1989, p. 109), não se pode negar o

[...] papel dinâmico da luta de classes, substituindo a secular evolução desse processo criador, que culminou com a institucionalização da pequena propriedade no alvorecer do séc. XIX, por uma coleção de decretos de suas Majestades Imperiais.

⁹ Utilizamos Guimarães (1989) apenas para historiar o surgimento da classe camponesa, apesar do mesmo conceituar o campesinato em contraposição ao feudalismo e não ao capitalismo, o que perpassa toda a discussão em nosso trabalho, mediante a reflexão baseada em Martins, Oliveira, Moreira e Fernandes.

¹⁰ Moradores.

Em nenhum momento da história brasileira se fez ausente o antagonismo entre a classe latifundiária e a classe camponesa. A dominação do capital no campo, viabilizada por políticas e programas agrícolas implementados historicamente pelo Estado brasileiro, culmina, segundo Moreira (1997, p. 295, grifo nosso),

[...] na exploração da agricultura de modo capitalista em grandes unidades de produção. O resultado disso é a expulsão/expropriação maciça do produtor direto. [...] A ele [ao processo de expropriação] parcela significativa da população rural reage, dando origem aos conflitos agrários. O conflito surge como forma de resistência do camponês à sua expropriação.

Neste contexto, o conflito de terra é, para Moreira (*idem*, p. 296),

[...] fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção.

Na análise que faz desse aspecto das lutas camponesas, na atualidade, corrobora Fernandes (2005, p. 26) as afirmativas anteriores, ao utilizar o conceito de conflitualidade:

Um conflito por terra é o confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser 'esmagado' ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

No intervalo entre o fim do regime das sesmarias e a promulgação da Lei de Terras, em 1850, a ocupação de terras foi possível aos homens pobres e livres. "Desta data [1822] até a promulgação da Lei de Terras, a posse se constituiu na única forma de obtenção de uma parcela de terras, constituindo a fase áurea do posseiro no Brasil" (CHRISTILLINO, 2006, p. 01, grifo nosso). Esta ocupação se deu às margens do latifúndio. Assim, "a ocupação do território brasileiro refletiu sempre a

política da aristocracia rural, coerente com seu espírito de casta e seus interesses de domínio” (GUIMARÃES, 1989, p. 110).

As teses de Wakefield da Colonização Sistemática¹¹, empregadas posteriormente na elaboração da Lei de Terras (1850), quando a terra já se configurava como mercadoria, tinham como premissa que as terras virgens não fossem colocadas ao alcance das populações pobres por preços baixos, a elas acessíveis, pois elas deveriam servir como trabalhadores nos latifúndios e não produtores independentes. Uma crítica faz-se presente nos escritos de Marx, (1996, p. 390-391, grifo do autor) a esses critérios da colonização sistemática:

Mas como curar o câncer anticapitalista das colônias? Se se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. O fundo, que flui da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o trabalhador assalariado, portanto esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e procura, deveria ser usado pelo governo, por outro lado, para importar, na mesma proporção em que ele cresce, pobres-diabos da Europa para as colônias e, desse modo, manter abastecido para o senhor capitalista seu mercado de trabalho assalariado. Nessas circunstâncias, *tout sera pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*. Esse é o grande segredo da “**colonização sistemática**”.

A Lei de Terras n.º 601/1850 surge como efeito e circunstância inerente à lógica capitalista e foi a primeira tentativa do Estado de legitimar a propriedade privada das terras no Brasil, definindo novos critérios de acesso e aquisição da propriedade de terras públicas e/ou devolutas. Proibindo o acesso livre à terra, exigiu a compra ou a concessão do Estado. O objetivo principal desta Lei foi garantir, através do latifúndio, a propriedade dos meios de produção. Consequentemente garantiriam mão-de-obra barata para esta mesma propriedade

¹¹A colonização sistemática consistia em estabelecer um preço artificial para a terra, ou seja, um preço determinado sem considerar critérios da oferta e procura, com a finalidade de dificultar o acesso das camadas pobres à terra, aumentando, assim, a fatura de mão-de-obra para os grandes proprietários (RIBEIRO, 2006).

latifundiária. Os meios jurídicos, para tanto, foram o preço alto das terras e a concessão de terras a colonos, trazidos do exterior.

Complementando o mecanismo de dificultar o acesso à propriedade agrária, a Lei imperial tratou da colonização, indo buscar subsídios nos postulados teóricos do inglês E.G. Wakefield. Trata-se do que se denominou “colonização sistemática” de Wakefield, que consistia em estabelecer um preço artificial para a terra, ou seja, um preço determinado sem levar em consideração os critérios da oferta e procura, próprios para a fixação de preços no mercado. Desta forma, com a finalidade de dificultar o acesso à terra pelas camadas mais pobres, objetivando, em última instância, a fatura de mão-de-obra para os grandes proprietários.(RIBEIRO, 2006, p. 9).

Para CHRISTILLINO (2006, p. 02) “a preocupação central [...] era a criação de um mercado de trabalho nas áreas coloniais onde havia a abundância de terras. [...] A Lei seria fruto de uma direção política que caminhava em prol da consolidação do capitalismo”.

Com a aristocracia e nobreza rurais não havia venda de terras – a terra não era mercadoria, mas concessão, ou seja, terra-privilégio, representado este fato no regime de sesmarias. Com a promulgação da Lei de Terras, a **terra-privilégio** transformou-se em **terra-mercadoria**.

[...] aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de se esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário. (Consulta do Conselho de Estado sobre assuntos da competência do Ministro do Império, coligidas e publicadas por ordem de Joaquim José da Costa Medeiros e Albuquerque, Rio de Janeiro, 1888, págs. 71 e seguintes). (LIMA *apud* GUIMARÃES, 1989, p. 112).

Para Martins (1996), a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre deve ser compreendida como fenômeno recente e como aquele que dá subsídios para a compreensão da realidade social trabalhadores brasileiros hoje. O autor (*idem*, p. 118) afirma que a vinda dos imigrantes estrangeiros trazidos foi uma estratégia e está

[...] diretamente relacionada com a substituição dos escravos e a preservação da economia colonial contra qualquer tipo de transformação que pudesse ser produzida pelo desaparecimento do regime do trabalho escravo. Ou seja, o processo foi conduzido de

modo a garantir a reprodução da economia voltada para a produção de artigos tropicais destinados aos mercados metropolitanos.

Todo o processo de colonização brasileira foi baseado no binômio grande propriedade mercantil e trabalho subordinado ao grande proprietário de terra.

Para Andrade (1989), a formação do campesinato brasileiro se deu de forma vagarosa e constante, a partir do início da colonização. Este campesinato, no entender do autor (*idem*, p. 15), se trata de “grupo de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas alimentícias para o próprio sustento”. Os colonos que não tinham desenvolvido grandes explorações tornaram-se proprietários de pequenas propriedades. A estes veio juntar-se, com o crescimento populacional, os expropriados pobres, brancos, mestiços. Essa parcela da população situava-se às margens do latifúndio. Surgem, após a libertação dos escravos, os quais se juntaram a essa massa de trabalhadores livres e pobres, novas relações de trabalho, sempre de extração de renda dos camponeses, através do pagamento em dinheiro, produto ou dias de trabalho, em troca do direito a cultivar a terra. Segundo o autor (*idem*, p. 17),

O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários.

Com a implantação das usinas e o aumento da produção, disseminou-se o trabalho assalariado. Expropriados da terra e dos instrumentos de produção, passaram a vender apenas o que lhes restava, a força de trabalho.

1.1.1 A posse no passado e no presente

Por ser a posse uma das mais importantes formas de resistência do campesinato, senão a mais importante, a partir de agora passamos a avaliá-la no contexto do surgimento da pequena propriedade, bem como na atualidade, como

estratégia de manutenção do campesinato, de enfrentamento à condição lógica do capital, pois “a ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa”. (FERNANDES, 2005, p. 07).

Para Martins (1991), o precursor do debate sobre a recriação do campesinato, esta questão tem como singularidade o antagonismo entre **terra de trabalho** e **terra de negócio**:

Quando **o capital se apropria da terra**, esta se transforma em **terra de negócio**, em terra de exploração do trabalho alheio; quando **o trabalhador se apossa da terra**, ela se transforma em **terra de trabalho**. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. (MARTINS, 1991, p. 55, grifo nosso)

A expropriação, neste sentido, aparece como geradora da resistência que, segundo o autor (*idem*), é um fato político. As mudanças econômicas sociais e institucionais que ocorrem pela expansão do capitalismo, não destroem a classe camponesa, mas passam a determiná-la por premissas da sociedade capitalista¹². Corroboram com esta discussão outros teóricos, a exemplo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Marta Inês Marques.

Muito mais que o colono, o imigrante estrangeiro, o camponês posseiro ou intruso é aquele que “enfrenta, primeiro, o poder latifundiário, desde tempos mais recuados, quando nenhuma Lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara” (GUIMARÃES, 1989, p. 113).

A posse, forma de apropriação da terra divergente da lógica mercantilista de compra e venda, é definida por Guimarães (1989, p.113) como a “arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra”, o que podemos observar igualmente na afirmação de Fernandes (2004), em que o

¹²MARTINS (1980).

arrendamento, a compra e a ocupação da terra são as três formas de recriação do campesinato. A ocupação de terras evidencia a contestação do campesinato à ordem social que beneficia os interesses latifundiários em torno da propriedade da terra como mercadoria¹³. O camponês, na terra, não produz apenas mercadorias, mas cria e recria a sua existência social e cultural.

Para Oliveira (1991, p. 107), a posse é uma das formas de propriedade não-capitalista da terra. Juntamente com a propriedade tribal comunitária, “[...] instauram a subversão da propriedade capitalista. Formas de propriedade que distinguem fundamentalmente a terra de trabalho da terra de exploração; distinguem a terra para trabalhar da terra para explorar o trabalho alheio”.

Essa é, para Oliveira (*idem*, p. 115), a razão das tentativas de aniquilamento dessa forma de propriedade pelo Estado e pelas classes dominantes e se constitui como “um verdadeiro movimento dialético de criação, destruição e recriação”. Segundo o autor (2001), o camponês, por vezes, faz referência à terra enquanto dom, que, articulada com a idéia de direito, faz dela lugar de moradia e de trabalho. Neste contexto, a posse configura a terra como o lugar da morada e do cultivo e somente o trabalho familiar legitima esse direito.

Historicamente, os posseiros, juntamente com os homens pobres livres, se constituem como os precursores da propriedade camponesa. A princípio, as ocupações se davam nas terras de ninguém, entre as sesmarias, posteriormente nas sesmarias abandonadas e nas improdutivas, posteriormente nas terras devolutas e, por fim, nas áreas internas dos latifúndios semi-explorados.

A posse, de ocorrência repetida, fortaleceu os camponeses, mesmo que não se possa ignorar que a posse também serviu para a constituição de vários latifúndios. O que diferencia os processos de formação das pequenas e grandes propriedades, nesse caso, é que havia várias possibilidades até sua formação, o que não existia para a propriedade camponesa, a não ser a posse.

De acordo com LIMA (2002, p. 51), “a sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência da providência administrativa sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente firmada pela ocupação”.

¹³MOURA (1986).

Para Franco (1997, p.14) trata-se de homens livres e pobres que permaneceram à parte da produção para o mercado – já que a agricultura mercantil estava baseada na escravidão –, mas localizados na estrutura social, com destino definido.

[...] uma formação *sui generis* de homens livres expropriados, que não foram integrados à produção mercantil. [...] Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos – possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição [...]. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade.

No começo do século XVIII, teve início uma crise na agricultura de subsistência, causada pelo aumento da demanda do mercado interno, fruto do crescimento populacional, um processo de aniquilamento da grande e pequena lavoura, agravada pelo surto minerador, para onde seguiram os escravos, trabalhadores livres e ociosos de campos e vilas. Nas proximidades das zonas mineradoras, quando ocorreu o intenso povoamento, foram implantadas lavouras de subsistência, criatórios e comercialização de artigos de consumo. Houve um aumento na procura por gêneros alimentícios e a escassez desses aumenta os preços das mercadorias.

Em 1780, as populações instáveis retornaram às lavouras, em um processo de reflorescimento agrícola. A fase era favorável, portanto, para os produtos coloniais no mercado mundial, frente à suposta neutralidade de Portugal nos conflitos internacionais: a desorganização da indústria açucareira nas Antilhas devido aos conflitos nas colônias francesas e inglesas; o surgimento de um novo produto – o algodão – cuja procura é influenciada pela descoberta do fuso e do tear mecânico e progressos nas manufaturas de tecido na Inglaterra. Porém, outros fatores devem ser considerados nesse período, embora contrários à fase favorável,

que são a oposição do monopólio da terra, as relações de produção atrasadas e o caráter privilegiador da propriedade agrária.

O renascimento da agricultura dependia de uma ruptura. Alguns fatores internos davam significado a essa ruptura, quais sejam: a redivisão do trabalho, como conseqüência da mineração; a diversificação das atividades econômicas; o surgimento de outros centros de produção e consumo e o crescimento do consumo de carnes e grãos e, conseqüentemente, o desenvolvimento necessário da criação de gado e da cultura de subsistência.

Os homens pobres livres, aqueles denominados de “ociosos”, “vadios”, de forma infiel, constituíram “importante instrumento de pressão e de combate contra o outrora inviolável direito latifundiário de propriedade” (GUIMARÃES, 1989, p. 117). Esses importantes agentes se configuram, na segunda metade do século XVIII e século XIX, como sujeitos audaciosos que em muito contribuíram para o surgimento e manutenção da pequena propriedade.

Originados no Estado da Paraíba, na segunda metade do século XIX, alguns movimentos surgiram como exemplo dessa audácia popular: o Movimento **Ronco da Abelha** ou **Guerra dos Marimbondos**, ocorrido na Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, que consistiu em movimentos armados contra decretos (Censo Geral do Império e Registro Civil de Nascimentos e Óbitos, que para os revoltosos possibilitaria reduzir a escravidão às pessoas negras)¹⁴; instituídos pelo governo imperial, em 1951/1952; a **Revolta dos Quebra-Quilos**, que teve como elemento motivador a cobrança de taxas e juros sobre produtos básicos negociados nas feiras livres e mercados pela população. Teve a participação das províncias Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, em 1874/1875.

No dias atuais, vivenciamos a luta política pela terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – o MST – com a mesma função, a de recriar o campesinato. Para Fernandes (2005, p. 04), trata-se da Questão Agrária, que “[...] nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é o resultado de fatores políticos e econômicos”.

¹⁴Para saber mais: OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do estado Nacional, 1851-1852. In: **Revista Eletrônica Almanack Braziliense**. Nº 1, mai 2005. Disponível em <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_informe_4.pdf>. Acesso em maio de 2008.

As ondas sucessivas de ocupações, como dito anteriormente, desafiaram as oligarquias, multiplicaram as posses e deram novas e largas dimensões à nova classe camponesa. À época do avanço da produção cafeeira verificou-se a diminuição na evolução da pequena propriedade. Em alguns casos, a transformação de posseiros em latifundiários. Mesmo encerrado o sistema de sesmarias, em 1822, ocorrem as ocupações de terras públicas que se transformariam ou em grandes latifúndios ou pequenas propriedades, o que intensifica os conflitos entre as classes, latifundiária e camponesa. No Nordeste, o latifúndio colonial, feudal e escravista havia lançado as mais profundas raízes do território brasileiro. Para Andrade (1998, p. 234), o “o modelo econômico brasileiro, feito visando desenvolver o capitalismo e destruir os modos de produção pré-capitalistas que ocorriam no campo, como modelos de produção dependentes, levaria a situação agrária a um agravamento [...]”.

A procura por gêneros alimentícios de subsistência, demanda do mercado interno e do ciclo minerador e a intensificação do comércio mundial de produtos agrícolas determinaram a necessidade da ampliação da fronteira agrícola.

A partir de 1830, a grande lavoura entrou em crise novamente, considerando a concorrência norte-americana com o algodão; quanto ao açúcar, a volta da concorrência Antilhana e com a beterraba; causas estruturais, pela presença da família real, como altos impostos sobre exportação e importação, sobre vendas internas, sobre heranças e sobre bens de raiz.

Quando a família real retornou a Portugal, em 1821, levou todos os recursos em ouro e bens que conseguiu juntar. Assim, os anos seguintes são de dificuldades econômicas e financeiras, de

[...] fermentações políticas e de inquietações populares que se traduziam na explosão de sérios movimentos de revolta em várias províncias, indicativos da presença de novas forças sociais na Colônia e, sobretudo da surgente classe média urbana. (GUIMARÃES, 1989, p.123).

A força política e econômica passa dos senhores de engenho aos fazendeiros de café, entre 1820 e 1840. Nesta fase, houve a ruptura na aristocracia dominante, separando os brasileiros e reinóis, bem como os senhores de engenho e os fazendeiros de café.

Frente à fragmentação das classes dominantes, o valor do ouro e do café declinando e o algodão desaparecendo, ocorreu uma abertura de passagem consentida à instituição e ao desenvolvimento da propriedade camponesa no território brasileiro. A pequena propriedade, que somente se constituía por intermédio de pressão, posse e violência, vive uma nova fase, não tão pacífica, mas amparada por lei.

A colonização estrangeira estabeleceu uma nova forma de ingresso na terra pelo cultivador. Seu papel foi essencial para a formação da pequena propriedade, pois instituiu novas relações de trabalho, a exemplo da parceria, da remuneração por tarefa, dos contratos de formação dos cafezais e, finalmente, a possibilidade de aquisição de pequenos lotes de terra por brasileiros e estrangeiros privados de recursos. Contribuíram para essa possibilidade o esgotamento dos solos das fazendas, a industrialização, que levou para o Oeste o fazendeiro em busca de outras terras, com o temporário e aparente enfraquecimento do latifúndio.

Guimarães (1989, p. 151) esclarece que tipo de cultivador teve acesso às terras loteadas, os pequenos fragmentos dos latifúndios decorrentes da crise de 1929. Eram eles chefes de família, carentes de recursos para a compra da propriedade e para a compra dos instrumentos de trabalho, trabalhadores familiares, sem recursos para pagamentos de diaristas. As terras eram de dimensões limitadas.

A pequena propriedade é um produto da luta de classes, travada sempre em desigualdade de condições, entre os camponeses sem terra e a classe latifundiária. [...] O instrumento decisivo da vitória dos sem-terra sobre o privilegiado sistema latifundiário foi a *posse*, a ocupação extra-legal do território conquistado na dura e continuada batalha contra os seus seculares monopolizadores.

Na atualidade, embora vinculados ao mercado como simples produtores de mercadorias, os posseiros participam do processo de ocupação territorial, mediante seu deslocamento e conseqüente expansão sobre os territórios. Este é um dos movimentos no que se refere à posse que Oliveira (1991) denomina de frente de expansão. O outro movimento, 'frente pioneira', se configura como a forma capitalista de ocupação do território, através das fazendas, comércios, ferrovias, vinculada às classes dominantes. A superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão gera o conflito, pois sua condição é de expropriação. A posse deve ser compreendida, acima de tudo, "[...] como a negação da propriedade, como uma das

contradições da propriedade privada, como a manifestação subversiva do direito à terra que nasce dentro do próprio ventre da propriedade capitalista.” (MARTINS, 1980, p. 79).

A posse, apesar de nunca ter sido reconhecida e aceita legitimamente, se consoma como propriedade efetiva para setores do campesinato, mas vigora, até hoje, pelo *direito costumeiro*, como o direito à posse pelo uso, possuindo legitimidade jurídica.

Destarte, o eixo principal da **questão política agrária**, quanto ao desenvolvimento do capitalismo no campo, não está na exploração do trabalho, mas na expropriação, o que se comprova nos movimentos contraditórios de ocupação de terras¹⁵.

1.2 Paradigmas de compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo

[...] havia o Estado que patrocinava e legitimava o matrimônio contraditório da terra com o capital.
Martins, 2003

As diversas palavras que nos distintos lugares designam o camponês têm duplo sentido, marcando-o como aquele que não está incluído na dinâmica social brasileira. Nesta forma ambígua de ver o campesinato, verifica-se ainda, segundo Martins (1982), que ele não é de fora, mas também não é de dentro. É com este olhar que o Estado brasileiro tem tratado historicamente este sujeito social. Portanto, as relações sociais envolvendo terra e trabalho, tendo o Estado como mediador, desvendam o verdadeiro lugar do campesinato no processo produtivo, revelando também duas faces de um mesmo modelo econômico e social. Ao fazer esta discussão colocamos em cena as caracterizações e construções que dizem respeito ao camponês sob o véu das designações de agricultor familiar e de pequeno produtor.

¹⁵OLIVEIRA, 1991.

Os paradigmas que, segundo Fernandes (2005), determinam as políticas públicas, são estabelecidos a partir da construção de referências teóricas com base nas leituras e interpretações da realidade, visões de mundo, de grupos de pensadores com um conjunto de produções científicas a fim de exercer determinado domínio político¹⁶. Esses paradigmas constituem-se em um conjunto de teses, teorias e pensamentos utilizados com o objetivo de explicar a leitura da realidade. Para Fernandes (*idem*) os paradigmas partem de pressupostos próprios, de métodos diferentes e de lógicas divergentes. As políticas públicas que sofreram influência do Paradigma do Capitalismo Agrário foram implementadas especialmente a partir de 1998, com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Novo Rural¹⁷.

Na tentativa de desvendar o desenvolvimento do capitalismo no campo, estudiosos, com seus métodos e referenciais teóricos, de posse de suas ideologias que influem em suas análises, se deparam com a conflitualidade dessa questão nascida das desigualdades geradas pelas contradições do capitalismo, que gera riquezas para poucos e expande a pobreza e miséria para muitos, o que assevera Fernandes (2005, p. 05, grifos nossos).

A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. [...] em seu processo de territorialização, [o capital] destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. [...] O campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. [...] [a conflitualidade é] um processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista [...].

Resultado de fatores econômicos e políticos, essa desigualdade “é produzida pela diferenciação econômica dos camponeses por meio da *sujeição da renda da terra ao capital*” (FERNANDES, 2005, p. 4, grifos do autor). Prevalece a sujeição e a resistência camponesa à lógica capitalista nessa diferenciação, pois

¹⁶ FELÍCIO (2006, p. 14)

¹⁷ Programa de crédito criado para obtenção de terra, crédito para aquisição de imóveis rurais (Banco da Terra) e concessão de crédito para instalação do assentado. Mais informações disponíveis no site <<http://www.abrasil.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2008.

Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e também uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento. (FERNANDES, 2005, p. 4-5).

É nesse contexto que se destacam dois modelos no que concerne à compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo: o *paradigma do capitalismo agrário*, decorrência do argumento de teóricos que defendem a transformação do camponês em agricultor familiar, e o *paradigma da questão agrária*, cuja defesa é feita pelos teóricos que compreendem a criação e recriação do campesinato a partir da luta pela reforma agrária e pela terra. Para Fernandes (2005, p. 16-17) a lógica utilizada por um dos teóricos do capitalismo agrário, Abramovay, deixa claro “o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe. [...] separados pelas contradições, diferenciados e metamorfoseados pelas desigualdades e pelos paradigmas”.

1.2.1 O Paradigma do Capitalismo Agrário e o “novo” sujeito social, o agricultor familiar

O Paradigma do Capitalismo Agrário assevera que o único futuro para o camponês é transformar-se em “agricultor familiar”, mediante sua inserção no mercado e racionalização de sua produção ao máximo. A tentativa e resistência em permanecer camponês condenam este trabalhador ao desaparecimento. A ênfase nesse modelo teórico é dada aos processos de transformação pelo capital, que “metamorfoseia um sujeito [o camponês] para adequá-lo aos seus princípios” (FERNANDES, 2005, p. 20, grifo nosso). Os teóricos dessa corrente, via de regra, estão vinculados ao Banco Mundial através do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP)¹⁸.

¹⁸Também conhecido como Rede Internacional de Metodologias de Pesquisas de Sistemas de Produção Agrícola, o RIMISP originou-se de um pequeno grupo de pesquisadores latino-americanos de sistemas agrícolas. A partir de 1986, deram início a encontros periódicos com o objetivo de avaliar problemas conceituais que afetavam a eficiência e o impacto dos seus projetos com a pequena

Em seu artigo “*Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*”, Fernandes (2005) faz uma análise do surgimento e uso dos diversos paradigmas que cercam as questões agrárias no Brasil e utiliza para tanto obras de Kautsky¹⁹ e Abramovay. Em Kautsky, segundo Fernandes (*idem*) “a organização social camponesa não é analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas sim no espaço econômico em que se realiza. [Kautsky] defende a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, que associado às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão” (FERNANDES, 2005, p.12, grifo nosso). Segundo Kautsky (1986) o campesinato se auto-explorava de forma quase bárbara a fim de se reproduzir. A presença do camponês era sinônimo de atraso social e econômico. O fim do campesinato estaria próximo, pois o capitalismo, seu desenvolvimento no campo, busca produzir duas classes sociais: proletariado e burguesia. Transformar o camponês em um tipo de proletário, via cooperativa, mediante o socialismo, era a proposta desse teórico, ou seja, para Kautsky (*idem*) o camponês só teria duas opções: ou se subordinaria e se proletarizaria no capitalismo ou se subordinaria ao Estado no socialismo²⁰.

Para Abramovay (1990, 1992), que propõe um debate teórico com autores clássicos e contemporâneos e espelha-se na estrutura social da agricultura dos Estados Unidos e Europa, o fim ou a permanência do camponês é uma questão conjuntural e só será superada mediante a determinação das relações por estruturas nacionais de mercado e pelo controle rigoroso desse processo pelo Estado. O capitalismo, que “é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de cultura parciais” (ABRAMOVAY, 1990, p. 142), não dará condições ao campesinato de sobreviver no interior de suas sociedades: “[...] o ambiente lhe será hostil. [...]. O mercado acaba por substituir o código que orienta a vida camponesa e por aí solapa suas possibilidades de reprodução social” (ABRAMOVAY, 1990, p. 108). Na lógica

produção. Compõe o RIMISP mais de 30 organizações de 11 países, inclusive universidades, agências governamentais e pesquisa para desenvolvimento da agricultura, instituições regionais e internacionais de pesquisa. Seus objetivos são: a promoção de processos inovadores em sistemas agrícolas com fins à sustentabilidade e desenvolvimento competitivo. Para maiores informações, consultar <<http://rimisp.org.br>>. Acesso em novembro de 2007.

¹⁹ Citamos Kautsky sabendo que sua leitura foi feita em outro momento histórico e que alguns pontos de suas reflexões foram superados e outros não. Foram reflexões realizadas no seio do Partido Comunista, com objetivos de orientá-lo.

²⁰ O capitalismo seria uma etapa para o socialismo, pois aquele acirraria as desigualdades e provocaria o desejo de mudança.

desse paradigma, uma das formas de resistência do campesinato – a posse – se configura como “uma aberração, um atraso, uma violência” (FERNANDES, 2005, p. 21).

Assim, no paradigma do Capitalismo Agrário, o camponês significa atraso, barbárie, tendendo a desaparecer ou ser transformado em “agricultor familiar” pelo avanço e fortalecimento do capitalismo no campo. Por outro lado, segundo o mesmo modelo, o camponês é importante, pois integra o agronegócio. O campesinato é um tipo de sociedade e cultura “parcial” e conseqüentemente, incompatível com ambientes econômicos onde imperam relações mercantis, as quais destroem a organização social camponesa. O que era modo de vida passa a ser profissão, forma de trabalho. “Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa”. (ABRAMOVAY, 1990, p. 139).

Lamarche (1993), fonte desse paradigma, criou a hipótese de tipo único ideal de campesinato universal. A sociedade camponesa ideal possuiria autonomia relativa, sistema econômico autônomo, determinado grupo doméstico, inter-relacionamentos e relações entre o local e o geral mediada por alguns. Na unidade de exploração familiar, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, possibilidade de transmissão do patrimônio e recriação da organização do trabalho. No entanto, deixa claro que o papel de qualquer exploração familiar, seja camponesa ou familiar, se organiza e é analisada a partir de seu grau de integração na economia de mercado.

[...] é claro que concebemos esta integração em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural. Com efeito, é evidente que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, um determinado modo de vida e de representação. (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Silva (1980) afirma que as modificações geradas pelo avanço do capitalismo no campo, levam o produtor familiar a se tornar cada vez mais dependente das estruturas do mercado quando da necessidade de obtenção de seus meios de vida, de insumos, instrumentos de trabalho e da terra, na venda de suas mercadorias e de sua força de trabalho, assim como na contratação de força de trabalho

complementar, sendo obrigado ainda a assalariar-se parte do ano nas grandes propriedades devido às suas precárias condições de existência. Segundo o autor (1999, p. 109), o papel do trabalho familiar é a acumulação do capital, tendo sido reduzida a sua produção a partir da década de 1970²¹. "Embora o papel produtivo da pequena produção não seja desprezível, não se pode superestimá-lo". Essa acumulação de capital se daria pela extração da produção excedente decorrente das longas jornadas de trabalho. Quanto a este excedente, é válido salientar a incorporação do trabalho familiar de crianças, mulheres e idosos, que nem sempre se torna evidente.

Portanto, de acordo com a visão dos teóricos do capitalismo agrário, a consequência seria a conversão dos camponeses em pequenos capitalistas. Quando participantes desse processo de capitalização, que exige maior grau de tecnificação, ocorre um processo crescente de endividamento e perda da propriedade dos meios de produção – o principal para a agricultura é a terra. E assim o pequeno produtor não se apropria do lucro nem da renda da terra. Ele apenas se apropria do necessário à sua reprodução. Qualquer excedente não significa sobra, mas o obtido a partir da redução do consumo pela família e pelas longas jornadas de trabalho²².

1.2.1.1 O camponês, nos moldes do Capitalismo Agrário

Na atualidade, é persistente o debate entre os teóricos das questões agrárias, quanto ao uso e apropriação do termo agricultura familiar que, como dito anteriormente, perpassa por questões teórico-metodológicas dos ‘pensadores’ das políticas, e é incorporado pelos camponeses como forma de acesso às políticas para o campo, que sempre os colocam como “agricultores familiares” ou “pequenos produtores”²³.

²¹SILVA, J. G. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. P. 103-135.

²²SILVA, J. G. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos).

²³ Na maioria das vezes, a designação “agricultor familiar” vem sendo incorporada pelo camponês para ter acesso às políticas, sob orientação dos órgãos e agências financiadoras.

Em determinados momentos, há muitas semelhanças entre as duas correntes quando da caracterização do trabalho familiar, a exemplo do Núcleo de Estudos Rurais e Desenvolvimento Rural (NEAD)²⁴, ou o projeto FAO-INCRA²⁵. Para o nosso caso, o que diferencia ambos, faces de uma mesma moeda, é que a inserção do camponês no mercado não descaracteriza o campesinato como projeto político. O termo agricultura familiar, segundo Bombardi (2002), tem sido utilizado, a partir da década de 1970, em contraposição ao conceito de camponês, a fim de indicar seu grau de inserção no mercado.

Nos moldes dessa corrente teórica, o campesinato, denominado agricultura familiar neste paradigma, se caracteriza pela gestão da unidade produtiva pela família, que mantém entre si laços de sangue ou parentesco, pela propriedade dos meios de produção e do trabalho produtivo sendo o trabalho meio e de certa forma fim da reprodução da vida familiar e social. O trabalho subordina e dá sentido ao mesmo tempo à reprodução social. Embora dominada pelo mercado, a organização familiar não se subordina a ele, sendo considerada também uma unidade de produção e consumo, de produção e reprodução social.

De acordo com o Projeto FAO-INCRA e NEAD, o camponês²⁶ possui uma autonomia relativa no contexto global e valoriza os grupos domésticos, além das relações internas como projetos para o futuro, deixando clara a importância para si das questões culturais. Em estudo citado sobre coletividades rurais, Wanderley (1996) aponta o êxodo rural e a perda da autonomia da pequena produção como conseqüências da modernização sofrida pela agricultura brasileira, sendo a agricultura familiar para esta autora uma categoria genérica que, combinando propriedade e trabalho, contém em si grande diversidade de formas sociais, uma delas o campesinato tradicional. Segundo a autora (idem), o campesinato tradicional é uma das formas sociais da agricultura familiar que se fundamenta na relação propriedade, trabalho e família e se caracteriza pela especificidade de seu sistema

²⁴ O NEAD é um projeto de cooperação técnica entre o MDA e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Tem como objetivos contribuir para o aperfeiçoamento das políticas voltadas ao desenvolvimento rural, mediante pesquisas e estudos de avaliação sobre reforma agrária, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Para saber mais, ver <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em junho de 2008.

²⁵ Projeto de Cooperação Técnica, consiste em estudo realizado com a finalidade de fornecer elementos para a realidade da agricultura brasileira. Sua base de dados foi o Censo Agropecuário do IBGE 1995/96. Para saber mais, ver <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/censo-95-v-final-2000.pdf>>. Acesso em dezembro de 2006.

²⁶ Nós tratamos aqui do camponês, porém esse termo não é utilizado, mas sim agricultor familiar.

de produção, de subsistência imediata do grupo doméstico, e pela centralidade da constituição do patrimônio familiar, ou seja, reprodução da família pelas gerações subseqüentes.

A *agricultura familiar* assume um papel dinamizador para o desenvolvimento local e assim para o desenvolvimento regional, respondendo a demandas do mercado interno, criando oportunidades de emprego e reduzindo os índices de migração para a cidade e assim, "reafirmam e perpetuam os valores e tradições das localidades". (BITTENCOURT; MENEZES, 2002, p. 01).

Segundo o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003/2006, p. 13)

A agricultura familiar corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos (84% do total), ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, em conjunto com os assentamentos de reforma agrária, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da área total, pela produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população – mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos – e tem, ainda, participação fundamental na produção de 12 dos 15 produtos que impulsionaram o crescimento da produção agrícola nos anos recentes.

O Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA (1992), ao caracterizar o trabalho familiar, dividiu-o em três categorias: a *agricultura familiar consolidada* (Extrato A), integrada ao mercado, dispondo de mecanismos de comercialização agrícola regulares que garantem a reprodução da força-de-trabalho, não significando "uma condição de estabilidade em seus investimentos e/ou um sistema de produção permanente, ou mesmo, a garantia de reprodução familiar" (BITTENCOURT, 1998, p. 83)²⁷. Demandam por políticas de créditos de investimentos e de preços. Este grupo é representado por cerca de 1.100.000 estabelecimentos agrícolas, sendo responsável por cerca de 70% do valor da produção familiar; a *agricultura familiar de transição* (Extrato B), inserida no mercado de forma fragilizada está sujeita a um desequilíbrio na renda familiar e ao abandono de suas atividades. Buscam por políticas de investimentos e de reforma agrária, somando um total de 1.000.000 de unidades produtivas, respondendo por 19% do valor da produção familiar e *agricultura familiar periférica ou de subsistência* (Extrato C), com tendência a dissolver-se, seja pela migração, pela inviabilidade dos estabelecimentos, pela incapacidade de financiamentos ou pela baixa capacitação dos recursos humanos,

²⁷Experiências de tipificação dos agricultores e seus sistemas de produção: duas experiências para a elaboração de Políticas de Desenvolvimento Rural. In: **Raízes**, Ano XVII, nº 17, jun/98.

constituído por residentes rurais, assalariados agrícolas e não agrícolas, minifundistas, voltados quase que exclusivamente ao autoconsumo. São caracterizados pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER)²⁸ como um grupo obrigado a complementar a renda através de arrendamento/parceria de terras e/ou venda de mão-de-obra por membros da família. Totalizam 2.200.000 estabelecimentos que produzem apenas 10% do valor da produção familiar total. Para alguns estudiosos, a venda da força de trabalho sazonal e a contratação do trabalho assalariado temporário denotam processos sociais de decomposição da produção familiar²⁹.

Na tabela a seguir, podemos observar as diferenças entre essas três categorias por número de estabelecimentos, pessoal ocupado, área e renda média bruta por categoria:

Extrato	Nºestab/ 1 milhão absoluto	Nº estab/ 1 milhão relativo	Força de Trabalho Empregada	Pessoal Ocupad/E stab.	RMB	Extensão Média/ Estab.
A	1.1	26.5%	31.4%	3.8p	57 s.m./a	32ha
B	1.0	23.5%	24.1%	3.3p	12 s.m./a	16ha
C	2.2	50%	44.5%	2.9p	0.5 s.m./a	13.7ha

Tabela 01. Brasil - Nº de estabelecimentos, pessoal ocupado, área e Renda Média Bruta (RMB) por categoria da agricultura familiar. Fonte: FAO/INCRA, 1996.

É neste contexto que, a partir da década de 70, o termo agricultura familiar vem sendo utilizado. A sua aplicação, em contraposição ao conceito de camponês, objetiva indicar o grau de inserção dos pequenos produtores no mercado ou reforçar a necessidade desta inserção.

Não há dúvidas de que a agricultura camponesa, embora seja praticada num quadro de precariedade, especialmente no Nordeste brasileiro, tem grande importância no sentido de ampliar a produção agrícola e de elevar a qualidade do

²⁸ O DESER é uma entidade que realiza pesquisas e estudos sistemáticos, assessora organizações, movimentos e instituições vinculadas à agricultura familiar, elaborando propostas de políticas públicas voltadas para a mesma. Para saber mais: < <http://www.deser.org.br> > Acesso em dezembro de 2003.

²⁹ Oliveira, Tavares dos Santos e Moura discutem essa questão do assalariamento temporário em outra perspectiva, a da reprodução social da família camponesa. Nas páginas 70 e 71 deste trabalho.

abastecimento interno do país³⁰. Com base no projeto de Cooperação técnica FAO/INCRA é possível ainda afirmar que a agricultura familiar se apresenta do ponto de vista da sustentabilidade agrícola como uma alternativa promissora e viável para resolver problemas relativos ao abastecimento interno brasileiro e para a ampliação da renda. Fundamentam esta afirmativa os dados referentes ao estudo mencionado, embora parcialmente, pois se referem apenas aos camponeses dos assentamentos de reforma agrária, mostrando que o simples acesso à terra, somado a um mínimo de apoio governamental, permite que mesmo os produtores familiares vivam com um nível de renda bem superior ao que poderiam obter como trabalhadores assalariados, nas cidades ou no campo. Os resultados desse trabalho [FAO/INCRA] mostram que a renda média gerada por família de beneficiários da reforma agrária foi de 3,7 salários mínimos por mês, assim distribuída segundo as regiões: Norte, 4,8 s.m.; Nordeste, 2,1 s.m.; Centro-Oeste, 3,5 s.m.; Sudeste, 4,3 s.m.; Sul, 5,6 s.m.

O aumento da ocupação de mão-de-obra na agricultura é responsável por mais da metade dos empregos agrícolas criados no campo brasileiro entre 1970 e 1980. A agricultura camponesa é responsável por 76,9% do pessoal ocupado na agricultura, ou seja, 13,7 milhões de pessoas (IBGE, 1995/96).

Diante desses dados, e de acordo com Silva (1999, p. 111), pode-se caracterizar a ocupação no campo pelo trabalho acessório fora da unidade de produção e pelas longas jornadas de trabalho. Em "decorrência da baixa produtividade, para permanecer viável no circuito da moderna agricultura capitalista, a pequena produção familiar tem de despender mais trabalho de seus membros". Para o autor (idem), outros fatores que caracterizam a pequena produção são os baixos níveis de renda e produtividade, conseqüência da baixa tecnificação, da subocupação e, geralmente, da pior qualidade dos recursos naturais.

Segundo Abramovay (1990, 1992), as relações sociais só podem ser compreendidas através do mercado. O critério adotado por esse autor é predominantemente econômico. Para o autor (idem), se o camponês não se encontra inserido no mercado, é impossível compreendê-lo como relação social, como classe social. Não existe nenhuma racionalidade econômica no modo de vida

³⁰É com base nestes argumentos que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) vem ampliando em todo Brasil suas linhas de ação. Trata-se aqui de parte do discurso das Agências Financiadoras dos Programas em questão.

camponês. O camponês é incompleto econômica e culturalmente, o que o impede de participar em mercados desenvolvidos pela economia capitalista. O camponês é 'resto feudal', 'resquício do feudalismo', 'bárbaro', um 'obstáculo', incompatível com o ambiente onde imperam relações mercantis. Para o autor (*idem*), essa definição se daria pelo tipo de relação do pequeno produtor com a sociedade de mercado, correspondendo a agricultura familiar a uma profissão e o campesinato à idéia de modo de vida.

Portanto, segundo o paradigma do capitalismo agrário, entra em cena o "agricultor familiar", um produtor assumidamente moderno, integrado ao mercado, cuja produção é racionalizada. Sem tradição, sem história, sem memória.

1.2.2 O paradigma da questão agrária: a recriação do campesinato

O *paradigma da questão agrária* – ou o paradigma do fim do fim do campesinato ou ainda paradigma da *produção capitalista das relações não capitalistas de produção* – entende a existência do camponês a partir de sua resistência, cujo cerne está na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, e possibilita pensar o campesinato a partir do processo de recriação, como afirma Martins (1996, p. 19-20, grifos do autor).

A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só *redefine* antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também *engendra* relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital *preserva, redefinindo e subordinando*, relações pré-capitalistas.

O uso do paradigma da questão agrária confere a seus postuladores a defesa da recriação do campesinato, que se dá através da luta pela terra e pela reforma agrária. Este tem como base o pensamento de Marx e congrega diversos pesquisadores a exemplo de Shanin (1976), Chayanov (1974), de modo bastante singular Martins (1985), em obras até 1999, que trazem importantes contribuições ao debate, para a compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo e para o uso e gestão do território como efeito concreto da luta de classes, Moura

(1986), Oliveira (1990, 1991, 1998, 2000), Fernandes (2002, 2003, 2005), Marques (2002), Rodrigues (2004), dentre outros.

A discussão da recriação do campesinato tem sua origem na própria história do campesinato. Nesse sentido, autores como Karl Marx (1996), Karl Kautsky (1974), Theodor Shanin (1972, 1976) servem de referência no Brasil para diferentes correntes teórico-metodológicas.

Shanin (1976, p. 10) caracteriza o campesinato como

una entidad social com cuatro facetas esenciales e interrelacionadas: la explotación agrícola familiar como unidad básica multifuncional de organización social, la labranza de la tierra y la cria de ganado como el principal medio de vida, una cultura tradicional específica íntimamente ligada a la forma de vida de pequeñas comunidades rurales y la subordinación a la dirección de poderosos agentes externos.

Assim, a unidade doméstica camponesa consiste na família e na sua exploração agrícola. A produção é essencialmente feita pela família e para subsistência, para satisfação de necessidades básicas e para pagamento de tributos. A unidade camponesa se caracteriza pela produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda mútua.

O trabalho camponês na terra dá o sustento para a família, embora o trabalho em outra área fora da unidade doméstica não o descaracterize enquanto camponês, a exemplo de atividades comerciais e artesanato. A unidade doméstica camponesa difere daquela de exploração capitalista por não fazer uso do trabalho assalariado permanente, segundo Chayanov (1974, p. 10)

O trabalho da família é única categoria de ingresso possível para um camponês ou um artesão, por que não existe o fenômeno social dos salários e, por tal motivo, também está ausente o cálculo capitalista da ganância.

Segundo Oliveira (1991), o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo está marcado pela industrialização do mesmo. O capitalismo se desenvolve no campo pela sujeição da renda ao capital, seja pela compra da terra com fins de exploração ou venda, seja pela sujeição do trabalho praticado na terra³¹. A luta pela

³¹OLIVEIRA, 1991, p. 48.

terra está concebida em um processo contraditório, pois o capital, ao mesmo tempo em que expropria, dá condições de retorno à terra.

Igualmente à Fernandes (2004), Oliveira (1990) considera que as abordagens teóricas sobre o tema aqui proposto se caracterizam como debate político e buscam compreender o processo de desenvolvimento capitalista no campo e as transformações nas relações de produção. Para Martins (1996, p. 21),

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através de relações comerciais.

Assim sendo, o capitalismo se expande em duas etapas, segundo o autor (*idem*): produzindo mercadorias e não necessariamente relações de produção capitalistas. Na segunda etapa, sua expansão se dá através da circulação da mercadoria, subordinada à produção.

As conseqüências desse movimento de transformação são as mudanças nas relações de produção e a redefinição da estrutura socioeconômica e política no campo, ocorrendo o fracionamento do processo produtivo, ou seja, o camponês deixa de controlar todas as etapas desse processo.

Várias são as correntes de pensamento que buscam interpretar essa realidade. Nesse sentido, Oliveira (1990) coloca três correntes. A da **Teoria Clássica**, segundo Oliveira (*idem*), afirma que *a generalização tende à homogeneização*, o que significa a formação de duas classes distintas no campo: o operariado e burguesia. Observa-se, nessa teoria, que isto ocorreria como fruto da destruição do campesinato ou através da modernização do latifúndio, mediante a introdução da mecanização e insumos no processo produtivo, tornando-se capitalistas do campo os latifundiários, unificando os interesses desses com os dos camponeses ricos, isto é, pequenos capitalistas. Essa corrente denomina de resíduos em extinção a persistência das relações não-capitalistas no campo, formas utilizadas pelo capital a fim de se ajustar às realidades locais. Condenam, economicamente, o latifúndio e o campesinato à extinção, não “cabendo entendê-los como classes sociais de dentro do capitalismo, e sim como classes sociais de fora desse modo de produzir” (*idem*, p. 8). Oliveira (1991), analisando o campo, afirma que o processo de monopólio do capital no campo se dá mediante a subordinação

da circulação à produção (monopólio da produção), bem como a subordinação da produção à circulação (monopólio da circulação). O autor (*idem*) pondera sobre o monopólio citando os diferentes tipos de capital: industrial (circulação) e comercial, quando da presença dos intermediários ou “atravessadores”.

A **segunda corrente** coloca que *o campesinato e os latifundiários evidenciam a permanência das relações não-capitalistas de produção*. Parte do princípio que há penetração de relações capitalistas no campo, que se caracteriza pelo processo de separação na produção camponesa; pela destruição da economia natural, isto é, a separação do pequeno produtor dos vínculos e hierarquias tradicionais comunitárias; enquanto produtor individual, o camponês seria forçado a abandonar a pequena indústria doméstica, tornando-se exclusivamente “agricultor”; maior inserção no mercado, cuja integração levaria o camponês ao endividamento, levando-o a empréstimos, à venda da propriedade para pagar suas dívidas, tornando-se trabalhador assalariado, sem o meio de produção, a terra. Para essa corrente, a estratégia política consiste na extinção dos vestígios feudais na agricultura, destruindo o latifúndio e substituindo-o pela propriedade camponesa ou capitalista.

Outra corrente, a **terceira**, argumenta que *o modo de produção capitalista gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, que garanta seu desenvolvimento, configurado como contraditório*. Nesta corrente, **o campesinato e o latifúndio são compreendidos como classes de dentro do capitalismo**. Para Oliveira (*idem*, p. 49) “é preciso entender o camponês enquanto classe, ou seja, compreendê-lo no contexto da sociedade brasileira em geral”. O camponês é um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. Mesmo expulso, com frequência a ela retorna, mesmo que tenha que migrar.

Para Fernandes (2005, p. 07), a recriação do campesinato não é apenas resultado da lógica desigual do modo de produção capitalista, mas igualmente

[...] uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital. [...] A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou recriação da relação social familiar ou camponesa.

Desse modo, as famílias organizadas ocupam o latifúndio, espacializando e territorializando a luta camponesa.

Segundo Moura (1986),

[...] o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês. [...] Os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção.

Assim, “o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal” (MOURA, 1986, p. 18-19).

Segundo o paradigma da questão agrária, o camponês e o “agricultor familiar” são camponeses, pela organização familiar do trabalho. A família, na unidade camponesa, é proprietária dos meios de produção e realiza o trabalho.

Está em acordo com esse paradigma a Via Campesina através do Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO)³². Para esses teóricos, o capital, contraditoriamente, que expropria e subordina, dá condições ao camponês de sua recriação. Na mesma medida em que aumenta a concentração de terras no Brasil, aumenta o número de camponeses em luta pela terra.

Segundo Oliveira (1991), o capitalista lança mão de relações de trabalho não-capitalistas a fim de poupar investimentos em mão-de-obra. Assim, o desenvolvimento capitalista se caracteriza como contraditório, pois para aumentar/produzir capital, possibilita a criação e recriação do trabalho camponês.

[...] o processo contraditório do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção do tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra. (OLIVEIRA, 1990, p. 12).

³²O Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não governamental ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Foi criado em 1967 e agrupa, atualmente, mais de 170 centros de investigação e programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais de 21 países da América Latina e do Caribe. Seus objetivos são promover e desenvolver investigações nos mais diversos campos das Ciências Sociais, bem como o fortalecimento do intercâmbio e a cooperação entre instituições e investigadores de dentro e fora da região. Para mais informações, consultar o site <[http:// www.clacso.org.ar/](http://www.clacso.org.ar/)>. Acesso em novembro de 2007.

A sujeição da renda da terra ao capital, colocada por Oliveira (1990), se faz mediante relações não-capitalistas de produção – extração da renda em produto, em trabalho ou dinheiro. Pode ocorrer o arrendamento, parceria ou posse. O camponês produz nessa terra e em troca divide, a partir de acordo prévio, sua produção e/ou trabalho, como pasto, por exemplo, ou mesmo uma quantia em dinheiro (rendeiros). Da mesma forma, extrai-se a renda da terra através dos loteamentos. Nesse caso, a transferência em dinheiro se dá pela compra de lotes em casos de projeto de colonização particulares de grandes latifundiários (renda da terra em dinheiro). Por fim, sujeição da renda da terra ocorre mediante a concessão de terras para uso dos camponeses por tempo determinado, devendo ser devolvida como área de pastagem (renda em trabalho).

Desse modo, Oliveira (1991, p. 20, grifo nosso) afirma que as situações descritas anteriormente confirmam a sujeição da renda da terra ao capital, pois este não expande o trabalho assalariado uniformemente, mas “cria e recria [o campesinato] para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas”. Estes, ao se utilizarem das relações familiares, evitam gastos com mão-de-obra assalariada, ao mesmo tempo em que se apropriam de parte do trabalho de camponeses arrendatários, parceiros, posseiros, proprietários, transformando a renda da terra em capital³³. Não há sujeição formal do trabalho (assalariamento).

O autor assinala a diferença básica entre a renda capitalista da terra, que surge da expansão da agricultura e a renda da terra camponesa, nascida da produção.

Oliveira (*ibidem*) ressalta, ainda, que o arrendamento “não corresponde ao acesso à terra por parte do capitalista para explorar o trabalho assalariado na agricultura”, mas sim a alternativa de camponeses sem-terra ou com pouca terra para praticarem sua produção.

A posse, segundo o autor (*idem*), é uma forma de propriedade da terra não-capitalista, que subverte a propriedade capitalista. Nela, os posseiros distinguem “a terra de trabalho da terra de exploração, distinguem fundamentalmente a terra para trabalhar da terra para explorar o trabalho alheio”. (OLIVEIRA, 1991, p. 107), o que remete, novamente, à contraditória noção da terra de trabalho X terra de negócio.

³³OLIVEIRA (1996).

A parceria, prática das mais antigas na exploração da terra, é uma relação de produção no campo, entretanto não é encontrada somente no modo de produção capitalista. “Presente em todo o campo brasileiro, pode ser considerada característica particular da relação de produção na transição do colonato para o trabalho assalariado na agricultura brasileira [...]”. (OLIVEIRA, 1991, p. 70).

Oliveira (2001) demonstra, através de dados, que a expansão do capitalismo possibilitou a recriação do trabalho familiar camponês. No que tange ao número de estabelecimentos agropecuários de posseiros entre 1970 e 1985, houve um crescimento de 28%. O quadro é semelhante quanto às condições dos produtores, que passou de 16% de posseiros no total, em 1970, para 18% em 1985. Temos ainda que o número de parceiros aumentou em 17% e o de proprietários 18%. Apenas nos número de arrendatários houve um decréscimo de 10%, entre 1970 e 1985. No gráfico a seguir, isto pode ser observado:

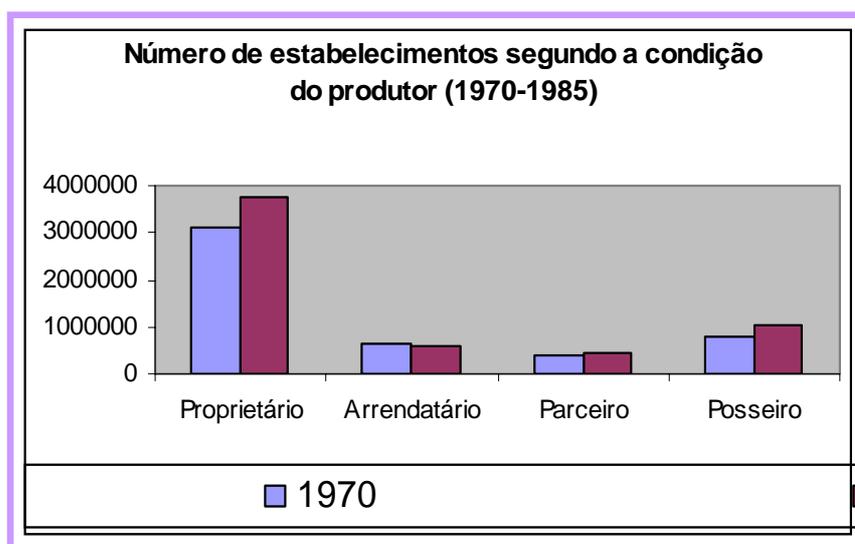


Gráfico 01 – Número de estabelecimentos segundo a condição do produtor (1970-1985). Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1996.

O crescimento das relações de produção familiares se deu não apenas nas zonas de fronteira, mas especialmente na Região Nordeste, onde se deu 61% do total do crescimento registrado entre 1960 e 1985. Entre 1970-1985 a região teve um crescimento de 100% de parceiros e 39% de posseiros.

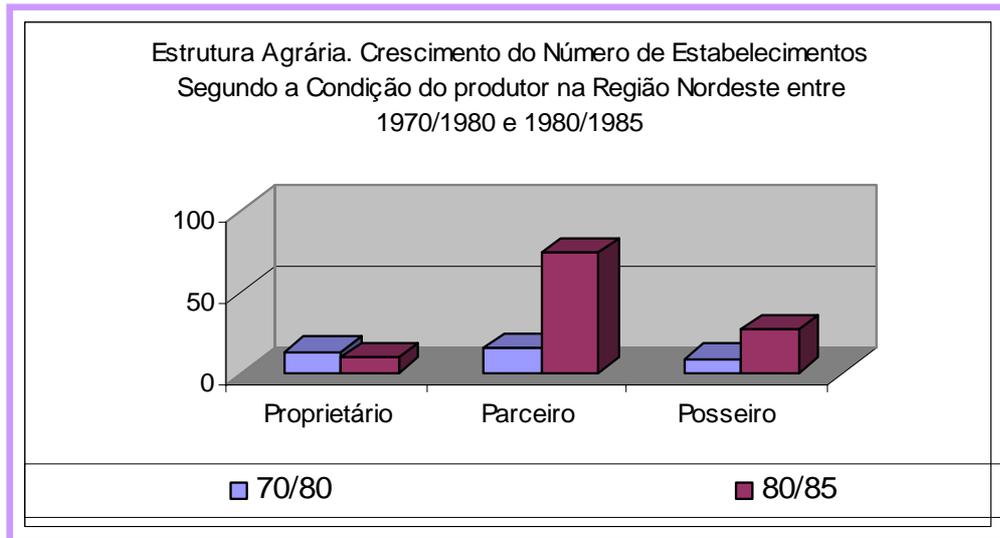


Gráfico 02 – Estrutura Agrária. Crescimento do número de Estabelecimentos segundo a condição do produtor na região Nordeste entre 1970/1980 e 1980/1985. Fonte: OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Na região Sudeste, onde existe a maior concentração industrial do país, entre 1970 e 1980 houve decréscimo no número de produtores. Entretanto, entre 1980 e 1985, houve aumento de 7% no total de produtores, 10% de proprietários e 23% no número de posseiros.

Na Região Sul, ocorreu decréscimo entre todos os tipos de produtores, tanto entre 1970-1980 como 1980-1985. Para Oliveira (1996), fica clara a perda quase que absoluta das terras pelos camponeses, seja por venda ou pagamento de dívidas, no período compreendido entre 1970/1980, havendo decréscimo em 10% do total de produtores, 4% de proprietários, 13% no número de arrendatários, 33% no número de parceiros e 9% de parceiros. Isto “não só eliminando a possibilidade do trabalho camponês como certamente atuando no sentido de concentrar ainda mais as terras entre os médios e os grandes proprietários”. (OLIVEIRA, 1996, p. 498).

Na região Centro-Oeste houve decréscimo no número de posseiros equivalente a 16%. Segundo o autor, isso se deve fundamentalmente à forte concentração de terras na região. Mas é na região Norte que existe o maior número de posseiros, representando 48% do total dos produtores da região.

Para Oliveira, os desiguais desenvolvimentos territoriais se concretizam na desigual distribuição territorial das relações de produção, bem como nas diferenças apresentadas pela Região Sudeste e Sul quanto ao processo de expropriação.

Assim como cresce o trabalho familiar, paralelamente há o aumento também do trabalho assalariado, configurando as duas faces que, contraditoriamente, estruturam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. O trabalho assalariado predomina nas unidades agropecuárias com área maior que 1000 ha., enquanto que o trabalho familiar prevalece nas unidades de produção com área igual ou menor a 100 ha. De acordo com os censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985:

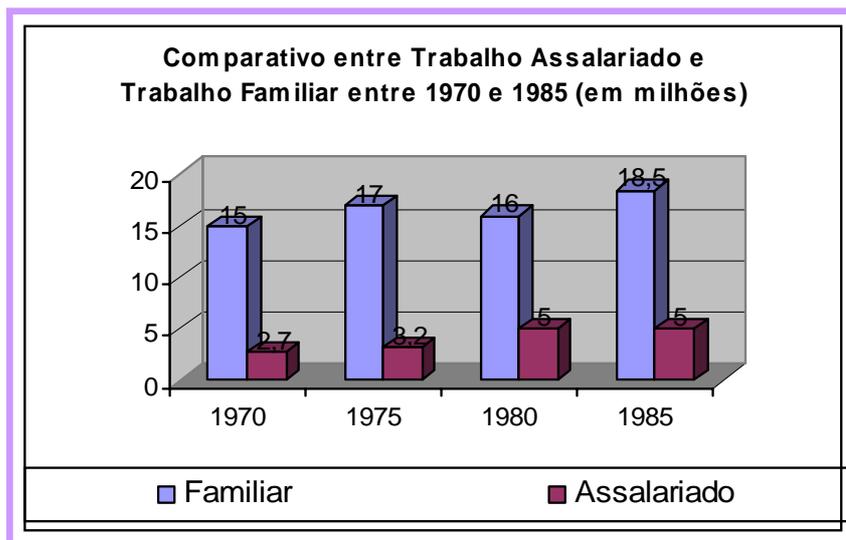


Gráfico 03 – Comparativo entre Trabalho Assalariado e Trabalho Familiar entre 1970 e 1985 (em milhões). Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira Transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

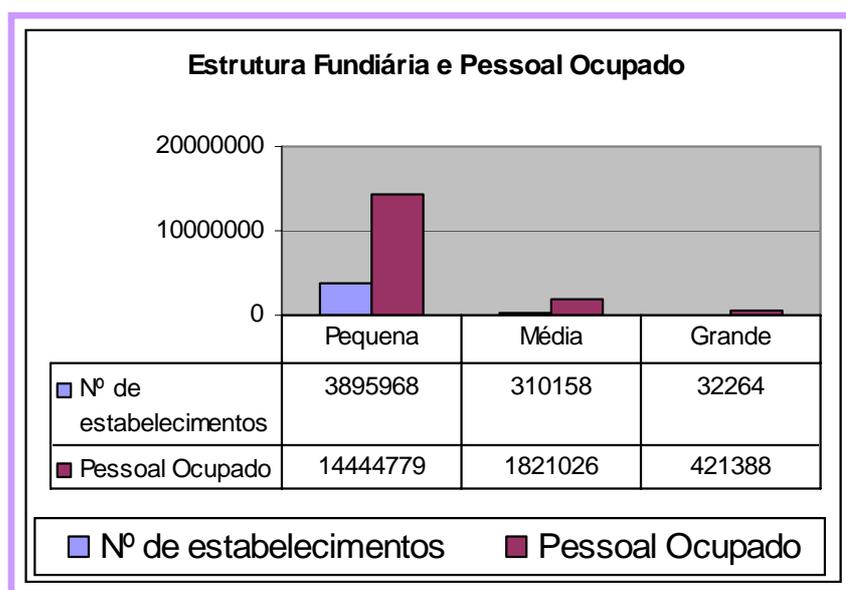


Gráfico 04 – Estrutura Fundiária e Pessoal Ocupado. Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**. Ano 19, v. 2, n. 21. São Paulo: Jul/dez 2003.

No gráfico anterior podem ser observados a estrutura fundiária brasileira e o contingente do pessoal ocupado na agricultura na pequena, média e grande propriedade (o autor utiliza os critérios do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, definindo como pequena, menos de 200 ha; média, entre 200 e 2000 ha e grande, de 2000ha a mais), o que vem ratificar a existência, resistência e importância do trabalho familiar no campo.

Na atualidade, os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Dados Preliminares, 2006), nos permitem comparar a situação do trabalho familiar no Censo 1995/96 com 2006. O que os números mostram é que o número de pessoal ocupado na agricultura no Brasil com laços de parentesco com o produtor, diminuiu de 13.607.876 para 12.810.591. Na Região Nordeste, a mesma tendência aparece registrada nos números a seguir: o pessoal ocupado na agricultura com laços de parentesco com o produtor passou de 6.644.906 em 95/96 para 6.232.153 em 2006. Contudo, segundo os mesmos dados, o pessoal ocupado na agricultura na Paraíba passou de 479.987 para 489.403. Registra-se dentre eles o aumento do número de pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor, ou seja, o trabalho familiar, de 395.977 em 1995/1996 para 409.289 em 2006.

Porém, o que se pode observar quando da análise dos Dados Preliminares do Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2006), é que da mesma forma como na maioria das regiões, o pessoal ocupado na agricultura com laços de parentesco tem diminuído, o trabalho assalariado, surpreendentemente, também. O Censo mostra ainda, que no cômputo geral, o número do pessoal envolvido na agricultura diminuiu também. Podemos verificar esta afirmação nos dados a seguir:

Variável	Censo 1995/96	Censo 2006
Pessoal ocupado	17 930 890	16 414 728
Com laços de parentesco	13 607 876	12 810 591
Empregados sem laços de parentesco	4 322 977	3 557 042

Quadro 01 – Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura no Brasil. Fonte: Adaptado de BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.- IBGE. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro, 2006.

Na Região Nordeste, a mesma tendência do quadro nacional se repete.

Variável	Censo 1995/96	Censo 2006
Pessoal ocupado	8 210 809	7 686 806
Com laços de parentesco	6 644 906	6 232 153
Empregados sem laços de parentesco	1 565 903	1 454 601

Quadro 02 – Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura na Região Nordeste. Fonte: Adaptado de BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.- IBGE. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro, 2006.

No Estado da Paraíba, a situação mostra que a tendência é de aumento do trabalho familiar e diminuição do trabalho assalariado:

Variável	Censo 1995/96	Censo 2006
Pessoal ocupado	479 987	489 403
Com laços de parentesco	395 977	409 289
Empregados sem laços de parentesco	84 010	80 114

Quadro 03 – Quadro comparativo entre os Censos Agropecuários 1995/96 e 2006 (Resultados Preliminares) quanto ao pessoal ocupado na agricultura no Estado da Paraíba. Fonte: Adaptado de BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.- IBGE. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Rio de Janeiro, 2006.

Igualmente ao que afirmou Oliveira anteriormente, pode-se encontrar razão para o quadro atual apresentado, meramente especulativa neste momento, de que as causas sejam a migração e a concentração fundiária.

A questão camponesa, seu papel e lugar na sociedade capitalista brasileira, devem ser entendidos no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, como afirmam Oliveira (1991, p. 49), Martins (1996, p. 21), Moura (1986, p. 17), dentre outros. Essa resistência à expropriação e ao capital “[...] vem de dentro do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado” (OLIVEIRA, 1991, p. 49). O camponês se apropriou da terra em conseqüência da crise do trabalho escravo. “Portanto, a apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, [...]” (*idem*).

[...] o sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês. [...] os processos sociais que viabilizam a existência do camponês tem sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção.

A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo

– o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas.

Contestando a tese do desaparecimento do campesinato, diz Oliveira (1996, p. 489):

Outro aspecto importante da estrutura fundiária brasileira, que contesta a tese de que o campesinato estaria desaparecendo no Brasil, é o crescimento, em número, dos pequenos estabelecimentos. Os estabelecimentos com menos de 100 ha aumentaram, em número, de 1,63 milhões em 1940 para 5,25 milhões em 1985, e, em área ocupada, de 36 milhões de ha em 1940 para 79,7 milhões em 1985.

As condições concretas de sobrevivência obrigam os camponeses mais pobres a venderem parte do total de sua produção nos períodos de colheita quando os produtos agrícolas têm os preços mais baixos. Faltam a estes trabalhadores condições materiais para armazenar a produção e vendê-la em períodos propícios.

O trabalho assalariado temporário é utilizado, pelos teóricos do capitalismo agrário, como um sinal da proletarização do camponês. É verdade que o camponês, que tem como característica básica a utilização da mão-de-obra familiar, tem utilizado trabalho assalariado como consequência da modernização agrícola: em face de insuficiências de seus meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho temporariamente em outros estabelecimentos agrícolas. Isso não denota, necessariamente, desenvolvimento do capital enquanto relação social. O trabalho assalariado acontece entre os camponeses apenas para que seu processo de reprodução ocorra, não os transformando, portanto, em empresários capitalistas. Para Wanderley (1996), a oferta sazonal de empregos no campo, onde o pequeno produtor tanto 'trabalha alugado' para terceiros como contrata 'trabalhadores alugados', é gerada pela grande propriedade nos períodos de entressafra e pela instabilidade e precariedade da situação camponesa, quando se trata de seu trabalho em outras unidades de produção. Quando contrata, pode-se ter uma explicação para tal na tentativa de diminuir a auto-exploração.

Isto pode ser comprovado no depoimento a seguir, quando, ao ser questionado sobre contratação de trabalho assalariado permanente, Leonardo Saulo, criador e Agente de Desenvolvimento Rural da Associação de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – ASCOMCAB, afirma:

[eu contrato] só temporariamente, no período de inverno. [...] A gente contrata assim, trabalho a diária, 3,4 dias por semana tal, aí **concluiu aquela necessidade**, passou o período, depois, quando há outra necessidade a gente chama novamente (Informação Verbal, grifo nosso)³⁴.

De acordo com Shanin (1980), os camponeses perseveram se transformando e se vinculando simultaneamente ao modo de produção capitalista. Mesmo sendo marginalizada sua importância na economia nacional, ainda assim serve ao capital quando da oferta de mão-de-obra e *alimentação barata*, fortalecendo mercados que geram lucros, num tipo de acumulação primitiva de capital, ou seja, realizando a exploração camponesa pelo capital. Compreensão semelhante tem Moura (1986) quando afirma que o mercado revoluciona a existência camponesa porque é revolucionado por novas lógicas de produção, que consistem basicamente na transformação da terra e da sua própria força de trabalho em mercadoria. Para a autora (*idem*), o camponês se recria, se redefine ou se diversifica, mas não é erradicado.

A palavra 'camponês' identifica o homem do campo e também qualifica seu papel social nas relações de reprodução e revela sua territorialidade³⁵. Identifica ainda o destino histórico deste que contribuiu, embora no anonimato e mediante superações cotidianas, para o desenvolvimento de sua condição humana e para o crescimento econômico do País³⁶, como afirma Martins (1975, p. 39, grifos do autor):

A situação agrária [...] não constitui uma “aberração” ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização.

Apesar da tendência ao desaparecimento ante o surgimento do proletariado, o camponês preservou sua identidade enquanto tal, mesmo passando por transformações, se adaptando forçosamente ou se diferenciando internamente.

1.2.2.1 Quem é o camponês?

³⁴ Informação concedida à autora por Leonardo Saulo da Costa Souza, criador de caprinos e Agente de Desenvolvimento Rural da ASCOMCAB, em Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

³⁵ MOURA (1996); MARTINS (1975); OLIVEIRA (1991, 2003).

³⁶ RODRIGUES (2004).

Algumas palavras designam o camponês, outras permitem sua autodefinição. Para Moura (1986), os conceitos de camponês e campesinato têm grande força histórica, teórica e empírica³⁷. São repletos de significados culturais, no contexto social e político. Para alguns, o conceito de camponês é indefinido e por eles considerado pequeno produtor. Se conceituados como pequenos produtores, culminam na polêmica de cunho capitalista: a prática de atividade mercantil. De acordo com a autora (idem, p. 69),

[...] o conceito de camponês transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente características da sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes de herança, tradição religiosa e as formas de comportamento político.

Para Fernandes (2004, p. 1) “a delimitação conceitual do campesinato é um exercício político” e para Bombardi (2003, p. 12) “o ‘conceito’ de agricultura familiar (...) tem tido um forte cunho político por trás, e foi especialmente disseminado por pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural³⁸ (NEAD) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso”.

O camponês pode ser compreendido como um cultivador de pequenas propriedades controladas por si e por sua família. Compreende-se, aqui, o controle do camponês sobre a terra e sobre o que produz. Em terras livres, este camponês é denominado posseiro e visa apenas seu sustento e da família. Para Martins (2003), diferentemente do operário, vende não a sua força de trabalho, mas o produto do seu trabalho.

[...] o que o camponês vende não é a sua força de trabalho. Para ele, o trabalho não pode aparecer como coisa em si, separada do produto que dele resulta. [...] O produto do trabalho aparece como coisa acabada em suas próprias mãos. O que ele vende é produto e não isoladamente o trabalho contido no produto.

³⁷ Não nos cabe a assertiva de que os vários nomes dados ao camponês não interferem na sua história social, mas apoiamos autores que afirmam e resgatam, a exemplo de Moura (1986) e Martins (1975) os diversos nomes que lhe foram atribuídos. Atualmente, várias denominações traduzem sua condição histórica e social, como “assentados”, “posseiros” ou “ribeirinhos”, dentre outros. A denominação “camponês” passou a ser utilizada a partir da década de 1950, com a atuação do Partido Comunista. Na atualidade, a Via Campesina não utiliza outra denominação que não a de camponês, resgatando sua identidade histórica.

³⁸ O NEAD, que integra o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desenvolve pesquisa e orienta políticas de desenvolvimento agrário.

Esta independência é pautada no fato de ser possuidor dos instrumentos de produção, a exemplo da terra, o mais significativo dentre todos. Muito embora seja possível que a terra não lhe pertença e que a relação de trabalho seja uma das formas de arrendamento³⁹, isto lhe permite, em menor ou maior grau, produzir o que quiser na terra.

A independência relativa que caracteriza a produção camponesa, conforme dito anteriormente, nos dá condições de compreender a agricultura camponesa não pela sua relação com o mercado, mas pela autonomia de sua produção e características internas. Possuem essa autonomia relativa – não negamos sua subordinação à lógica do mercado – que lhes é conferida na medida em que planejam o que plantar e sua jornada de trabalho. A posse da terra é fator primordial para a organização do trabalho na produção familiar. Além de condição para a organização, o é para a constituição da identidade.

Nesse contexto, afirma Martins (1981) que o que se sujeita é a **renda da terra**, encoberta na transferência de riquezas para empresas através de alimentos de baixo custo, crédito bancário e na circulação de mercadorias. Os camponeses permanecem proprietários dos meios de produção e instrumentos de trabalho, em sua grande maioria.

Ao (re)inventar práticas ancestrais tradicionais, tema que será discutido posteriormente, o camponês rejeita a propriedade mercantil da terra pela compra, embora ele mesmo não esteja alheio a processos mercantis. Dinheiro e mercadoria, no imaginário camponês, “tendem a aparecer como expressões de forças maléficas, dotadas de um poder próprio, como um perigo, fora do controle das pessoas” (MARTINS, 2003, p. 75). Contudo, seu objetivo, quando participante desse processo, não é pela compra por ela mesma, mas para suprir necessidades da família, pois sua consciência expressa a extensão da família, dos laços

³⁹Martins (2003) caracteriza o arrendamento como a permissão de uso, pelo proprietário da terra, concedida ao camponês. Como um aluguel, dá ao camponês o direito ao uso da terra mediante um pagamento, que pode ser em **renda em trabalho** – em troca da permissão de uso da terra, separa alguns dias e trabalha nos cultivos do proprietário, ao que Martins (2003, p. 61) denomina de “forma primitiva e antiquada de pagamento da renda da terra”; **renda em espécie**, que permite o uso da terra ao camponês mediante o pagamento ao proprietário com uma parte de sua produção. Este tipo de arrendamento se concretiza na figura do parceiro. Segundo Martins (*idem*), essa parceria esconde vínculos econômicos, a exemplo da meação; **renda em dinheiro**, que se caracteriza pelo pagamento em dinheiro para que o camponês exerça o direito ao uso e cultivo da terra. “É a forma de arrendamento da terra, difundida sobretudo entre não-camponeses, entre grandes capitalistas da agricultura. [...] Preferem alugá-la [a terra], o que implica dispêndios financeiros menores [do que a compra], de retorno mais rápido” (MARTINS, 2003, p. 62-63, grifos nossos).

comunitários, da comunidade. Segundo Martins (2003, p. 75), “é mais uma consciência afetiva de pertencimento a um sujeito coletivo real”. O camponês se vincula à sociedade pessoalmente, “a pessoa inteira”, como afirma Martins (*idem*, p. 76) e não somente o que se refere ao trabalho. A mediação de seus produtos não aparece ao camponês de forma fundamental.

Portanto, as práticas econômicas e familiares não podem ser separadas no mundo camponês. Uma de suas principais características é a organização do trabalho – familiar – e da produção – igualmente familiar.

Outra forma de conceituar o camponês é colocando-o em oposição àquele que administra uma propriedade, transferindo, assim, os excedentes para aqueles que não cultivam a terra. Esses excedentes são extraídos compulsoriamente. Tal definição culmina na compreensão do camponês em oposição ao não produtor. Moura (1986) afirma que esse conceito aparece em Marx quando situada a subordinação camponesa na extração da renda em trabalho, produto e dinheiro.

Consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco, reservando o antônimo destas categorias para os proprietários das grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do Estado e, de modo mais genérico, os habitantes do meio urbano (MOURA, 1986, p. 16)

O camponês adapta os códigos civis e estatutos ao vivenciar processos relativos a casamentos, heranças e propriedades. Isto não significa que ele seja atrasado e possuidor de costumes arcaicos, alheio às transformações provocadas pelo capitalismo. Mediante o uso do direito costumeiro⁴⁰, assegura, assim, a continuidade do núcleo familiar e respectiva mão-de-obra.

Oliveira (1991)⁴¹ e Santos (1984)⁴² caracterizam a produção camponesa, aqui compreendida igualmente como caracterização do campesinato, evidenciando oito elementos.

A **forma de trabalho familiar** é o primeiro deles. A atividade da família se orienta no sentido de transformar objetos com *significado* para a família, não se tratando aqui da produção por ela mesma. O camponês, a fim de produzir, articula

⁴⁰Costume, direito costumeiro ou consuetudinário refere-se a princípios, normas e regras, não instituídas por Lei, mas pelo uso cotidiano e consensual coletivo, com força de Lei. SOUZA (2001).

⁴¹ Ver: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

⁴² Ver: SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

outras relações de trabalho a partir da família, como a parceria, a ajuda mútua (mutirão) e o trabalho assalariado.

O segundo elemento, que decorre da pobreza a que se encontram submetidos os camponeses, é a **parceria**, que se configura como tentativa de superação e resistência. A parceria como relação de trabalho, permite ao camponês dividir ganhos e custos com o parceiro.

O **trabalho acessório** é o terceiro elemento que Oliveira utiliza para caracterizar a produção camponesa. O camponês periodicamente se transforma em trabalhador assalariado, o que não implica em perda de sua condição camponesa, a exemplo do que afirma Woortmann (1990), para o qual é necessário ao camponês esse “trânsito” pela ordem econômica para que possa realizar a ordem moral e sua campesinidade, qualidade que se apresenta no campo, em maior ou menor grau, nos diversos grupos sociais e em condições de trabalho diversas. Sob esta ótica, os valores sociais e subjetividades são analisadas, o trabalho compreendido enquanto valor ético, a família não apenas como força de trabalho, mas de produção cultural enquanto valor e a terra não como fator de produção, mas como patrimônio onde realiza o trabalho que constrói a família como valor.

O **trabalho assalariado** na unidade camponesa é apontado por Oliveira como o 4º elemento de caracterização. Esse trabalho assalariado deve ser compreendido, a princípio, como instrumento de preservação da família, em momentos, períodos de colheita. Os trabalhadores contratados são temporários, sendo, na maioria, um proprietário ou seu filho.

Esta contratação não transforma o camponês em capitalista, dado que o trabalho assalariado é um elemento do modo de produção capitalista. De acordo com Tavares dos Santos (1984, p. 43) e endossado por Oliveira (1991), deve-se considerar a finalidade do camponês que contrata. “Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família.” O capital, nesse caso, não se desenvolve como relação social, mas contraditoriamente exerce a função de manter a família. “Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar”.

Para Moura (1986) o assalariamento não nega o trabalho familiar, pois o que se busca é suprir deficiências quantitativas ou mesmo poupar a família, evitando a ruptura do modelo familiar. Já o trabalhador assalariado, nesse caso, não é aquele

que possui somente sua força de trabalho e a coloca à venda, como no modo de produção capitalista, mas é igualmente um camponês que procura manter sua família⁴³. O trabalho assalariado acontece entre os camponeses apenas para que seu processo de reprodução ocorra.

Isto pode ser comprovado no depoimento a seguir, quando, ao ser questionado sobre contratação de trabalho assalariado permanente, Leonardo Saulo, criador e ADR da ASCOMCAB, afirma: “Não, só temporariamente, no período de inverno. [...] A gente contrata assim, trabalho a diária, 3,4 dias por semana tal, aí **concluiu aquela necessidade**, passou o período, depois, quando há outra necessidade a gente chama novamente” (Informação Verbal)⁴⁴.

O quinto elemento é a **socialização do camponês**, iniciando os jovens e as crianças na divisão do trabalho na unidade camponesa. No caso da ARTEZA, a comunidade buscou inserir os jovens da comunidade nas atividades artesanais, com o objetivo de manter a tradição do trabalho familiar e evitar ou reverter a migração. Observe o depoimento do senhor José Carlos de Castro:

[eles já trabalhavam com couro ou vieram para aprender e se adequar?] Alguns deles sim. Porque já era filho de artesão, primo, sobrinho... Dava uma mão aqui, aprendia ali... já tinha uma noção. E quando eles começaram a ver que os colegas estavam ganhando dinheiro, aí começaram a vir atrás, né? Outros não tinham noção e a gente colocou como aprendiz. Sei que a gente em pouco tempo, a gente desenvolveu um trabalho que já tem 16 jovens.. tem desses jovens que trabalhavam na Alpargata em Campina Grande, pediu as contas pra vir embora pra cá. Porque lá tava ganhando menos que aqui, tá satisfeito, em casa, ganhando mais e começou o incentivo. Você chegava há cinco anos atrás nas oficinas e não via um jovem, não via um garoto querendo aprender. Depois de três anos pra cá, é uma febre. Em todas as oficinas... Porque antes da Cooperativa já existiam as oficinas em fundo de quintal, e continuam. E todas elas se você chegar tem dois, três, quatro garotos de 11, 12, 14 anos querendo aprender a produção. Já existe outros grupos que se capacitaram e querem trabalhar por conta. A gente faz essa capacitação e não exige que eles sejam sócios. Eles vão trabalhar por fora só que esse produto que eles fazem não leva a marca ARTEZA. Na hora que eles quiserem se ligar a ARTEZA, aí eles se associam. O trabalho que a gente faz é livre, pra que a pessoa faça sua própria opção. (Informação Verbal)⁴⁵

⁴³ OLIVEIRA, 1991, p. 59.

⁴⁴ Informação concedida à autora por Leonardo Saulo da Costa Souza, criador de caprinos e Agente de Desenvolvimento Rural da ASCOMCAB, em Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

⁴⁵ Informação concedida, em entrevista, pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

A **propriedade da terra**, o sexto elemento dessa caracterização, para o camponês, diverge da propriedade capitalista, pois não explora o trabalho alheio, mas é terra de trabalho. Woortmann (1990) considera o espaço camponês como um espaço moral, de reciprocidade e de trabalho, portanto, a terra significa o que o trabalho significa, “e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família.” (WOORTMANN, 1990, p. 43).

Moura (1986) afirma, corroborando essa assertiva, que o fato do camponês almejar a propriedade de sua terra não significa dizer que pense ou queira transformar-se em capitalista, acumular bens. Para Martins (1980, p. 59-60) a produção realizada na propriedade camponesa não visa o lucro, embora esteja inserido em uma sociedade capitalista marcada, assim, por suas premissas. “Os seus ganhos não são ganhos do capital exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho”. Um exemplo disso reside no fato de o camponês trabalhar com sua família sem, no entanto, remunerá-la, sob o prisma capitalista. O assalariamento temporário é entendido, especialmente na Antropologia Social⁴⁶, como modo de poupar-se a si e à família, isto é, um mecanismo de reprodução social. No depoimento a seguir, podemos certificar essa afirmação feita por Martins:

Nós plantamos milho, feijão, fava, gerimum, macaxeira, batata, aí vem a parte de hortaliça: alface, coentro, cebola, beterraba, cenoura, espinafre, de tudo a gente tem. [o objetivo da produção] é o consumo próprio, a gente produz mais para o nosso consumo, **o que sobra**, nós comercializamos aqui na cidade mesmo. (Informação Verbal, grifo nosso).⁴⁷

Por conseguinte, o avanço do capitalismo não eliminou o modo de vida nem as relações camponesas de produção. Ao contrário, estas relações são apropriadas pelo capital, que ao subordiná-las à sua lógica, mantém a hegemonia do modo de produção capitalista. Estudos de Martins (1981, 1986) e Oliveira (1991) demonstram que o que ocorre na agricultura camponesa é uma sujeição da renda da *terra* ao capital. Ao capital, de acordo com Martins (2003, p. 88), não interessa se tornar proprietário de terra, mas “assegurar que o camponês sobreviva, obrigando-o a

⁴⁶ MOURA (1996); WOORTMANN (1987).

⁴⁷ Depoimento de Leonardo Saulo da Costa Souza, camponês-criador e ADR. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

modernizar-se, isto é, a tornar-se um capitalista pequeno ou um trabalhador que vive como trabalhador, mas que produz como pequeno capitalista para o capital”. O capital quer se aproveitar da mais-valia⁴⁸ dos trabalhadores que ainda possuem os meios de produção, através dos setores comerciais e financeiros apropriados pelo próprio capital. Quanto à relação do camponês com esses agentes financeiros, esta é sempre de endividamento e sujeito à extração da renda da terra, como ressalta Oliveira (1991, p. 61-62)

O que acontece hoje com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e, sobretudo, para o custeio das lavouras. [...] o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser proprietário dela.

Para Moura (1986, p. 10)

[...] em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro.

A subordinação não implica, entretanto, em negação da sua condição camponesa e da busca permanente de um projeto que possibilite a sua existência e reprodução econômico-social.

Outro elemento indicado por Oliveira (1991, p. 63) é a **propriedade dos meios de produção**. Estes meios, geralmente adquiridos e, portanto, mercadorias, mediam a relação do camponês com o capital, pois nesse processo a renda da terra vai ser direcionada às instituições financeiras, comerciais e industriais. Corroborando com essa idéia, Fernandes (2005), para o qual a instituição financeira, a exemplo do

⁴⁸Utilizamos aqui a compreensão de mais-valia em Marx (1991), ou seja, “o processo capitalista de produção consiste essencialmente na produção de mais-valia, configurada na produção excedente ou na parte alíquota das mercadorias na qual está materializado trabalho não-pago. [...] A produção dessa mais-valia é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista. [...] Produz-se mais-valia quando se materializa em mercadorias a quantidade de trabalho excedente que se pode extorquir”. (MARX, 1991, p. 280). E ainda “o grau de exploração do trabalho, a extração do trabalho excedente e de mais-valia, aumenta, antes de mais nada, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pela intensificação do trabalho”. (*idem*, p. 267).

Banco da Terra é uma política lançada estrategicamente com o objetivo de integrar o camponês ao mercado.

O oitavo e último elemento utilizado por Oliveira, trata da **jornada de trabalho**. A jornada de trabalho particulariza a produção camponesa, pois não há horário rígido de trabalho, que varia de acordo com a época do ano e com os produtos cultivados. Alternam-se períodos ociosos, períodos propícios ao trabalho assalariado e acessório, e de trabalho intenso.

A partir dos oito elementos colocados, Oliveira (1991) compreende a produção camponesa como produção simples de mercadorias. Nesse contexto, o camponês apenas vende seus produtos para comprar outros que não produz, a fim de satisfazer suas necessidades e de sua família. Podemos observar esta relação na pesquisa realizada por Tavares dos Santos (1984, p. 70-71):

[...] A produção de meios de vida operada diretamente pelo camponês, a “roça”, é representada pelas lavouras de milho e trigo, principalmente, aquele plantado em setembro e colhido em maio, este plantado em junho e colhido em outubro. A dieta alimentar desses camponeses constitui-se, basicamente, de polenta, das massas e do pão. Incluem-se, ainda, o feijão, o arroz, batata, mandioca, legumes, hortaliças, amendoim, complementados pelos produtos de origem animal, como leite, queijo, manteiga, carne de galinha e porco, lingüiça etc. em todas as refeições está presente o vinho feito em casa, componente indispensável da dieta do grupo. Todos esses alimentos são produzidos na própria unidade produtiva camponesa.

[...] Parte dessa produção é comercializada – feijão, soja, leite, manteiga, queijo, cebola, legumes, banha – pois constitui “o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência”, configurando-se em uma “economia do excedente”.

[...] Por outro lado, os meios de vida dos camponeses são completados pela compra de mercadorias – carne de gado, café, açúcar, erva-mate, sal e vestuário.

[...] Desta forma, seja diretamente, seja por meio do dinheiro obtido com a comercialização do “produto dos fatores de produção excedentes”, a “roça”, ao garantir os meios de vida necessários, assegura a reprodução da força de trabalho familiar.

Afirma ainda Moura (1986, p. 11) que mercado e lugar de mercado não devem ser confundidos, pois

O lugar de mercado – espaço onde este ocorre – é parte vital da existência camponesa. Aqui o camponês adquire mercadorias de outro cultivador, recebe informações sobre a vida pública e privada da comunidade a que pertence e de outras mais longínquas. Podem

ocorrer trocas mercantis simples, realizadas entre camponeses, que mutuamente lhes possibilitem novas aquisições.

Deste modo, o que distingue a produção camponesa da produção capitalista pode ser compreendido na diferenciação entre valores-de-uso e valores-de-troca, como afirma Marx (1984) que enquanto o camponês realiza a circulação simples da mercadoria – vender para comprar, o capitalista realiza a circulação do dinheiro com fins de acumulação.

Portanto, para Santos (1984, p. 69, grifos do autor),

A circulação simples de mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação das necessidades. [...] Desta forma, seja diretamente, seja por meio do dinheiro obtido com a comercialização do “produto dos fatores de produção excedentes”, a “roça”, ao garantir os meios de vida, assegura a reprodução da força de trabalho familiar.

Conclui-se, portanto, que a inserção no mercado é estratégia de manutenção e reprodução camponesa.

Na visão de Moura (1986), a partir da década de 1970, algumas características permitiam dar significados ao estudo sobre o campesinato, como o controle sobre a terra sem, contudo, possuir capital; o caráter familiar da produção camponesa sem, no entanto, depender remuneração aos membros da família, divergindo, portanto, do capitalismo, cujas atividades realizadas em seu seio são contratadas individualmente e remuneradas; a organização cultural e social própria “sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura” (MOURA, 1986, p. 8), ao mesmo tempo em que estranha a sociedade ao seu entorno, que o contém; os complexos agro-industriais têm transformado o camponês em um trabalhador para o capital sem, porém, torná-lo um operário. Moura (*idem*) destaca, nesse caso, a integração camponesa subordinada à lógica econômica do capital industrial.

Para Moura (*idem*, p. 10) o campesinato brasileiro sempre teve sua posição “marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro”. Oprimido, o campesinato historicamente passou e passa por coerção política e econômica. Nas sociedades agrárias, sua opressão objetivava que se assegurasse a disponibilidade de trabalhadores e de bens, o que leva à compreensão da

oposição entre dominantes e dominados. Diversas foram as formas utilizadas nessa coerção e domínio do camponês e do seu trabalho, a exemplo da divisão da terra camponesa em frações, nas quais cultivava para a família, para a igreja e para os celeiros dos governantes.

Sobre este processo de exclusão, ao pensar sobre o campesinato brasileiro, Martins (1982, p. 25) afirma que:

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando.

Assim, os vários nomes atribuídos ao camponês refletem sua trajetória histórica e sua condição de submissão.

Capítulo 2

Políticas para a caprinocultura em Cabaceiras: O Projeto Cooperar e o Programa do Leite

Neste capítulo, desenvolveremos reflexões sobre as políticas direcionadas à caprinocultura em Cabaceiras. Por serem voltadas à agricultura camponesa e ao combate à pobreza rural, conceituaremos, inicialmente, a pobreza a fim de compreendê-la em seu contexto histórico no Brasil. Antes de adentrarmos nas características específicas de cada programa, discorreremos sobre a atuação do Banco Mundial, principal órgão financiador do Projeto Cooperar e um dos colaboradores do Programa Fome Zero, com base nas informações contidas no site e relatórios oficiais, para, em seguida, fazermos uma avaliação crítica das implicações dessa “ajuda”.

2.1 Banco Mundial e pobreza no campo: atuação e implicações dos financiamentos

A pobreza no Brasil é herança histórica do nosso processo colonizador e se revela, essencialmente, na concentração de renda e terras, em um processo de exclusão da maior parte da população, nos mais diversos setores de uma sociedade dividida em classes, especialmente no que se refere aos direitos básicos como alimentação, educação, saúde ou habitação. O Estado, mantenedor e gerenciador dessa dominação e exploração por parte daqueles que detêm o capital, controversamente elabora e implementa políticas compensatórias que tendem a amenizar alguns desses problemas estruturais, a exemplo da pobreza e desigualdade no campo. Em resposta às reivindicações populares e à própria Constituição Federativa, aprovada e promulgada em 1988, o Estado implementa políticas que vêm em parcerias com órgãos internacionais – neste caso, o Banco Mundial – e finda por promover mudanças visíveis na paisagem agrária. Essas políticas – especificamente neste momento, o Projeto Cooperar e o Programa do Leite – buscam, simultaneamente, reduzir a pobreza rural promovendo melhorias na qualidade vida, bem como gerar o fortalecimento produtivo dos camponeses. Nossa análise teve como fundamento, isto é, se fez à luz da implementação dessas duas políticas⁴⁹.

Desde os primeiros séculos, no processo de ocupação do território brasileiro, os pobres foram excluídos. Conforme afirma Salles (2002, p. 257-258) nossa desigualdade social configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação e ultrapassou o período colonial, chegando à nossa república sem garantir os direitos básicos de cidadania.

A partir da década de 1970, tendo claro que pobreza e desigualdades sociais não eram contabilizadas como fruto do crescimento econômico, passou-se a repensar este crescimento considerando os objetivos da redução da pobreza e da

⁴⁹ Embora nos dois casos – ASCOMCAB e ARTEZA – os camponeses artesãos e criadores estejam organizados em Cooperativas, não nos deteremos aqui à análise desse sistema de organização ou mesmo do associativismo. A idéia de cooperativismo em ambas as situações deriva da mentalidade camponesa de colaboração, ajuda mútua, associação. Em vários momentos, na pesquisa de campo, ouvimos “sozinhos não conseguimos nada”, “uma andorinha sozinha não faz verão” “juntos somos fortes” ou ainda “o governo atende mais fácil quando estamos juntos”. Porém, a ARTEZA sofreu forte influência do SEBRAE e sua visão empreendedorista. (Depoimentos dados à pesquisadora durante a pesquisa de campo em fevereiro de 2008. Cabaceiras/PB).

desigualdade, tornando-os, portanto, pressuposto político em nível internacional. No Brasil, de 1949 a 1970, foram elaborados projetos de infra-estrutura básica, como transportes, energia e indústria, resultando assim no crescimento da economia. Porém, somente a partir dos anos de 1980, tiveram início reformas setoriais pelo Estado, considerando o combate à pobreza. Já nos anos 90 houve o aprofundamento destes projetos de redução da pobreza, dando origem a reformas sociais e à reforma do Estado. A pobreza aparece no debate público, não

[...] simplesmente porque falavam do tema, mas porque punha em foco as alternativas de futuro país e porque em torno dela e a partir dela eram figurados e tematizados os desafios da cidadania e da construção democrática em uma sociedade desigual e excludente. (TELLES, 1998, p. 3).

Também neste período, temas como meio ambiente e participação de organizações não-governamentais na definição de políticas públicas ganharam destaque.

No período conhecido como “milagre econômico”, entre 1968 e 1973, a pobreza apresenta uma forte queda (30% do final dos anos 80 até a implementação do Plano Real). Neste período, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza passou de 61,1 milhões em 1970 para 41,3 milhões, em 1980. Rocha (2003) destaca a pobreza nordestina como evidência das disparidades no que se refere à questão. Segundo a autora (*idem*, p. 89, grifo da autora) os pobres do Nordeste representavam 49,17% dos pobres do Brasil em 1980, passando, em 1991, a 40,23%. O traço marcante ao tratar o tema é a pobreza rural nordestina “que passa de 45,8%, em 1970, para 68,17%, em 1999. Assim, os pobres rurais do Nordeste se apresentavam, em 1999, como o núcleo “duro” da pobreza no Brasil”. Muito embora tenha havido uma queda generalizada nos níveis de pobreza, Rocha (2003) afirma que a desigualdade regional se agravou.

Na atualidade, afirma Rocha (*idem*) que o Nordeste permanece a região mais pobre do Brasil, destacando, nesse aspecto, a pobreza rural. Para a autora (*ibidem*, p. 139), as causas são:

[...] as características físicas de boa parte da área rural da região, a imutabilidade da estrutura agrária, a modernização agrícola tardia e lenta – que se dá frequentemente em novos espaços, afetando

apenas marginalmente as relações de produção nas áreas de ocupação tradicional.

Os conceitos definidos da pobreza e seus significados se constituem como bases dos projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira, servindo, inclusive, como alicerce aos Programas de Combate à Pobreza Rural. Tomaremos algumas abordagens predominantes, considerando as causas determinantes e as estratégias adotadas pelas referidas políticas, visando inserir a população rural num cenário satisfatório de dignidade social. Estas políticas visam, sobretudo, atender as necessidades objetivas, fundamentais e mínimas, dos cidadãos do meio rural, tais como condições de saúde, habitação, trabalho e acesso a bens e serviços, além das necessidades subjetivas, como a satisfação com a vida, expectativas e realizações.

Situações diferentes de pobreza podem ser encontradas no Brasil, variando de acordo com o Estado onde está localizada, onde os recursos naturais são insuficientes, onde há desenvolvimento econômico seguido de exclusão e desigualdade social. A pobreza⁵⁰ pode ser definida como uma situação na qual um indivíduo não tem condições de satisfazer suas necessidades básicas. Ou seja, “ser pobre significa não ter acesso aos elementos mínimos para se integrar adequadamente ao espaço funcional desta sociedade”. (BROSE, 1999, p. 28)

Segundo Telles,

Os programas sociais no Brasil sempre operaram com base em uma peculiar definição de “mínimos de pobreza”, sempre abaixo dos patamares elementares de sobrevivência e reprodução física dos indivíduos e das famílias. (TELLES, 1998, p. 7).

Conforme Rocha (2003), a pobreza não se relaciona, felizmente, à fome no Brasil, não significando desnutrição a denominação de pobre, muito embora sua renda possa ser insuficiente para adquirir alimentação adequada. Para ela (*idem*) a pobreza deve ser compreendida no contexto familiar e não a partir da renda individual

Já para Araújo (2000), para se definir quem é pobre há dois tipos de abordagens predominantes: uma é subjetiva e a outra é objetiva. Na primeira, é o

⁵⁰Baseado nos estudos de BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. **Nove anos de experiência do Projeto PRORENDA**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 21-7

próprio pobre quem se define como tal. Já na abordagem objetiva, a pobreza é entendida como um fato social, caracterizada pela escassez ou falta de recursos que satisfaçam as necessidades mínimas de sobrevivência satisfatória⁵¹.

A análise das políticas públicas no que se refere ao combate à pobreza, no Brasil e no Estado da Paraíba, requer uma reflexão, embora abreviada no momento, sobre o papel do Estado. Segundo Schmidt (2001), a formação do Estado brasileiro precedeu a da sociedade civil, caracterizando-se por ter um caráter desenvolvimentista, centralizador, conservador e autoritário. Promoveu historicamente o desenvolvimento e buscou consolidar o processo de industrialização através de políticas públicas que objetivavam o crescimento econômico. Conseguiu “implantar um projeto industrial sem alterar as relações de propriedade da terra” (ARAUJO, 2000, p. 263). Neste Estado, as políticas sociais e regionais se caracterizaram por ações compensatórias e pontuais, que não eliminaram ou reduziram a exclusão social. Temos como exemplo a forte resistência à implementação de um projeto de Reforma Agrária.

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, o Estado se fez necessário às elites a fim de regular as questões sociais, fruto das novas relações entre o capital e o trabalho e entre estes e o Estado. Surge, então, um Estado responsável pela formulação das políticas econômicas e sociais e por sua execução.

A Constituição Brasileira de 1988 “reconhece”, embora não cumpra literalmente, o direito⁵² à proteção social universal e incondicional pelo Estado, a todo cidadão e redefinindo seu papel. Passou a coordenar políticas públicas sociais, destinando aos municípios o papel de executá-las, além de conceder a estes e às unidades da federação autonomia na organização e gestão de suas políticas. A sociedade civil se reorganiza e passa a exercer controle público sobre a ação governamental, alterando a relação Estado/sociedade e através dos Conselhos de políticas sociais, que representam e efetivam a participação popular e que tem como desafio “transformar suas deliberações em ações do poder público” (CUNHA & CUNHA, 2002, p. 16). As políticas públicas surgem como resposta do Estado às demandas da sociedade e de si mesmo, concretizando direitos sociais declarados e

⁵¹O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) utiliza o enfoque de linha de pobreza na análise de seus dados, isto é, atribui valor monetário a produtos e serviços básicos ao ser humano, utilizando critérios de renda mínima, sendo considerado pobre quem estiver abaixo desta linha.

⁵²Nossa reflexão não se prende ao cumprimento ou não dos direitos e deveres, mas é certo que eles foram garantidos em Lei.

garantidos em lei, fundamentados no direito coletivo. A partir de 1990, foram regulamentados os direitos sociais inscritos na Constituição.

Foi uma década marcada pelo conflito entre a expectativa da implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados [...] e as restrições políticas e econômicas impostas por sua implementação. (CUNHA & CUNHA, 2002 p. 15).

Há que se destacar ainda a importância do papel assumido pelos movimentos sociais⁵³, ONG's, igrejas, sindicatos e associações no comportamento participativo do cidadão quanto às possíveis intervenções no processo de implantação e gestão das políticas públicas, sobretudo na fiscalização das ações dos governantes. Os movimentos sociais são a retaguarda do cidadão comum para que se “ultrapasse o estágio das limitações políticas impostas pela cultura política e o comportamento predominante no país” (SCHIMIDT, 2001, p. 304).

Para a definição de políticas públicas, pode-se conceituar a pobreza sob dois aspectos: o das necessidades básicas, como educação, habitação ou saneamento ou o da linha de pobreza, relacionada à renda monetária suficiente para obtenção de produtos e serviços básicos.

Sales (2002), ao tratar de políticas públicas sociais, ressalta o conceito de cultura política da dívida quando, ao refletir sobre o significado dos programas de governo voltados para o pequeno produtor ou ao homem pobre do campo, identifica uma relação mando/subserviência explícita na relação sociedade/Estado. “Na verdade, falar em mando e subserviência significa dizer que em nosso país ou bem se manda ou bem se pede”. (SALES, 2002, p. 258). A dívida nos chega como herança do período colonial em substituição ao exercício da cidadania. Para Sales, trata-se, atualmente, de uma cidadania concedida que, por não ser conquistada, não implica em cidadania. Perdeu-se a proposta inicial participativa, culminando os programas governamentais de combate à pobreza em pedidos e dívidas. As políticas públicas vêm contribuindo para diminuir a pobreza no campo, porém nem sempre são elaboradas para atender os interesses dos camponeses em sua totalidade. Corroborar esta assertiva Sposati (*apud* TELLES, 1998, p. 9), ao afirmar que os programas sociais em nosso país podem se transformar em “esmola

⁵³ Mais à frente, faremos uma pequena reflexão sobre o tratamento dado aos movimentos sociais pelas Agências Financiadoras de projetos no âmbito do combate à pobreza no Brasil.

institucionalizada”, neste caso quando se refere especificamente aos Programas de Renda Mínima adotados pelo Estado. Os direitos dos cidadãos são vistos, muitas vezes, como uma relação de troca de favores.

De acordo com Rocha (2003, p. 31, grifo nosso), as políticas direcionadas ao combate à pobreza⁵⁴ devem ser elaboradas a partir da conceituação de pobreza pautada no diagnóstico de cada realidade específica, em determinada sociedade. A autora (*idem*), segundo tipologia de distinção da pobreza nos países, afirma que as causas da pobreza no país se devem à desigual distribuição de renda, já que “o valor atingido pela renda per capita [no Brasil] mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos”.

Quanto ao acesso aos programas sociais no Brasil, este processo se apresenta tão burocrático e complicado que faz desaparecer do cenário nacional e nas estatísticas oficiais, boa parte desses excluídos.

A discussão sobre desigualdades nos remete ao debate sobre a cidadania. Refletindo sobre uma visão distorcida de cidadania Salles (2002 p. 259) afirma que, “a cidadania é sempre conquistada. Mas essa marca da cidadania concebida é muito forte porque os primeiros direitos, direitos mais elementares, de ir e vir, direito a vida, etc. Esses direitos civis, durante muitos séculos, nos foram legados pelo senhor territorial”. O debate acerca da cidadania deve ter em conta sempre que os precários níveis educacionais constituem-se num entrave para o desenvolvimento econômico, por ser a causa da baixa qualificação profissional, de modo que certamente a ampliação de investimentos neste setor contribuiriam para reverter práticas políticas pautadas no atraso e fortaleceriam as associações comunitárias. A ausência de um projeto mais sintonizado com as demandas do campo ou conforme reivindicam os movimentos sociais, uma “educação do campo”, contribuem para aumentar sua fragilidade.

Os dados estatísticos publicados pelos órgãos oficiais acerca da educação revelam a necessidade de programas voltados para a qualificação dos professores e melhoria do acesso aos grupos sociais rurais. Sabe-se que a qualidade de vida está intrinsecamente ligada a educação, visto que o acesso a esta, via de regra,

⁵⁴ A autora trata, em suas reflexões, de **pobreza absoluta**, definida como aquela que está “estritamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital” e não de pobreza relativa, que se refere às “necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos” (ROCHA, 2003, p. 11, grifo da autora).

proporciona “meio” de sobrevivência para os que dela se beneficiam, além de proporcionar satisfação e realização pessoal. A educação possibilitará a sociedade uma participação maior na priorização e fiscalização de ações das organizações, governamentais ou não, desde que esta educação se efetive como “prática de liberdade”, a exemplo do que propõe Brandão (1985, p. 15-16), não somente a educação formal, mas aquela que se faz em casa, no convívio na comunidade, uma educação como cultura e para a libertação. Como afirma o autor (idem),

[...] é possível participar de um processo que transforme a *cultura do povo*, através da prática da *Cultura Popular*, em uma cultura popular. Uma *cultura de classe*: “consciente”, crítica, politicamente mobilizadora, capaz de transformar tanto os símbolos com que se representa e ao mundo, quanto a sua própria dura realidade material. [...] O que existe por detrás da confissão usual de que, entusiasta e motivante, uma “prática cultural libertadora” é difícil e pode ser uma falácia? Por que razões sempre há limites estreitos na conquista de espaços e na duração dos tempos de qualquer “trabalho com o povo”? Por que, sendo ele “fraco”, “subalterno”, “sem cultura”, “alienado”, “carente”, “desorganizado” e “marginal”, resiste a deixar-se ver “promovido”, ser “transformado”? Por que motivos resiste, como pessoa, classe, comunidade ou grupo étnico, a ser tão conseqüente com o educador, que todos os programas de “promoção” de que participa consigam realizar na prática o ideal de projetos de “promover”, “conscientizar”, “desenvolver”, “dinamizar”, “educar”, “organizar”, “mobilizar-se” e, no limite, “libertar”? Libertar aqueles a quem o movimento ou o programa crêem que se dirigem. Liberta-los, primeiro, dos males que sua condição de subalternos deixou impressos na consciência e na cultura. Liberta-los, depois – convocando-os a que participem disso – de sua própria condição de subalternos.

Como dito anteriormente, há uma ligação entre os discursos de combate à pobreza e os organismos internacionais, voltados ao financiamento do desenvolvimento. Foi esse o enfoque dado pela Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial.

De acordo com informações contidas no site oficial⁵⁵, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), fundado em 1944, tem o objetivo de apoiar os países subdesenvolvidos na redução da pobreza. Esta ajuda se dá mediante empréstimos e tecnologia (experiência), em áreas diversas, a exemplo de construção de creches e estradas. No site (2008) consta que

⁵⁵ Neste primeiro momento, ao tratar do tema, procedemos a uma descrição da função do Banco Mundial na visão do próprio organismo. Informações disponíveis no site <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em julho de 2008.

O Banco Mundial é uma das maiores fontes de conhecimento e financiamento do mundo, que oferece apoio aos governos dos países membros em seus esforços para investir em escolas e centros de saúde, fornecimento de água e energia, combate a doenças e proteção do meio ambiente.

Sua administração ocorre como

[...] uma cooperativa em que os países membros são os acionistas. O número de ações que um país pode possuir depende do tamanho de sua economia. Os Estados Unidos são o maior acionista com direito a 16,41% dos votos, seguido pelo Japão (7,87%), Alemanha (4,49%), Reino Unido (4,31%) e França (4,31%). O restante dos votos é distribuído entre os outros países membros. Cada governo participante é representado por um Diretor Executivo. Os cinco maiores acionistas (França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) designam individualmente um diretor executivo e os outros países membros são representados por 19 diretores executivos. Os 24 Diretores Executivos compõem a Diretoria Executiva. Eles se reúnem normalmente duas vezes por semana para supervisionar os negócios, revisar os empréstimos e as garantias, as novas políticas, o orçamento administrativo, as estratégias de apoio aos países, assim como as decisões financeiras e os empréstimos.

Sua finalidade, de acordo com a agência financiadora, nada tem em comum com as das agências bancárias comerciais, mas se constitui como uma organização internacional da qual fazem parte 184 países – seus membros, desenvolvidos ou em desenvolvimento, cuja participação de cada país é definida pelo próprio país, com a ajuda de outros doadores, organizações da sociedade civil e grupos de ajuda. Essa diferença consiste no fato de que:

[...] a entidade pertence a 184 países. O apoio financeiro e a assistência prestados pelo Banco Mundial aos seus países membros são planejados de modo a ajudá-los a combater a pobreza. Ao contrário dos bancos comerciais, o Banco Mundial muitas vezes fornece crédito a juros baixos ou sem juros aos países que não conseguem obter empréstimos para desenvolvimento em nenhum outro lugar.

[...] o Banco Mundial toma emprestado o dinheiro que empresta. A instituição dispõe de bom crédito porque possui grandes e bem administradas reservas financeiras. Isso significa que a instituição pode obter empréstimos com baixas taxas de juros nos mercados de capital do mundo inteiro e direcioná-lo para os países em desenvolvimento, com taxas de juros muito abaixo daquelas que o mercado cobraria desses países.

Quanto à diferença da missão deste organismo multilateral e o Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar de terem sido criados simultaneamente em 1944 com o mesmo objetivo, ou seja, ajudar a sustentar a ordem econômica e financeira mundial, se explica, de acordo com o Banco (2008):

A diferença fundamental é que o Banco Mundial é uma instituição que promove o desenvolvimento econômico e social e a redução da pobreza, enquanto o Fundo Monetário Internacional busca manter um sistema ordenado de pagamentos entre as nações. Os projetos financiados pelo Banco normalmente têm objetivos claros e bem definidos em áreas como infra-estrutura, educação e meio ambiente. Além dos recursos financeiros, o Banco traz também o seu conhecimento internacional para apoiar os países. Os recursos do Fundo são usados em situações de desequilíbrio da balança de pagamentos e para apoiar programas de ajuste. O Fundo Monetário Internacional oferece apoio financeiro para qualquer um de seus países-membros quando necessário. Já o estatuto do Banco Mundial determina que apenas os países em desenvolvimento têm acesso aos seus serviços. Embora as funções do FMI complementem as do Banco Mundial, essa organização é totalmente independente. Enquanto o Banco Mundial oferece apoio aos países em desenvolvimento, o FMI tem como objetivo estabilizar o sistema monetário internacional e monitorar as moedas do mundo. [...] Os países mutuários do Banco Mundial também dispõem de um período de reembolso maior do que nos bancos comerciais. Em alguns casos, é concedido um prazo de dez anos antes do início do pagamento de um empréstimo.

Os empréstimos, para investimento em bens, obras e serviços (projetos de desenvolvimento social e econômico) ou empréstimos de ajuste (reformas institucionais e de políticas) são feitos mediante o estabelecimento, com o país contratante, de um projeto⁵⁶ ou programa, resultados pretendidos, indicadores de desempenho e plano para implementá-lo concretamente. Aprovado o empréstimo, essa implementação é realizada pelo país que contratou o empréstimo (chamado pelo Banco Mundial de 'mutuário').

A avaliação da implementação dos projetos, planos e programas é feita sistematicamente pelo BIRD (ajudas memórias), com a finalidade de que as atividades sejam realizadas a contento nos planos econômico, financeiro, ambiental e social.

⁵⁶ Os projetos, desenvolvidos pelos países em cooperação financeira e técnica do BIRD, devem seguir padrões sociais e ambientais colocados pela agência Financiadora.

O BIRD, segundo a Agência (2008), é ‘**parceiro**’ do Brasil em algumas **conquistas significativas**, como “avanços econômicos, sociais e ambientais, com estabilidade macroeconômica e significativas reduções na pobreza, na desigualdade de renda e no ritmo de desmatamento na Amazônia”. Da mesma forma, vem se desenvolvendo consideravelmente nas áreas dos biocombustíveis, comércio, combate à AIDS, tecnologias sociais, dentre outros. Para o BIRD (idem), um número maior de brasileiros, de 2005 para cá, se beneficia de um crescimento econômico estável, melhorias na qualidade de vida e baixa inflação, através de *políticas sociais bem direcionadas* pelo Governo brasileiro. Para o Banco, os resultados são visíveis. Para o Banco, “o objetivo principal da parceria do Banco Mundial com o Brasil é apoiar os esforços do País para atingir seu potencial de crescimento”.

Os indicadores sociais refletem esse bom desempenho, segundo o BIRD (2008).

Desde a década de 90, o País praticamente universalizou o ensino fundamental, com 97% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas. Nos últimos anos, a redução da pobreza e da desigualdade foi surpreendente, atingindo índices historicamente baixos. O coeficiente de Gini, que mede a concentração de renda, passou de 0,585 em 2003 para 0,566 em 2005, situando-se no seu nível mais baixo em três décadas. A pobreza, medida pelo salário mínimo, passou de mais de 52% da população, no início dos anos 90, para cerca de 38% em 2005, atingindo o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. A pobreza extrema, medida pelo critério de um dólar em paridade de poder de compra (PPC) ao dia, diminuiu de 8,8% para 4,2% no mesmo período. A estabilização econômica e as transferências de renda sob o eficiente Programa Bolsa Família explicam uma parcela significativa desses resultados. [...] O Brasil obteve resultados importantes na melhoria das condições de vida: Entre 1990 e 2005, o índice de brasileiros vivendo na extrema pobreza caiu de 8,8% para 4,2% da população. O coeficiente de Gini de concentração de renda caiu de 0,585 em 2003 para 0,566 em 2005. A mortalidade infantil diminuiu de aproximadamente 50 por 1000 nascidos vivos em 1990 para 21,1 por mil, em 2005. A matrícula escolar no ensino fundamental aumentou de 85% em 1990 para 97% da população entre 7 e 14 anos em 2005.

Apesar deste crescimento e da diminuição da pobreza, o BIRD (2008) afirma que as desigualdades ainda se mantêm em nível elevado, especialmente no que se refere ao acesso à educação.

Embora os indicadores da educação mostrem que as matrículas no ensino fundamental se aproximam de 100%, a freqüência no ensino

pré-primário e médio permanece baixa, se comparada a outros países de renda similar. Não obstante avanços, a qualidade do sistema de educação ainda é deficiente nos níveis fundamental e médio. O Brasil também enfrenta diferenças regionais extremas, especialmente no tocante aos indicadores de saúde, mortalidade infantil e materna, e nutrição. Outros desafios incluem o compartilhamento dos benefícios do crescimento agrícola, proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Amazônia e outros biomas.

A “parceria” do Banco Mundial com o Brasil se dá segundo alguns moldes. O BIRD (2008, grifos nossos) busca apoiar as iniciativas de crescimento e redução da pobreza e das desigualdades sob alguns critérios políticos, colocados ‘sutilmente’ em suas propostas de ajuda. Isto fica claro nas afirmativas contidas no site.

A Estratégia de Parceria do Grupo Banco Mundial com o Brasil busca apoiar as iniciativas do País para o crescimento sustentável, e igualar condições e oportunidades de desenvolvimento, tanto com relação ao mundo desenvolvido quanto internamente. O Banco usa sua rede global para assegurar que outros países se beneficiem do conhecimento brasileiro em áreas onde o País tem reconhecida liderança internacional (tal como em energia limpa, incluindo biocombustíveis e energia hidrelétrica, pesquisa agropecuária tropical, transferências condicionais de renda, Aids, desenvolvimento conduzido pela comunidade). O Banco tem o papel de igualar as condições do debate internacional, assegurando que os países em desenvolvimento tenham voz ativa no respeito às suas prioridades e necessidades de desenvolvimento. [...] A Estratégia de Parceria para 2008-2011 focalizará ainda mais o trabalho direto com estados e municípios, **e a contribuição do Banco sobre alguns dos principais desafios paradigmáticos enfrentados pelo Brasil**, onde o valor agregado do Banco Mundial pode ser mais importante para o desenvolvimento e crescimento do País no longo prazo: **Reforma fiscal e do setor público. Vencer os gargalos ao crescimento e combinar ações de curto e longo prazo que possam causar um impacto imediato.** [...] **Desenvolvimento do setor privado. Criar um ambiente propício para o investimento e o crescimento impulsionado pelo setor privado.** [...] **Infra-estrutura para promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza. Ampliar a base institucional e o investimento em infra-estrutura prioritária no âmbito das restrições fiscais.** [...] **Desenvolvimento humano. Fortalecer o capital humano e a força de trabalho, com um maior impacto dos serviços sociais e eficiência do gasto público.** **Desenvolvimento rural e agrícola. Reduzir a disparidade entre os grandes negócios e a agricultura familiar no Brasil.** Amazônia: **Desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Coordenar infra-estrutura, energia, agricultura e meio ambiente.** [...] O apoio do Banco Mundial para elevar a produtividade e os investimentos se concentra na regulamentação mais eficiente da infra-estrutura e da **competitividade**, no fortalecimento do setor financeiro, em uma moderna política de inovação e em um ambiente

empresarial mais favorável, especialmente para os pequenos e médios empresários. O Banco também apóia os esforços de reforma fiscal e da previdenciária como base para o um melhor desempenho social, fiscal e macroeconômico do País. [...] No nível sub-nacional, o Banco Mundial tem apoiado programas de gestão por resultados, ajudando a aumentar a eficiência do setor público em estados como Minas Gerais e Ceará.

De acordo com o Banco Mundial, os resultados de seu apoio já são palpáveis, graças às ações do Governo Federal, que teve como metas o progresso social aliado à estabilidade econômica as bases de seu programa. Alguns exemplos serão aqui colocados, com base nas informações contidas no site do BIRD (2008).

- ✓ Programa Bolsa Família: com apoio técnico e financeiro do BIRD, já diminuiu as disparidades sociais. São 11 milhões de famílias beneficiadas;
- ✓ Programa CrediAmigo: a atuação do BIRD neste caso se configura como microcrédito. Beneficia aproximadamente 300 mil pessoas no Nordeste e aumentou o consumo familiar (através da geração de renda) em 30%;
- ✓ Programa Saúde da Família: entre 1999 e 2004, houve queda de 13% nos índices de mortalidade infantil, aumentando o alcance das vacinações e a nutrição infantil, bem como destaque para a AIDS, no que se refere à prevenção (ações educativas) e cuidados com infectados;
- ✓ PCPR's: de acordo com o Banco, beneficiam mais de 53% da população rural do Nordeste;
- ✓ Crédito Fundiário: “disponibiliza financiamentos e doações para que as comunidades identifiquem e comprem as terras que julguem mais adequadas para sua produção, e definam, elas próprias, os beneficiamentos e a assistência técnica necessários para torná-la sustentável e produtiva” (BIRD, 2008).
- ✓ Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola): contribuiu para a volta à escola de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos em 12%, entre 1995 e 2005.
- ✓ Pará Rural: apoio do BIRD para uso de áreas já degradadas através de programas que “capitalizem as aptidões locais e regionais para a produção de renda ambientalmente sustentável”(BIRD, 2008)

- ✓ Programa de Áreas Protegidas da Amazônia: apoio do BIRD para preservar 50 milhões de hectares até 2013, na Região Amazônica;
- ✓ Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: em parceria com a *comunidade internacional* “já demarcou mais de 45,5 milhões de hectares de terras indígenas e patrocinou mais de 200 projetos de novos modelos de conservação da floresta tropical” (BIRD, 2008)

Segundo Pereira (2006), em seu artigo intitulado “*Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina*”, o Banco Mundial, a fim de legitimar uma reciclagem do projeto neoliberal a partir da década de 1990, adotou um discurso de transformação e mudança. Estabeleceu, para tanto, quatro premissas que definiriam a “nova agenda de desenvolvimento” para os países que receberiam “ajuda”: complementar Estado e mercado, abandonar a idéia de Estado “mínimo” em favor de um Estado eficaz, combater a pobreza e centralizar as instituições.

No que se refere ao combate à pobreza, assunto em pauta no nosso trabalho, o autor (idem, p. 15, grifos do autor) afirma:

Contra a noção de direitos universais de cidadania, as propostas do BIRD consistiam na criação de programas e projetos de alívio paliativo e focalizado na pobreza, preferencialmente onde as tensões sociais pudessem de algum modo fugir ao controle político-repressivo do Estado. Para tal, o BIRD passou a estimular o redesenho da política social na direção de um novo tipo de filantropia, baseada na mobilização e articulação de empresas, organizações não-governamentais (ONGs), esferas subnacionais de governo e associações locais ou comunitárias. Termos como “sociedade civil”, “participação”, capital social”, “descentralização”, “autonomia” e “empoderamento” foram criados ou resignificados para legitimar o ajuste de políticas sociais no projeto neoliberal.

Dentre as reflexões que faz, o autor (idem, p. 16-17) afirma que o sentido geral das diretrizes traçadas pelo BIRD é o de tornar o Estado numa agência funcional “à globalização financeira, neutralizar tensões sociais emergentes, potencializar a ofensiva do capital contra o trabalho, ajustar e subordinar as políticas sociais ao novo regime de acumulação e, por fim, aprofundar a liberalização das economias domésticas”.

Assim, nessa retomada, o BIRD atualizou sua agenda agrária⁵⁷: estimulando a mercantilização total do acesso à terra rural – com fins à elevação da produtividade da terra, favorecimento do livre fluxo de força de trabalho no campo, atração do capital privado para a economia rural e potencialização da integração subordinada do campesinato pobre ao regime de acumulação conduzido pela burguesia agroindustrial-financeira.

De acordo com Sauer (2006), em seu artigo “*Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da Reforma Agrária de Mercado no Brasil*”, o projeto de reforma agrária de mercado é duramente criticado pelos Movimentos Sociais. Estas críticas são convenientemente transformadas pelos consultores do Banco Mundial em simples “questionamentos”. A seguir, um fragmento do Grito da Terra de 1997 (*apud* SAUER, 2006, p. 288): “Esta alternativa do governo vem, portanto, mais uma vez beneficiar os grandes proprietários com a abertura de mercados para as terras que foram mantidas improdutivas e como reserva de valor”. A falta de consideração aos movimentos sociais demonstra, para Sauer (2006, p. 288), que o Banco “tende sempre a privilegiar os interesses e relações com os governos em detrimento das demandas da sociedade civil”.

O discurso do Banco Mundial de ter a participação da sociedade civil aparece como: um simples vetor de informações; a contribuição das ONG’s ajudam a baixar custos; oferecem experiência prática importante e, segundo o autor (*idem*), a mais importante delas, que é apoiar e assim legitimar as ações do Banco.

Uma postura condescendente por parte do BIRD, com um discurso apolítico e livre de ideologias, negando a existência de conflitos entre os movimentos sociais e suas contradições, deslegitima a representatividade desses movimentos. E assim, conforme Sauer (2006, p. 290, grifos do autor),

[...] a postura do Banco Mundial sempre foi de deslegitimar as ações e lutas sociais no meio rural. [...] O BIRD simplesmente atribuiu todo o protagonismo às associações locais [carentes de projetos], supostos responsáveis pela concepção e implantação dos projetos (mobilização das famílias, negociação da terra [no caso do programa Cédula da Terra], organização interna, etc), retirando qualquer representatividade política dos atores nacionais.

⁵⁷ Para saber mais: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

Esvaziam assim, o sentido e a ação dos movimentos sociais agrários. São meramente acusados de oposições desqualificadas, genuinamente ideológicas e tendenciosas ou de caráter filosófico.

Porém, não é intenção, neste trabalho, aprofundar nossas reflexões sobre o papel do Banco Mundial na implementação dos programas de combate à pobreza rural. Não poderíamos, no entanto, nos esquivar de, embora preliminarmente, colocar em pauta algumas considerações sobre as reais finalidades e intenções desses organismos internacionais. Partimos sim, das observações e constatações no campo para afirmar, com legitimidade, que há recriação do campesinato em Cabaceiras mediante a implementação de programas e projetos ligados à atividade caprinocultora. Essas atividades, como parte de políticas públicas implementadas com o apoio de agências financiadoras e levando os camponeses a se reunirem em associações ou cooperativas (apenas, como dito anteriormente, decorrente da mentalidade camponesa da ajuda mútua), têm como resultados a melhoria das condições de vida e trabalho, bem como, e mais importante, a manutenção e/ou resignificação das tradições e traços da vida camponesa.

2.2 Políticas para a caprinocultura em Cabaceiras: o PCPR como desdobramento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (P.A.P.P.)

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (P.A.P.P.)⁵⁸ foi criado através do Decreto nº 91.179, de 1º de abril de 1985, como componente da Estratégia Rural para Pequenos Produtores, com o objetivo de elevar os níveis de renda e emprego através do aumento da produção e produtividade, para pequenos produtores, entenda-se camponeses e criadores. Sua execução ocorreria mediante: ação fundiária, recursos hídricos, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural, comercialização e apoio às pequenas comunidades rurais.

Sua implantação tinha o objetivo de centralizar as ações de vários programas existentes e que foram absorvidos por ele:

⁵⁸Decreto nº. 91.179, de 1º de abril de 1985. Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de Desenvolvimento da Região Nordeste - Projeto Nordeste. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=129449>>. Acesso em março de 2008.

✓ *Programa de Desenvolvimento de Áreas integradas do Nordeste (POLONORDESTE)*: implementado na Paraíba em 1976, suas ações eram estendidas através de apoio à produção, infra-estrutura social e física. Sua coordenação estava a cargo do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Estado da Paraíba;

✓ *Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (PROJETO SERTANEJO)*: implementado na Paraíba em 1977, visava organizar e consolidar as pequenas e médias propriedades agrícolas, (entre 50 e 100 ha) com ações voltadas à política de águas para produção, interferindo nas zonas semi-áridas. Buscava manter o homem no campo e propiciar aumento de emprego e renda;

✓ *Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO)*: implementado no Estado em 1980, suas ações estavam voltadas para perfuração e instalação de poços tubulares em comunidades e propriedades rurais, com fins ao abastecimento e irrigação. Tinha como órgãos executores o CIDAGRO, a EMATER, o DNOCS, a Secretaria de Recursos Hídricos e o Grupamento de Engenharia.

✓ *Programa de Emergência*: implementado em 1979, teve suas ações voltadas para a execução de obras em pequenas propriedades rurais e para trabalhadores sem terra, e de obras públicas de interesse social, a exemplo de construção, recuperação e ampliação de açudes, dentre outras. Foi coordenado e administrado pelo Grupamento de Engenharia e pelo DNOCS.

✓ *Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais – PRODECOR*: Implementado na Paraíba em 1977, tinha ações voltadas à agricultura e pecuária, obras de infra-estrutura, saneamento básico e habitação. Seu público-alvo eram camponeses carentes que não haviam tido acesso a crédito agrícola.

✓ *Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste (PROCANOR)*: Criado em 1980, suas ações se voltavam à implementação de projetos de melhorias ou assentamento de comunidades (construção de agrovilas,

em áreas desapropriadas, doadas ou adquiridas). Seu público-alvo era trabalhadores rurais da zona canavieira, inseridos na faixa de pobreza absoluta.

✓ *Agroindústria*: Criada em 1981, sua coordenação estava a cargo da Coordenadoria da Agroindústria e suas ações buscavam promover o desenvolvimento industrial, o programa nacional do álcool, dentre outras.

✓ *Projeto Canaã*: implementado em 1984, visava o aproveitamento de recursos hídricos (Bacias dos rios Piranhas, Paraíba, Jacu e do Curimataú) e de solo no semi-árido. Os pequenos produtores de baixa renda eram seu público ;

✓ *Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL*: Criado em 1975, era administrado pelo governo federal e o público eram grandes empresários. O resultados desse programa foi a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar, o que promoveu, diretamente, aumento na oferta de emprego, aumento na geração de renda e diminuição no fluxo migratório.

Esses programas, anteriormente elencados, atuavam, de acordo com FREIRE (1992, p. 14), “de forma descentralizada e, às vezes, chegaram até a concorrer uns com os outros, com superposição de ações e até concorrência pelo mesmo público”.

O P.A.P.P. pretendia o desenvolvimento da região e do Estado, através de ações que promovessem o setor agrícola e “capacidade de resistência à seca” (grifo nosso⁵⁹). Seus segmentos eram: Ação fundiária (executada pelo INCRA e INTERPA); Recursos Hídricos (executado pela antiga Secretaria de Recursos Hídricos), Assistência Técnica e Extensão Rural (executadas pela EMATER), Geração e Difusão de Tecnologia (executada pela EMEPA), Comercialização e abastecimento (executadas pela CEASA, CIDAGRO e OCE-PB), Crédito Rural (executado pelo extinto Paraiban) e Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (executado pelo P.A.P.P., através sua unidade técnica).

O P.A.P.P. era voltado aos pequenos produtores rurais, posseiros, arrendatários, pescadores e artesãos. Suas fases distintas foram: 1ª fase: de 1985-1991: investimentos em pequenos projetos, a fundo perdido; 2ª fase: 1992:

⁵⁹Atualmente, as políticas, especialmente as do Terceiro Setor, referem-se à **convivência** com a seca.

investimentos em projetos empresariais de médio e grande porte, gerenciados por pequenos produtores associados. Seu objetivo era elevar o nível de renda e a qualidade de vida mediante o incremento da produção e da produtividade,

2.3 Surgimento e implementação do Projeto Cooperar: sua singularidade e áreas de atuação

O Projeto Cooperar, nome “fantasia” dado ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), criado pela Lei N° 6.523 de 10 de setembro de 1997 e vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (SEPLAN), tem como objetivos, dentre outros⁶⁰,

Definir, formular e coordenar o planejamento, a execução e o controle das ações direcionadas a provisionar a infraestrutura social e econômica básica das comunidades mais pobres da zona rural, criar oportunidades de geração de renda e de emprego para as comunidades rurais mais pobres do meio agrícola, visando combater a pobreza rural e suas conseqüências; [...]. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA: 1997, p. 1)

Seus recursos provêm de empréstimos de organismos internacionais (BIRD), do Orçamento Geral do Estado da Paraíba, das Prefeituras Municipais (força de trabalho) e Associações Comunitárias (recursos humanos) envolvidas no Projeto e ainda, recursos provenientes do Governo Federal, órgãos públicos e privados em favor do projeto.

O Projeto Cooperar atua em 222 de um total de 223 municípios da Paraíba, excetuando-se a capital do Estado, João Pessoa. Este programa implementa projetos demandados pelas comunidades rurais e respectivas associações, via Conselhos Municipais, cujas funções são, entre outras, orientar a implantação de projeto comunitário, priorizando-os e estabelecendo parcerias com instituições e

⁶⁰ A avaliação deste trabalho tem por base o Contrato de Empréstimo n°. 4251 – BR de 16/02/1998, firmado entre o Governo do estado da Paraíba e o BIRD, que vigorou durante o período compreendido entre 1998 e 2003, prorrogado até o ano de 2006. O valor desse empréstimo foi de US\$ 80 milhões de dólares.

voluntários. Na Paraíba, firmaram convênios nesse processo 3.360 associações comunitárias, no período compreendido entre 1998 e 2006.

Os Conselhos Municipais são compostos por representantes das Associações Comunitárias Rurais (80%) e representantes da sociedade civil organizada e do Poder Público (20%). De acordo com o relatório de Conclusão Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR – Projeto Cooperar/2008,

[...] a instalação de Conselhos Municipais, instâncias de decisão e cidadania, significou a democratização das decisões, o fortalecimento do capital social e maior responsabilidade na aplicação dos recursos.

Em 1998, funcionavam 23 Conselhos. Hoje, são 222 Conselhos funcionando.

Os projetos financiados pelo Projeto Cooperar são de *infra-estrutura*, como eletrificação rural, açudes; *produtivos*, a exemplo de beneficiamento de cereais e frutas, pequenos sistemas de irrigação; *sociais*, como saneamento básico, creches e centros de atividades múltiplas.



Ilustração 01 - Assistência Técnica dada às Associações Comunitárias em Sapé/PB. Pesquisa Direta, 2003.

De acordo com o Banco Mundial, as formas de solicitação, cadastramento e participação na execução e manutenção dos subprojetos obedecem aos seguintes procedimentos:

- 1º - Definição do projeto prioritário em assembléia geral dos moradores da comunidade, com a decisão registrada em ata, assinada por todos os presentes, onde são apresentados e priorizados os pleitos comunitários;
- 2º - Encaminhamento dos pleitos ao Conselho Municipal com relação das famílias a serem beneficiadas;
- 3º - Análise da legitimidade dos pleitos comunitários pelo Conselho Municipal, priorizando as demandas aprovadas e o envio às gerências regionais ou diretamente à Coordenação do projeto Cooperar, para o cadastramento.
- 4º - Análise de viabilidade técnica do subprojeto, pelo Cooperar, considerando aspectos sócio-econômico e ambiental, com consulta a órgãos parceiros.
- 5º - Celebração do convênio como Associação Comunitária.
- 6º - Realização de reuniões na Comunidade e Conselho para o repasse de orientações sobre: processo de acompanhamento e supervisão; prazos de execução; licitações (coleta de preços); prestação de contas; assessoria especializada para a execução do subprojeto, quando for o caso; e capacitação para a gestão.
- 7º - Constituição do Comitê de Acompanhamento em cada comunidade beneficiada, para a fiscalização da execução dos subprojetos.
- 8º - Acompanhamento e supervisão dos projetos financiados – efetuados pela equipe técnica do Cooperar e/ou consultores de instituições parceiras, aos quais compete emitir parecer. Cada visita técnica é um momento de capacitação em serviço e repasse de informação e de orientação à comunidade, com vistas ao melhor desempenho do subprojeto.
- 9º - Prestação de contas – após a conclusão do subprojeto, a entidade apresenta comprovação da aplicação dos recursos recebidos, no prazo estabelecido no convênio. (RELATÓRIO DE CONCLUSÃO PROJETO COOPERAR, 2008, p. 28)



Ilustração 02 - Centro de Atividades Múltiplas. Projeto Social implementado em Araruna. Pesquisa Direta, 2003.



Ilustração 03 - Usina de Beneficiamento de Frutas em Sapé/PB. Projeto Produtivo. Pesquisa Direta, 2003.



Ilustração 04 - Caixa d'água elevada em Araruna/PB. Projeto de Infra-estrutura. Pesquisa Direta, 2003.



Ilustração 05 - Passagem Molhada. Projeto de Infra-estrutura. Assentamento Padre Gino – Sapé/PB. Pesquisa Direta, 2003.

O Projeto Cooperar tem como órgãos parceiros: Secretaria de Agricultura, Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Recursos Hídricos, CAGEPA, SEBRAE, UFPB e EMATER, dentre outros. O objetivo dessas parcerias é promover uma ação articulada na análise dos projetos, a fim de que os convênios a serem assinados estejam tecnicamente bem elaborados.

A fim de potencializar os investimentos, desenvolveu integração com outros programas governamentais, a exemplo do programa de Artesanato A Paraíba em suas Mãos, Leite da Paraíba, Luz para Todos, Brasil Alfabetizado e projeto de Irrigação das Várzeas de Souza.

Sob a orientação do Banco Mundial projetos produtivos passaram a ser priorizados, conforme pode ser visualizado nos Documentos denominados Ajuda Memória. (Anexo A).

O Projeto Cooperar vem destinando desde 1998 um volume de recursos significativo em variadas obras no Estado da Paraíba, fato refletido na paisagem agrária. De 1998 a 2006, do total de projetos implementados, 2.294 (87%) foram de infra-estrutura, beneficiando 125.063 famílias, 255 (8%) de projetos sociais, beneficiando 20.256 famílias e apenas 154 (5%) de projetos produtivos, beneficiando 8.667 famílias.

Em entrevista concedida pela Coordenadora da Gerência do Litoral, do Projeto Cooperar, fica evidenciada a importância da organização das associações comunitárias que, posteriormente, encaminharão aos Conselhos Municipais, as demandas de suas comunidades. A ausência de uso político dos projetos em questão permitiria a legitimidade e melhor benefício aos camponeses.

[...] Tem a ver com a organização da comunidade... Com o papel que a associação faz lá dentro. Se a associação é atuante ou se ela não é... Se existem brigas políticas... [...] É político-partidário mesmo que desmantela, desorganiza e desestrutura as associações. (Informação verbal cedida pela técnica da Gerência Regional do Litoral/ Projeto Cooperar, Maria Marta Evangelista Silva, em maio de 2004).

2.3.1 O Cooperar em números: qualidade de vida, renda e trabalho pela implementação de subprojetos produtivos, sociais e de infra-estrutura.

Neste item destacamos resultados do Projeto Cooperar nos 10 anos de atuação, prazo em que vigorou o empréstimo 176-BR, encerrado em meados do ano 2007.

O Projeto Cooperar, apesar de política meramente compensatória, é reconhecido pelos camponeses como um programa que foi e sempre será bem vindo. Não há como negar que possibilita as melhorias na qualidade de vida e trabalho e, indiretamente, constitui-se como elemento utilizado para a recriação camponesa. Isto se confirma nos depoimentos a seguir. O Sr. Zé Nilo, ou Zé Preto como é mais conhecido (por que nasceu mais moreno em uma família toda de brancos), camponês criador, emite sua opinião sobre o Cooperar:

Sr. Zé Nilo – O Projeto Cooperar é um projeto que sempre vem pra ajudar o homem do campo, né? Até a uns anos atrás, ele ajudou muito e eu não sei por que tava parado, aí um pouco... [acabou o empréstimo, acabou o dinheiro, digo eu]. É, acho que sim. Parece que tá voltando agora, né? É muito importante. Eu nunca fui beneficiado por que eu nunca tive projeto pelo cooperar, a comunidade sempre fez os projetos e se saiu bem, diz que tá voltando. É bom, por que algumas coisas que traz.

Para Leonardo Saulo (ADR e criador), Gervázio Maia (técnico da EMATER e criador) e Jerônimo (assentado e criador)⁶¹, o Cooperar foi de extrema importância, pois

Leonardo Saulo – [...] na nossa comunidade... [...] praticamente todo benefício que entrou foi através do Cooperar. [...] Nós temos a eletricidade, nosso primeiro projeto foi através do Cooperar, temos abastecimento d'água, foi através do Cooperar, temos um projeto de caprinocultura, que foi o último, foi implantado através do Cooperar, foi um dos maiores projetos aqui do município. Posso dizer que foi um projeto completo, veio toda parte de estrutura, sala de ordenha, aprisco, cocheira, tudo, 150 matrizes, isso pra beneficiar 10 produtores, uma bomba, bomba elétrica, com 50 [?], uma forrageira, 5ha de capim, 5 de palma. Então, foi assim um projeto completo pra se trabalhar coletivamente. [o Projeto Mandala se encontra em funcionamento no sítio Cacimbas, embora com a participação de apenas 02 famílias]

Gervázio – O Cooperar a gente considera assim com uma participação muito boa, presença que tem desenvolvido muito o município, na caprinocultura, no abastecimento d'água, eletrificação, agricultura [...]. Então a gente vê mudança de vida com o trabalho do cooperar no município.

Jerônimo – O Cooperar significa muita coisa, pra todas as famílias, principalmente nós que moramos nesse semi-árido, muito seco, acho que foi um dos programas que veio pra ficar por que veio dentro das necessidade da nossa região, inclusive nós temos outro projeto já apresentado agora para o cooperar nesta semana mais uma aquisição pra o nosso assentamento, esperamos ser contemplados com a aquisição de um trator, por que temos uma comunidade com 101 famílias e necessita muito de ... [a hora de aluguel do trator para preparar a terra é R\$ 50,00]. Tem particulares aí que é até R\$ 70,00. Fica muito difícil.

Temos observado, desde nossas pesquisas na graduação, que os projetos de infra-estrutura foram priorizados. Foi carro-chefe de um governo estadual anterior⁶². É certo que, para que se implantassem os projetos produtivos, era necessária infra-estrutura básica.

[...] Lá nosso primeiro projeto foi a eletricidade, a energia.. Se não tivesse, tava praticamente parado. Depois veio o abastecimento d'água que já agregou com a energia, já coloca uma bomba, uma forrageira, irriga e o da caprinocultura veio pra fechar tudo. (Informação Verbal)⁶³

⁶¹ Depoimentos concedidos à autora em fevereiro de 2008, fevereiro de 2003 e fevereiro de 2008, respectivamente. Pesquisa Direta.

⁶² Governo Maranhão, entre os anos de 1996 a 2002.

⁶³ Informação concedida por Leonardo Saulo, ADR e criador em Cabaceiras. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

As demandas que partem das comunidades são avaliadas em reuniões do Conselho Municipal. Para encaminhar que seja encaminhado, deve ser prioridade para a maioria, deve atender ao público proposto pelo programa; a associação deve ser capaz de gerenciar e manter o subprojeto a ser implementado; a associação deve ter conhecimento anterior sobre regras gerais que norteiam a política⁶⁴.

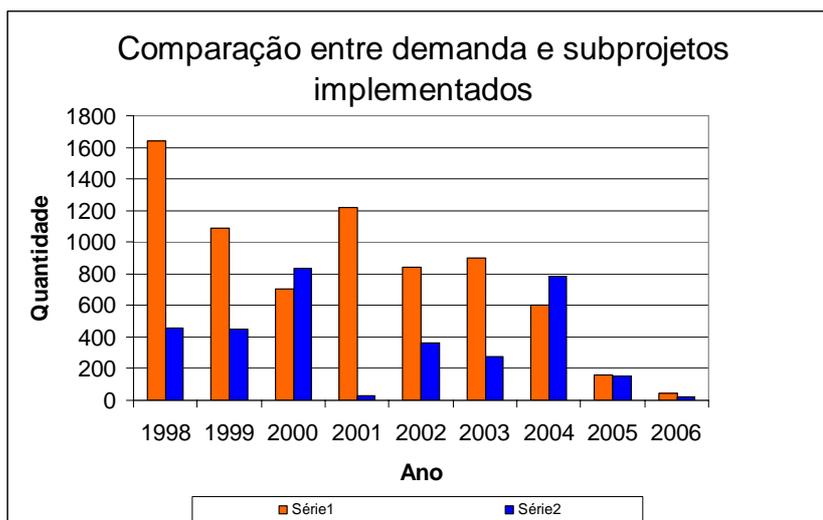


Gráfico 05 – Relação entre oferta e demanda dos subprojetos nas comunidades rurais do Estado da Paraíba. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Sabendo-se que o Projeto Cooperar atua na implementação de subprojetos em três linhas definidas – infra-estrutura, produtivos e sociais – verificamos, ao observar o gráfico anterior, que o atendimento às comunidades rurais não corresponde a toda a demanda. A **demanda** (Série 1) sempre esteve muito além dos projetos concretamente implementados (série 2). Durante alguns períodos, ocasionalmente, a implementação foi superior à demanda, como nos anos de 2000 e 2004.

Conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo, foram beneficiadas, no período de 1998 a 2006, o total de 153.986 famílias com 3.373 subprojetos implementados. No ano de 2000, foram beneficiadas 35.669 famílias⁶⁵. Como a coordenação do Programa considera uma média de quatro pessoas por família,

⁶⁴ Informações contidas no **Manual de Operações**. Acordo de Empréstimo n° 4251/BR. Governo do estado da Paraíba. Projeto de Combate à Pobreza Rural. Dezembro de 2001.

⁶⁵ Pode-se relacionar o aumento visível na implementação dos projetos durante os períodos eleitorais (2000 e 2004).

pode-se dizer que em 2000 (o ano em que foram beneficiadas mais famílias), foram beneficiadas 142.676 pessoas.

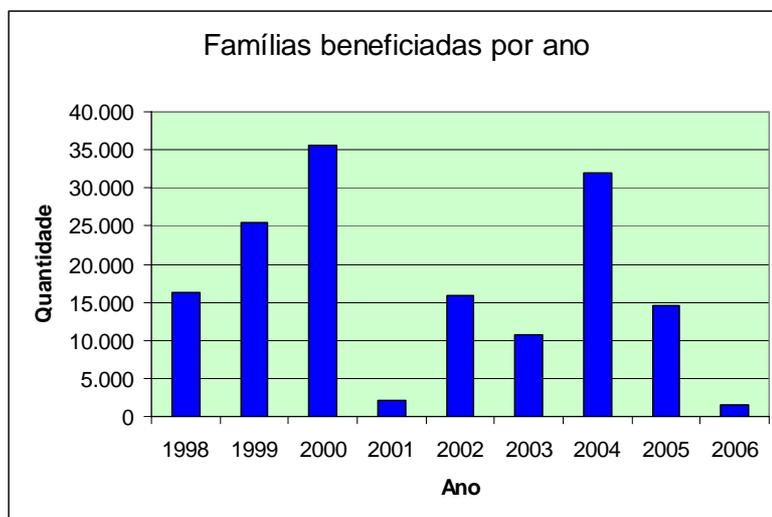


Gráfico 06 – Famílias beneficiadas pela implementação de subprojetos do PCPR no Estado da Paraíba de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Na seqüência (gráfico 07), pode ser visualizada a implementação dos subprojetos, entre os anos de 1998 a 2006.

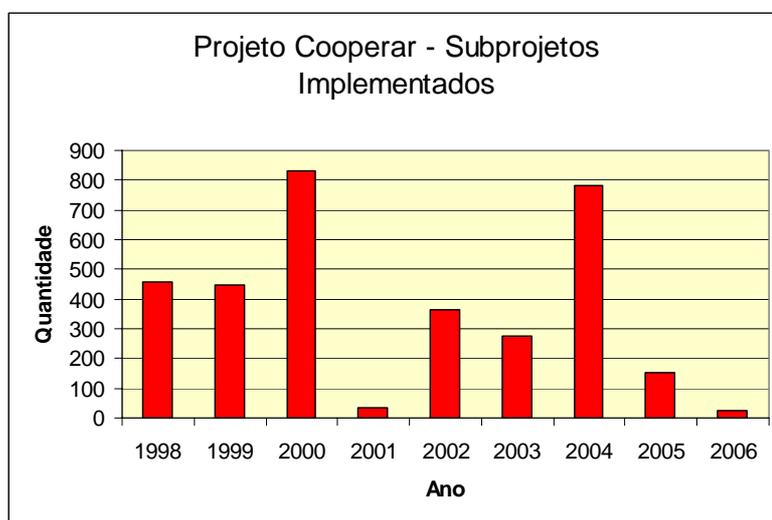


Gráfico 07 – Subprojetos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Foram implementados, no período compreendido entre 1998 e 2006, um total de 3.373 subprojetos, com investimentos de US\$ 81.7 milhões.

No gráfico a seguir, pode ser observado a quantidade de subprojetos implementados por categoria/tipo. O que se observa claramente é que os projetos de infra-estrutura (87%) respondem pela maior parte dos subprojetos implementados, a exemplo de caixas d'água elevadas, cisternas e abastecimento d'água singelo.

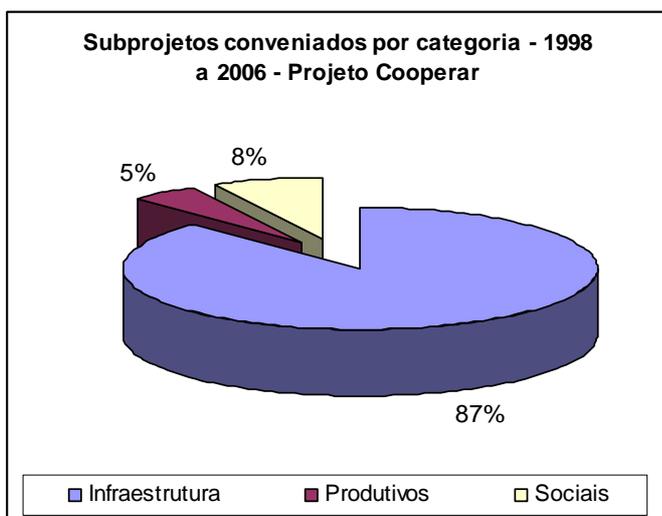


Gráfico 08 – Subprojetos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

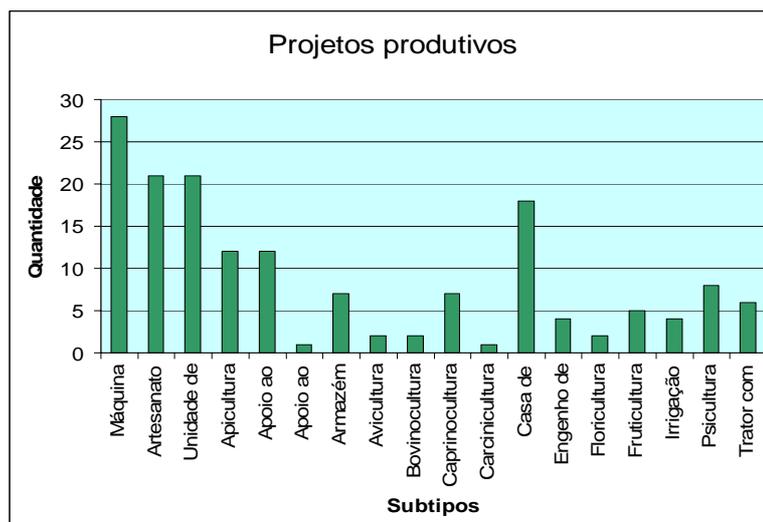


Gráfico 09 – Subprojetos produtivos implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

No gráfico 09, pudemos observar os números quanto aos subprojetos implementados na Paraíba, entre os anos de 1998 e 2006. Os tipos de projetos variam: Unidade de Beneficiamento de leite e derivados, máquina beneficiadora de grãos, artesanato, apicultura, avicultura, caprinocultura, Apoio ao Pequeno Negócio, Apoio ao turismo, Armazém Comunitário, Bovinocultura, Carcinicultura, Casa de Farinha, Engenho de Rapadura, Floricultura, Fruticultura, Irrigação Comunitária, Psicicultura e Trator com implementos.

Foram implementados na Paraíba 2.964 projetos de infra-estrutura na Paraíba de 1998 a 2006, dentre os quais eletrificação rural, sistemas de abastecimento de água e dessalinizadores. Totalizam o uso de R\$ 153.249.856,00 em recursos. Observemos os gráficos que refletem esses números:

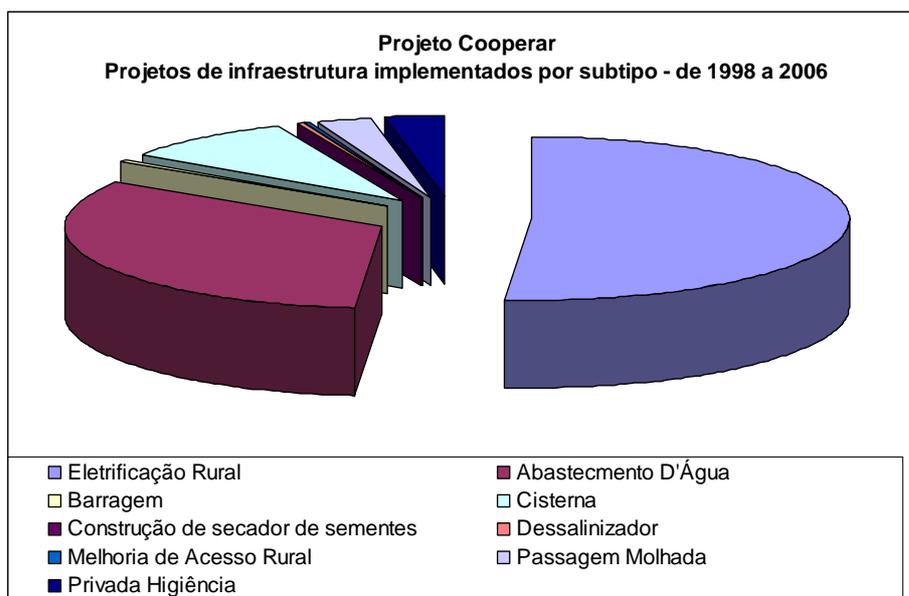


Gráfico 10 – Subprojetos de infra-estrutura implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Na seqüência, os subprojetos sociais implementados na Paraíba entre os anos de 1998 e 2006, que totalizam 255 subprojetos, com o uso de R\$ 20.766.825,00.

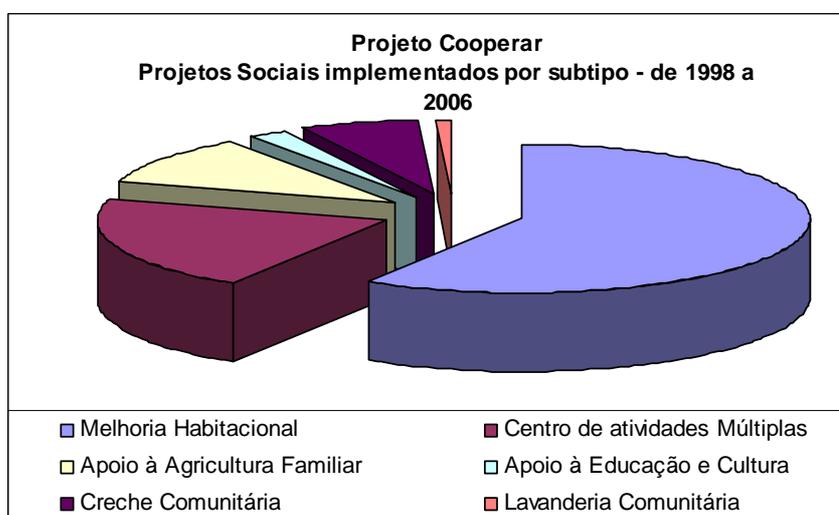


Gráfico 11 – Subprojetos sociais implementados no Estado da Paraíba pelo PCPR, de 1998 a 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Em Cabaceiras, verifica-se a mesma tendência nas solicitações das comunidades rurais. Foram pleiteados 852 e conveniados 154

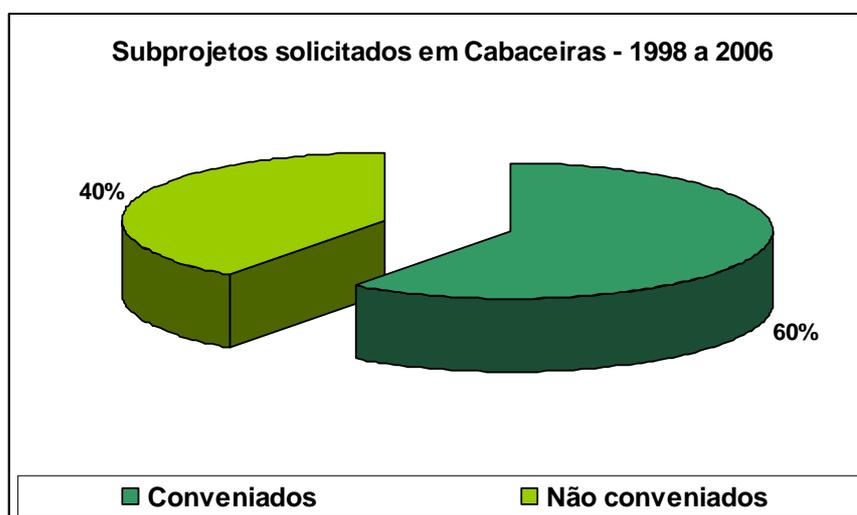


Gráfico 12 – Subprojetos solicitados em Cabaceiras entre 1998 e 2006, por convênio. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

Os pleitos, em Cabaceiras, demonstram haver, por parte das comunidades rurais, maior interesse ou necessidade de projetos produtivos. Enquanto foram conveniados 2.964 projetos de infra-estrutura, aqueles voltados para atividades produtivas somam 154.

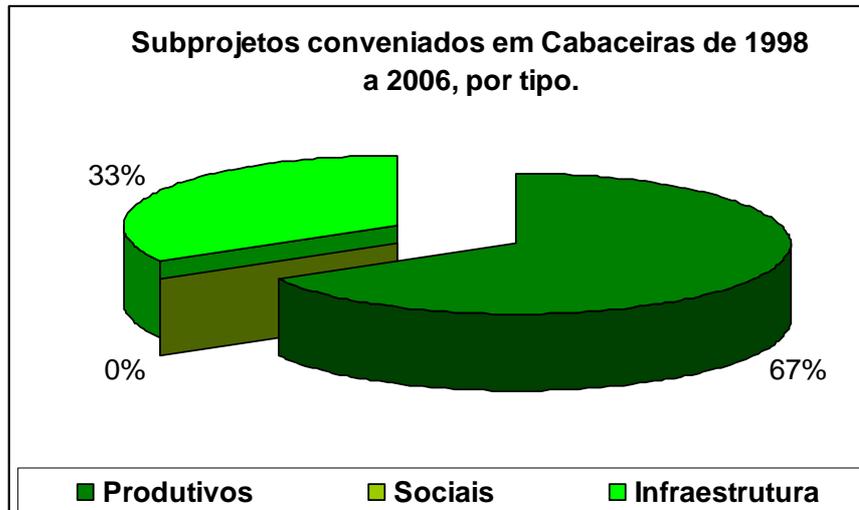


Gráfico 13 – Subprojetos conveniados em Cabaceiras entre 1998 e 2006, por tipo. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

Em seguida, demonstramos, através de gráficos, os pleitos e convênios firmados pela ASCOMCAB, entre 1998 e 2006, bem como aqueles conveniados por tipo (gráfico 15). Neste, pode ser observado que o maior número de convênios refere-se a projetos produtivos.

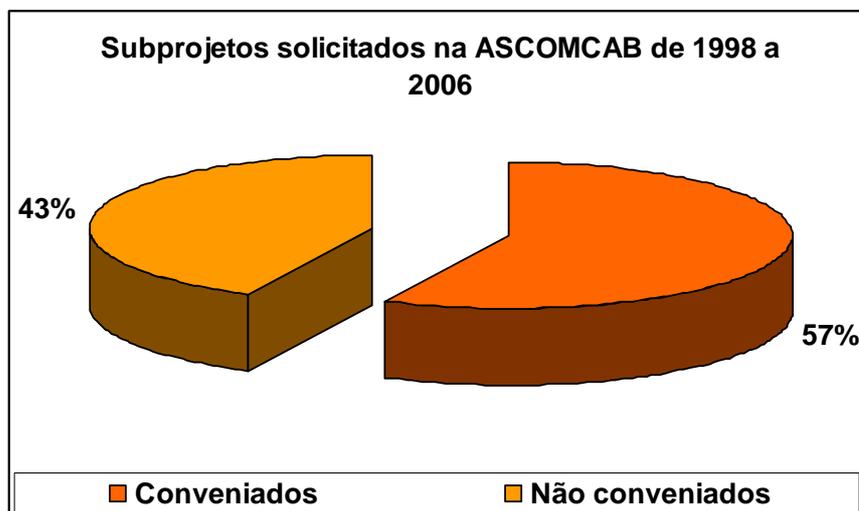


Gráfico 14 – Subprojetos conveniados na ASCOMCAB entre 1998 e 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

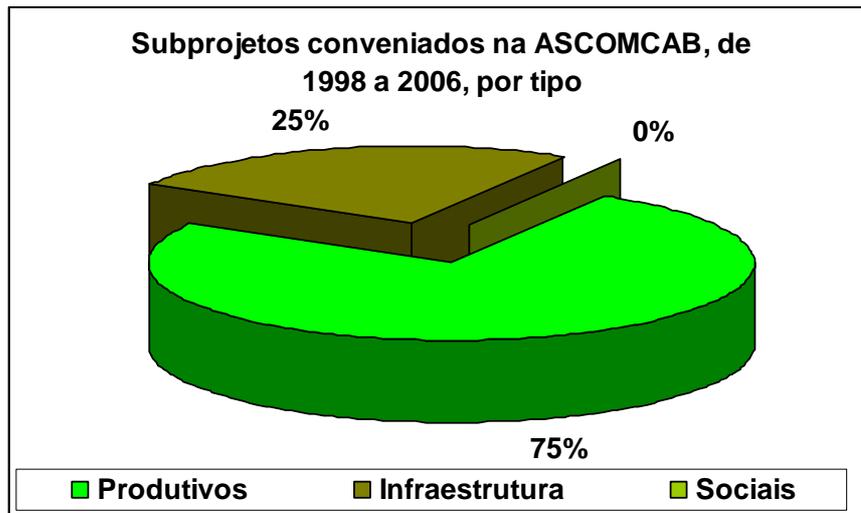


Gráfico 15 – Subprojetos conveniados na ASCOMCAB entre 1998 e 2006, por tipo. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

Na ARTEZA, no tocante aos tipos de projetos, percebemos que ainda existe uma grande necessidade de projetos de infra-estrutura (gráfico 16).

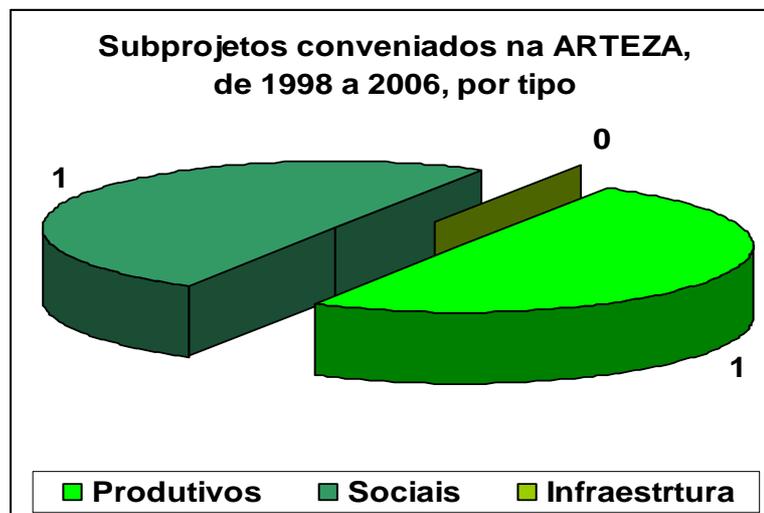


Gráfico 16 – Subprojetos conveniados na ARTEZA entre 1998 e 2006, por tipo. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

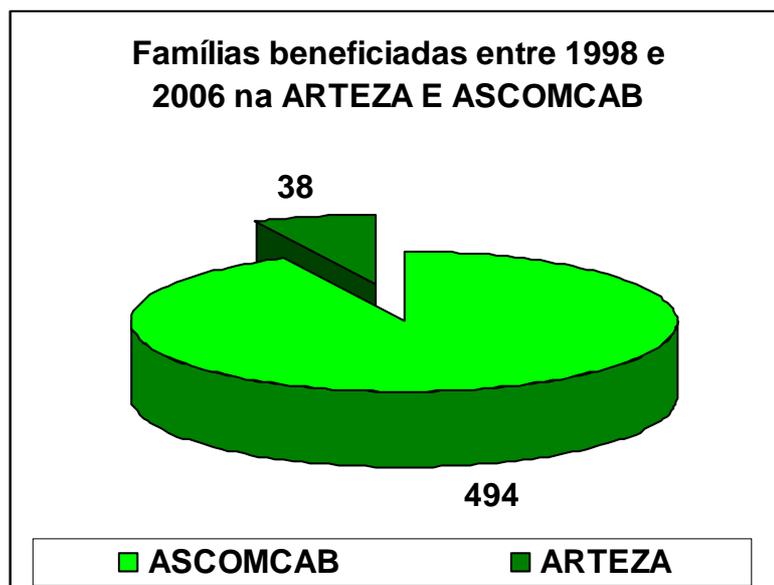


Gráfico 17 – Famílias beneficiadas na ARTEZA e na ASCOMCAB entre 1998 e 2006, por tipo. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008

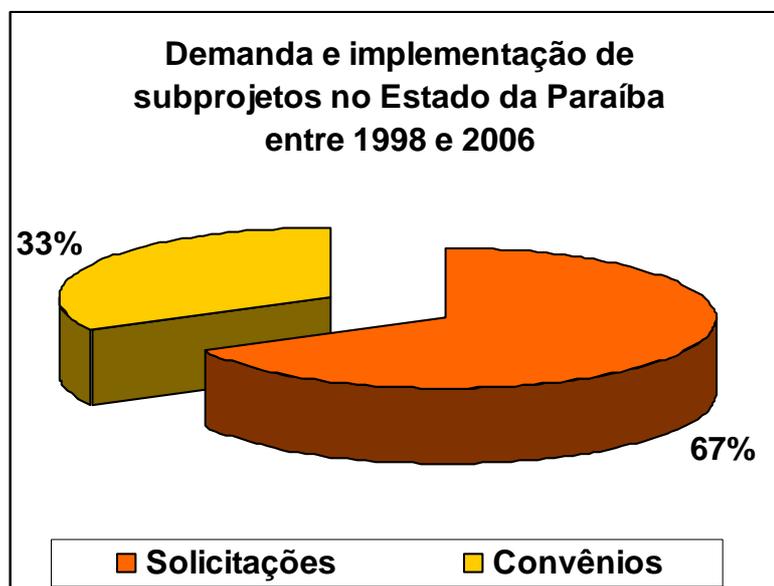


Gráfico 18 – Demanda e implementação de subprojetos no Estado da Paraíba, entre 1998 e 2006. Fonte: MIS/COOPERAR. Pesquisa Direta, 2008.

Na Paraíba, conforme demonstra o gráfico anterior (18), foram pleiteados 7.204 projetos e conveniados apenas 3.373, o que corresponde a 33% do total solicitado. Podemos perceber, assim, que as comunidades rurais permanecem

carentes de projetos, sejam eles produtivos, sociais ou de infra-estrutura, bem como a importância e necessidade de políticas que venham a beneficiar o camponês. No depoimento a seguir fica claro que uma política bem direcionada culmina, comprovadamente, em alternativas para o camponês e como estratégia de recriação e permanência.

Foi de extrema necessidade, que o Projeto Cooperar superou as expectativas, posso dizer até do nosso município, né? Ninguém nunca pensava em ter uma usina de leite de cabra? Que a questão cultural aqui era leite de vaca, todo mundo só queria se fosse leite de vaca. Então foi implantado aqui através do Projeto Cooperar e foi difícil, mas com o passar dos tempos, as diretorias não só uma mas todas, sempre trabalhando, incentivando, tal, então hoje tem esse prédio, essas estruturas todinhas graças ao Cooperar. E o desenvolvimento da caprinocultura para o município graças à Usina que se não fosse o Cooperar não estaria aqui. Então hoje posso dizer que tem um desenvolvimento da caprinocultura no nosso município veio surgir depois da Usina. Antes o pessoal criava o caprino só pra corte mesmo **e vendia a intermediário, preço de banana mesmo**, não sabia nem o que tava vendendo. [...] Com o desenvolvimento da caprinocultura, hoje você chega, como você mesma frisou, eu ando em várias propriedades... Hoje a gente chega em uma propriedade, vê uma criança mais feliz do que antes, não ta pegando no pesado como antes pra ajudar o pai, pra trabalhar alugado. **Tem exemplos de produtores que trabalhavam em fazenda como vaqueiro e hoje já é independente, já tem 4, 5 cabrinhas ali que já dá pra ele tirar a feira dele, o filho ir pra escola, estudar normalmente sem precisar ta deixando de estudar pra ajudar pra conseguir o alimento.** Outros já compram até uma motozinha, pra no final de semana fazer um passeiozinho, então, não é grande coisa, mas vem sendo muito importante a caprinocultura aqui. Eu posso dizer com toda segurança que é a principal fonte de desenvolvimento da nossa cidade aqui. Eu digo por que como a gente visita cada produtor, eu lhe digo com segurança. É a principal fonte de renda hoje do município, com certeza. (Informação Verbal)⁶⁶

Da mesma forma, incentivam o retorno à terra:

Eu mesmo, no início da Cooperativa, passei por uma dificuldade muito grande [...] tive que ir embora, passei três anos num trabalho fora e depois que eu voltei. E a vida lá fora é muito difícil. [...] Passei 3 anos trabalhando na portaria. Além de você ser muito discriminado, porque Nordeste é muito discriminado, principalmente paraibano. Voltei do Rio em 2001 e desde então eu trabalho aqui. Mas eu fazia parte da fundação desde o início.

⁶⁶ Depoimento de Leonardo Saulo, camponês-criador e ADR. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 06 - ARTEZA: Sede. Distrito de Ribeira de Cabaceiras - Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2007.



Ilustração 07 - Cotidiano. Moradores no Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 08 - Usina de Beneficiamento de Leite - ASCOMCAB. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 09 - Ordenha. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 10 - Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 11 - Oficina Caseira. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 12 - ASCOMCAB. Cabaceiras/PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 13 - Chegada do leite de Caturité. Cabaceiras/PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 14 - Início do processo de beneficiamento do leite de cabra na Usina. Primeira filtragem. Cabaceiras/PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 15 - Leite recebido pela manhã. Cabaceiras/PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 16 - Entrega do leite pelo criador. Cabaceiras/PB. Pesquisa direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 17 - Instrumentos de trabalho na atividade artesanal. Oficina Caseira. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 18 - Peças de artesanato expostas e à venda na sede da ARTEZA. - Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 19 - Trabalho dos jovens na ARTEZA. - Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 20 - "Ateliê". Oficina Caseira. - Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa do Leite: características e atuação na Paraíba

O Programa do Leite é um desdobramento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que por sua vez é também desdobramento do programa Fome Zero, do Governo Federal.

O PAA, que compõe as ações e programas do Eixo 02 do Programa Fome Zero⁶⁷, consiste em “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar”. (MDS, 2008). O PAA foi instituído por intermédio da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, em seu artigo 19 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº. 6.447, de 07/05/2008.

O Grupo Gestor, que tem sob sua responsabilidade implementar o Programa, é composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Neste programa, os alimentos são adquiridos

[...] com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar

⁶⁷ O Programa Fome Zero, instituído a partir de 2003, tem como meta combater a fome, propiciando alimentação adequada à população carente. Com esse objetivo, desdobra-se em quatro eixos principais: Acesso aos alimentos, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Geração de Renda e Articulação, Mobilização e Controle Social. O primeiro eixo, **Acesso aos Alimentos**, é composto por programas e ações de transferência de renda, nutrição, alimentação e acesso à educação e à informação, a exemplo do Bolsa Família; Alimentação Escolar (PNAE); Alimentos a grupos específicos, a exemplo de povos indígenas e comunidades quilombolas; Cisternas, que visa atender à população rural do semi-árido. No eixo 02, **Fortalecimento da Agricultura Familiar**, as seguintes ações e programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Garantia Safra; Seguro da agricultura Familiar; Programa de Aquisição de Alimentos. No eixo 03, **Geração de Renda**, as seguintes ações e programas: Qualificação social e profissional; Economia Solidária e inclusão produtiva; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad); Organização Produtiva das Comunidades; Desenvolvimento de Cooperativas Catadores e Microcrédito produtivo orientado. No eixo 04, **Articulação, Mobilização e Controle Social**, as seguintes ações e programas: Casa das Famílias – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Mobilização social e cidadã; Capacitação de agentes públicos e sociais; Mutirões e doações; Parcerias com empresas e entidades e Controle Social – conselhos da área social.

que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral. (MDS, 2008)

O público-alvo deste Programa são pessoas em instabilidade alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais, com risco alimentar, a exemplo de comunidades quilombolas, acampados de reforma agrária e atingidos por barragens.

No quadro a seguir, podem ser visualizadas as modalidades do PAA:

Sigla	Título	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações), inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB.
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos governos Estaduais, Municipais e pela CONAB.
CPR Estoque	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Quadro 04 – Modalidades do PAA. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoess>>. Acesso em março de 2008.



Ilustração 21 - Chegada do leite na Usina. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 22 - Pasteurizador. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 23 - Recebimento do leite e primeira filtragem. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 24 - Distribuição do leite. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 25 - Embaladeira. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

O Programa do Leite (PL), como observado no quadro anterior, é um dos itens do Incentivo à Produção e Consumo do Leite. Seu objetivo é fazer com que as famílias que se encontram em forte instabilidade alimentar e nutricional, consumam leite, ao passo que, simultaneamente, incentiva a produção de componente alimentar. O Programa do Leite ocorre mediante parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os governos estaduais.

Os principais focos do PL são as populações em estado de vulnerabilidade alimentar, que recebem o leite diariamente e, de forma gratuita, pela Usina, alguns moradores não cadastrados no PL.

Os critérios elencados a seguir formam a base de seleção do público beneficiado pelo programa: renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, R\$ 240,00); ter na família crianças de até 06 anos; estar amamentando até 06 meses após o parto; gestantes e idosos a partir a partir de 60 anos, além de outros que sejam autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

Para o produtor, que recebe por seu produto um preço fixo, os critérios são: sua produção não pode exceder o volume máximo de 100 l por dia, priorizando aqueles que produzem 30 l ao dia; respeitar limite financeiro de R\$ 3.500,00 por produtor, semestralmente; estar apto, mediante declaração emitida pelo PRONAF, e enquadrado nas categorias A ou E; comprovar vacinação dos animais.

Os investimentos no PL, de 2003 até os dias atuais, superaram os R\$ 690.000.000,00, beneficiando 700.000 famílias diariamente, 29.000 produtores de leite, em mais de 1.200 municípios.

O Programa do Leite é uma parceria do Fome Zero com os nove estados do Nordeste, além de Minas Gerais, regiões que abrigam o semi-árido brasileiro. O Governo Federal compra dos agricultores familiares a produção diária de leite e destina o produto a crianças, nutrizes, gestantes e idosos acima de 60 anos. Na Paraíba, 223 municípios participam do programa. (MDS, 2006).

Na Paraíba, o PL foi implementado e é coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano e executado pela Fundação de Ação Comunitária (FAC), em parceria com a Secretaria da Indústria e Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Seu objetivo é elevar a qualidade de vida da população de baixa renda e combater a fome.

No Estado, são distribuídos 1200 litros de leite por dia, beneficiando os camponeses criadores do semi-árido, que tem a garantia da compra do leite produzido por preço fixo, gerando renda e melhorias para a qualidade de vida. “Na Paraíba, o Programa Fome Zero foi implantado em quatro fases, totalizando atualmente 218 municípios, representando um percentual de 97,73% de cobertura da área total do Estado”. (SETRAS, 2008)

Depoimentos como o da Sra. Rosilene, beneficiária do PL, comprovam que a cultura quanto ao leite de cabra vem mudando. Observemos:

Tem vez que a máquina aqui quebra e a gente compra daquele leite em pó, né? Eles não quer mais tomar... Quando a gente faz, ela [a criança] diz: não, quero de cabra. [...] Ele [o leite de cabra] é mais gostoso, agora tem gente que tem muito nojo, não faz nada, não faz bolo, não come bolo dele nem nada, mas lá em casa a gente faz tudo e não fica... [...] Não tem cheiro nenhum, nem gosto nenhum ruim.

Quadro 05 - Imagens da entrega do leite de cabra na Usina de Beneficiamento de Leite em Cabaceiras e dos beneficiários do Programa do Leite no município. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Retirada do Leite da câmara frigorífica para entrega aos beneficiários do PL. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Entrega do leite. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Entrega do leite. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Entrega do leite. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



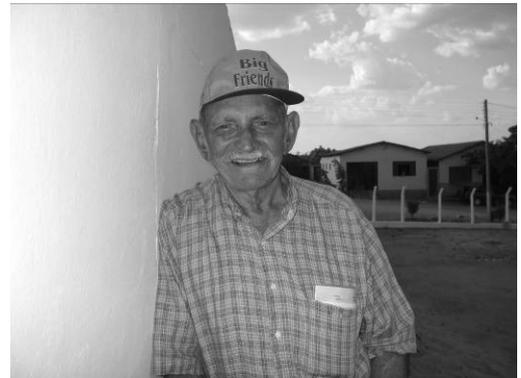
Criança beneficiária do PL. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Crianças beneficiárias do PL. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Beneficiários do PL. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



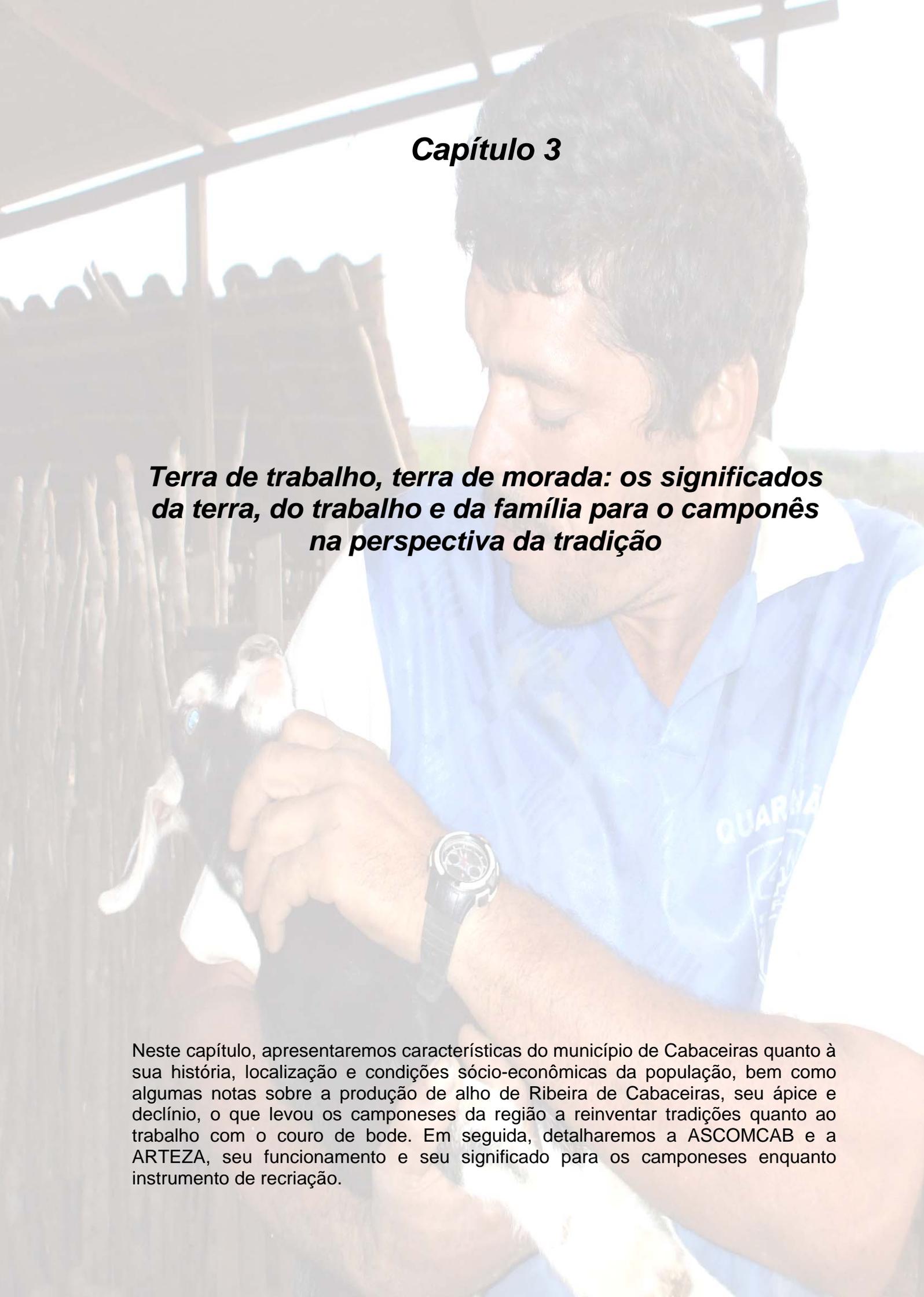
Beneficiário do PL. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Beneficiários do PL. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Beneficiários do PL. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.

A man with dark hair, wearing a blue polo shirt, is shown in profile, looking down at a small black and white goat kid he is holding in his hands. The background is a rustic wooden structure, possibly a barn or a goat pen, with a corrugated metal roof. The lighting is bright, suggesting an outdoor or well-lit indoor setting.

Capítulo 3

Terra de trabalho, terra de morada: os significados da terra, do trabalho e da família para o camponês na perspectiva da tradição

Neste capítulo, apresentaremos características do município de Cabaceiras quanto à sua história, localização e condições sócio-econômicas da população, bem como algumas notas sobre a produção de alho de Ribeira de Cabaceiras, seu ápice e declínio, o que levou os camponeses da região a reinventar tradições quanto ao trabalho com o couro de bode. Em seguida, detalharemos a ASCOMCAB e a ARTEZA, seu funcionamento e seu significado para os camponeses enquanto instrumento de recriação.

3.1 Cabaceiras: caracterização histórica, espacial e sócio-econômica

O município de Cabaceiras, denominado anteriormente de Vila de Boqueirão, foi fundado na metade do século XVII, precisamente no ano de 1665, pelo baiano Antônio de Oliveira Ledo, juntamente com outros colonizadores. Juntamente com Pascoal de Oliveira Ledo e outro parente, Pascácio de Oliveira Ledo, povoaram a região. Em 1730, Pascácio vendeu parte de suas terras (Bertioga e Passagem) aos seus genros por parentesco, o capitão Antônio Ferreira Guimarães e o tenente Farias Castro. Em 1834, o povoado passou à categoria Vila Federal de Cabaceiras por intermédio da Resolução de 21 de julho e instalada no dia 31 de agosto do 1835, através da confirmação por Lei Provincial de 11 de junho deste ano⁶⁸.

A sede municipal foi transferida para a povoação de Bodocongó, por Lei Provincial de nº 134, de 25 de outubro de 1864 e para Barra de São Miguel por Lei Estadual de nº 166, de 10 de julho de 1900, sendo restabelecida a sede de Cabaceiras por Lei Estadual nº 264, de 17 de setembro de 1907 até os dias atuais (FAMUP, 2007).

O município de Cabaceiras era composto por sete distritos, em 1955, a saber: Cabaceiras, Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Caturité, Potira e Riacho de Santo Antônio. Carnoió foi emancipado em 1959, passando a ser denominado de Boqueirão, compondo seu território os distritos de Alcantil, Caturité, Bodocongó e Riacho de Santo Antônio. Potira posteriormente se emancipou e recebeu o nome de Barra de São Miguel (1961), São Domingos passou a se denominar São Domingos do Cariri (1994). Atualmente, Cabaceiras possui um distrito apenas, o Distrito de Ribeira de Cabaceiras.

O município, localizado no Estado da Paraíba e na mesorregião da Borborema (IBGE)⁶⁹, compõe a microrregião do Cariri Oriental (IBGE). (VER MAPA 01). Cabaceiras se encontra a uma distância de 183,8 Km² da capital, João Pessoa e

⁶⁸ Informações procedentes do site da FAMUP.

⁶⁹ A atual proposta de regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide o estado da Paraíba em quatro mesorregiões (Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão). Cada uma destas mesorregiões está caracterizada com base na configuração espacial e no processo de povoamento do Estado, que deu origem a paisagens distintas e diferentes formas de uso e ocupação do solo do Litoral até o extremo oeste do Sertão. In: RODRIGUES, Maria de Fátima. F. Ferreira; MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. Indicadores sociais e qualidade de vida na Zona da Mata Paraibana. In: REVISTA CADERNOS DO LOGEPA. Série Textos Didáticos. ISSN 1677 – 1125. Disponível em <<http://www.geociencias.ufpb.br/logepa>>. Acesso em dezembro de 2007.

possui área equivalente a 400,22 Km² (FAMUP, 2007)⁷⁰. Limita-se ao norte com Campina Grande, ao Sul com Barra de São Miguel e São Domingos do Cariri, a leste com Boqueirão e a oeste com São João do Cariri.



Ilustração 26 - Vista da Praça no “coração” da cidade de Cabaceiras. Foto de Ana Bernadete Accioly. Pesquisa Direta, 2003.

De acordo com Ab’Saber (1999,p. 85), Cabaceiras está inserida no semi-árido nordestino, por isso, os camponeses sofrem as adversidades provocadas pelo clima semi-desértico. Segundo o autor,

No período seco existem nuvens esparsas, mas não chove. Na longa estiagem os sertões funcionam, muitas vezes, como semidesertos nublados. E, de repente, quando chegam as primeiras chuvas, árvores e arbustos de folhas miúdas e múltiplos espinhos protetores entremeados por cactáceas empoeiradas, tudo reverdece.

Segundo Duarte (2000), Cabaceiras⁷¹ possui a menor média pluviométrica anual, ou seja, 300mm ao ano, um dos principais fatores que explicam a economia, demografia e a estrutura fundiária do município. De acordo com o autor (*idem*), nos últimos 80 anos, Cabaceiras apresentou a menor média pluviométrica do Brasil, em

⁷⁰A base de dados utilizada pela Federação das Associações dos Municípios da Paraíba (FAMUP) é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁷¹ Caracterizamos, embora preliminarmente, o clima e a vegetação de Cabaceiras enquanto município que compõe o semi-árido no Estado, com fins à contextualizar a necessidade de políticas públicas direcionadas ao camponês nesta região. É nossa intenção ainda, apreender a caprinocultura como uma poderosa alternativa produtiva, por sua capacidade de adaptação às adversidades climáticas da região em estudo.

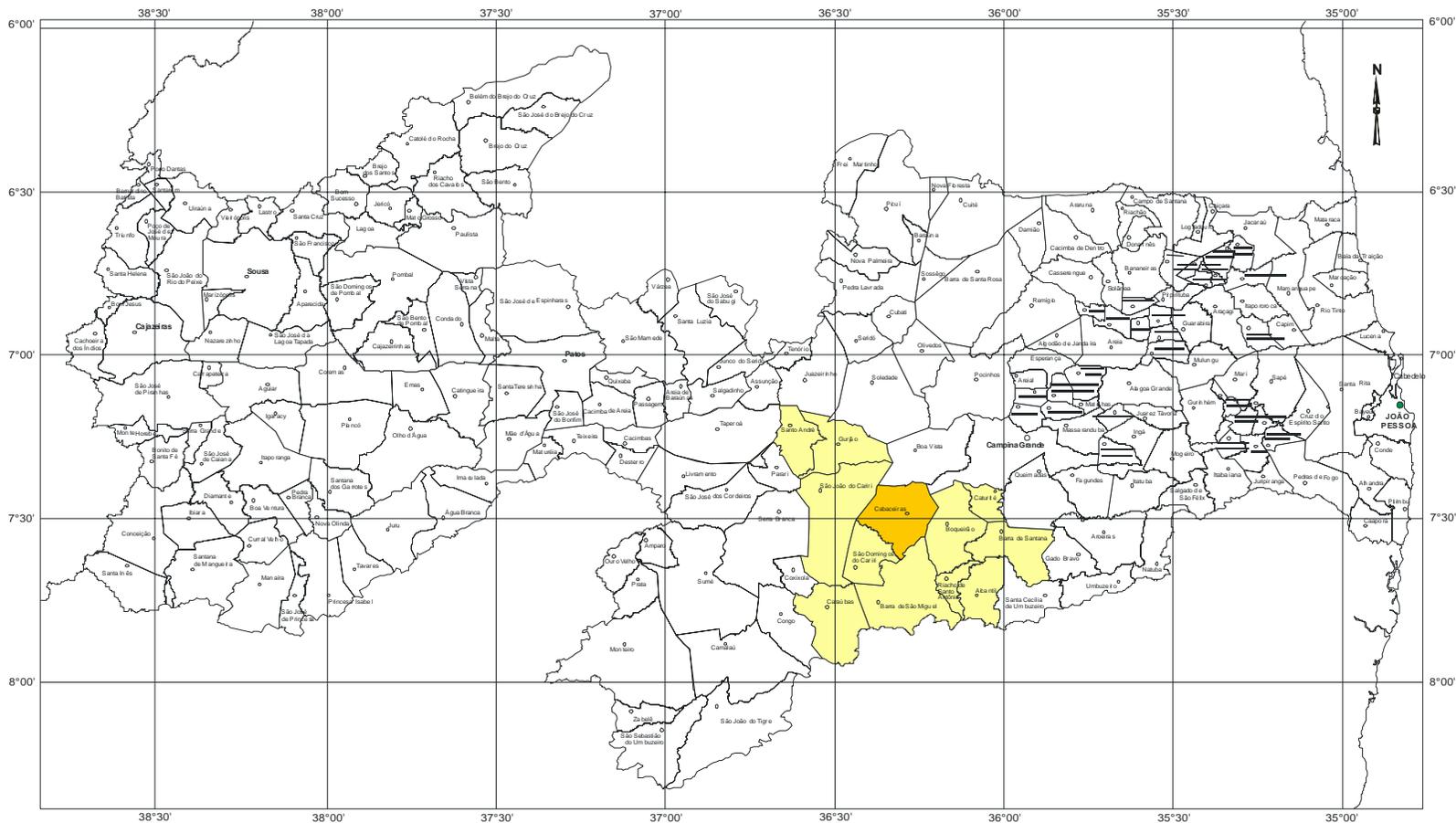
torno de 280 mm ao ano. Assim sendo, é conhecido como “o lugar que menos chove no Brasil”. Para Souza & Suertegaray (2006, p. 3), essa pequena pluviosidade é explicada pelo fato de “seu território ser um dos que estão inseridos no ponto final de fenômenos de perturbação atmosférica causadores de chuvas na Região Nordeste, cujo corredor mais árido atravessa do norte da Paraíba ao sul de Pernambuco, com pluviosidade anual sempre inferior a 500 mm”.

No depoimento de Gervázio Maia, o semi-árido é assim refletido: “[...] Porque a gente mora numa área dessa seca no semi-árido, que no período de inverno é essa beleza. No período de seca, sofrimento”. (Informação Verbal)⁷²

Possui baixa densidade demográfica – 4.907 residentes (FAMUP, 2007). Souza & Suertegaray (2006), a exemplo da já citada baixa pluviosidade, chamam a atenção para estrutura geológica formada por rochas cristalinas, que reduzem sua capacidade de armazenamento de água no lençol freático; solos rasos, salinos e pedregosos; vegetação de caatinga e, por fim, é considerada uma área que sofre forte degradação ambiental⁷³.

⁷² Depoimento concedido à autora. Pesquisa Direta, fevereiro de 2004.

⁷³ SOUZA & SUERTEGARAY (2006).



PROJEÇÃO POLICÔNICA
 MERIDIANO CENTRAL : 36°45' W
 PARALELO DE REFERÊNCIA : 07°15' S
 FONTE DA BASE CARTOGRÁFICA : IBGE

ESCALA GRÁFICA



Ilustração 27 - Mapa de localização do município de Cabaceiras. Base de Dados: IBGE, 2000. Elaborado por Cláudia Velozo, 2006.

Entre 2001 e 2007, os dados sobre a população de Cabaceiras (FAMUP, 2007) revelam que houve uma tímida reversão quanto à queda ocorrida em 200, ano no qual o número de residentes foi reduzido de 6.150 residentes em 1991 para 4.290. Observe o quadro a seguir:

Período	População total
2001	4.291
2002	4.279
2003	4.275
2004	4.264
2005	4.259
2006	4.253
2007	4.907

Quadro 06. Evolução da população do município de Cabaceiras entre 2001 e 2007. Fonte: FAMUP, 2007. Disponível em <<http://www.famup.com.br/portal>>. Acesso em março de 2008.

De acordo com os cálculos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M) ⁷⁴, os índices de renda, longevidade e especialmente os de educação, elevaram a qualidade de vida dos residentes de Cabaceiras, conforme o quadro a seguir:

⁷⁴O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado no início da década de 90 pela Organização das Nações Unidas com o objetivo de construir uma base empírica para a elaboração dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, com fins ao monitoramento do processo de desenvolvimento mundial ao longo da década de noventa. O IDH-M calculado a partir das dimensões: **Renda** (através dos indicadores renda familiar *per capita*, Índice de Theil, Proporção de pobres, Hiato de renda médio, Hiato de renda quadrático médio); **Educação** (através dos indicadores número médio de anos de estudo, Porcentagem da população com menos de quatro anos de estudo, Porcentagem da população com menos de oito anos de estudo, Porcentagem da população com mais de 11 anos de estudo, Taxa de analfabetismo), **Infância** (Defasagem escolar média, Porcentagem de crianças com mais de um ano de defasagem escolar, Porcentagem de crianças que não freqüentam a escola, Porcentagem de crianças que trabalham); **Habitação** (Porcentagem da população que vive em domicílios com densidade acima de duas pessoas por dormitório, Porcentagem da população que vive em domicílios duráveis, Porcentagem da população urbana que vive em domicílios com abastecimento adequado de água, Porcentagem da população urbana que vive em domicílios com instalações adequadas de esgoto); **Longevidade** (Esperança de vida ao nascer, Taxa de mortalidade infantil). Para saber mais: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em dezembro de 2007.

Período	IDH Renda	IDH Longevidade	IDH Educação	IDH Municipal
1991	0,487	0,572	0,680	0,580
2000	0,542	0,684	0,821	0,683

Quadro 07. Evolução do IDH-M de Cabaceiras entre 1991 e 2000. Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico da Paraíba – 2001 – IDEME. FAMUP, 2007. Disponível em <<http://www.famup.com.br/portal>>. Acesso em março de 2008.

Este índice coloca Cabaceiras no 8º lugar no ranking estadual dos municípios paraibanos. A esta melhora na qualidade de vida correlacionamos, conclusivamente, atividades decorrentes da caprinocultura, ao que nos aprofundaremos posteriormente.

Quanto à estrutura fundiária, a distribuição de terras em Cabaceiras reflete o que ocorre em todo semi-árido, como afirma Souza Souza & Suertegaray (2006, p. 10):

O numero total e a área ocupada pelas pequenas propriedades é bastante expressivo em Cabaceiras, superando, nesses aspectos, os outros tipos de propriedades, que demonstra sua importância no município. [...] das 451 propriedades consideradas pequenas, 407 delas ocupam áreas inferiores a 100 ha. [...].

A atividade criatória é dominante no município, o que confere à agricultura de subsistência um caráter de submissão à pecuária⁷⁵, o que pôde ser observado no campo, quando a maioria dos entrevistados afirmaram que plantam milho, feijão, dentre outros produtos, com fins à ração dos animais, o que não significa dizer que não consomem o que plantam. Especificamente para a criação, cultivam, em período chuvoso, além dos produtos já citados, capim, palma e fazem uso da algaroba, disponível em abundancia na região. Observe o depoimento do criador Zé Nilo:

Essa várzea aqui [ele aponta] é onde eu faço a plantação de capim, de milho, feijão no período de inverno, planto esse baixado todinho aqui, planto milho, feijão, capim. Se às veis dé, né? Faço uma colheita boa, senão lucra só alguma palha para os animais mesmo. (Informação Verbal, grifo nosso)⁷⁶.

⁷⁵Mesmo estando submetida à pecuária, a agricultura é de relevante importância, pois, de acordo com SOUZA & SUERTEGARAY (2006, p. 11), além de historicamente atender às necessidades de vaqueiros e ajudar na alimentação complementar do gado, pode ocorrer em consórcio com feijão e milho e na atualidade ter sido introduzida a produção de capim, palma-forrageira e algaroba.

⁷⁶Informação concedida em entrevista pelo Sr. Zé Nilo. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

Embora tenham no capim e na palma alternativas de alimentação para a criação, devido às condições climáticas, como observado no campo, os criadores findam por utilizar a vegetação nativa, a exemplo do mandacaru e do xique-xique, a exemplo do que afirmou o Sr. Zé Nilo: “Todos os dias a gente tem essa obrigação de passar aqui tirar o capim trazer pra cá, moer. Moe o xique-xique e a macambira, mistura, dá uma ração primeira”⁷⁷. Pudemos observar a compra de uma plantação de capim pelo Sr. Zé Nilo, próxima a um curso d'água no município.



Ilustração 28 - Sr. José Nilo pegando capim de uma plantação “comprada” por ele. Foto da autora. Cabaceiras. Pesquisa Direta, 2003.

Já no período chuvoso, a criação dispõe de pasto natural, o que acarreta menos custos e trabalho do produtor, conforme podemos observar no depoimento do Sr. Zé Nilo:

[...] agora quando chove, que cria pasto que faz água em todo canto, é bem mais fácil. Você não tira ração, já diminui a ração balanceada, eu sempre dou, mas pouquinho, né? Por que tem pasto abundante, aí ela vai comer à vontade no campo, né? Aí passa o dia solta, de noite eu tranco e coloco uma ração balanceada só pra elas se acostumar a vir pro curral.

[quando chove] é bem mais fácil, não tira ração, não tira palma, só botar uma raçãozinha balanceada, bem cedo vir tirar o leite, pronto. (Informação Verbal, grifo nosso)⁷⁸

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ Informação concedida em entrevista à autora pelo criador e associado da ASCOMCAB, Sr. Zé Nilo, conhecido como Zé Preto, durante Trabalho de Campo. Cabaceiras, 19/02/2008.

No que se refere à economia, devemos ressaltar que outrora Cabaceiras teve, na produção de alho, sua principal atividade.

O desenvolvimento da atividade artesanal em couro pelos cooperados da ARTEZA está diretamente ligado à produção de alho e seu declínio na década de 1990.

Cabaceiras foi o maior produtor de alho da Paraíba e essa produção teve sua ascensão em Cabaceiras a partir de 1979, no Distrito de Ribeira de Cabaceiras, a partir da implementação de um projeto, com apoio de diversas instituições, a exemplo do Governo Federal, através do Banco do Brasil (BB), do Ministério da Agricultura e do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR)⁷⁹, além dos governos estadual e municipal. No auge de sua produção, Ribeira concentrou 40% de canteiros do município. Considerou-se, na implementação do projeto, a tradição do cultivo do produto, além “do nível de organização dos produtores locais [...] e à política agrária do Brasil na época, baseada em estimular a modernização e o aumento da produtividade na zona rural, via PRODECOR” (SOUZA, 2006, p. 14).

Intensificou-se a produção de alho com o uso de técnicas de irrigação através da utilização de motobombas para retirar água do Rio Taperoá, com a lavoura localizada às margens dos açudes e outros municípios. Em 1990, o ápice da produção foi atingido, com 120 toneladas do produto, mas declinando após esse período, chegando a produção, no ano de 2003, à 13 toneladas. Esse declínio da produção pode ser explicado pela crescente salinização do solo utilizado devido ao alto grau de utilização de adubos químicos e pelo método de irrigação, além da necessidade do produto de baixas temperaturas durante o inverno, o que, pelas condições climáticas, é pouco acentuado.⁸⁰

Com a queda da produção do alho em Ribeira, os camponeses, utilizando-se novamente de uma tradição, voltaram seus esforços para o artesanato em couro de caprinos, como veremos a seguir, em correlação com o papel assumido pelo Estado,

⁷⁹Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais (PRODECOR), implementado em 1976, que objetivava atender às necessidades básicas da família rural, proporcionando-lhe condições mínimas de apoio à atividade agrícola da zona rural; visa também a inibir o êxodo, mediante a criação de uma infra-estrutura mínima para apoio as famílias rurais. Através da organização comunitária e obras que atendam a necessidades fundamentais como água, educação, saúde e outros. In: DELGADO, Bruna Coelli de Castro. **Identidade e Sustentabilidade**: critérios de planejamento ambiental para o Distrito de Cachoeira, Maranguape – CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA. Fortaleza, 2004.

⁸⁰Para saber mais ver SOUZA *et al* (2006).

no combate à pobreza e busca pela melhoria de vida no campo através de dois programas, o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, de suma importância para o sucesso alcançado pela ARTEZA, e o Programa do Leite, de igual importância para o êxito da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra, implementada em Cabaceiras.

Com a decadência dessa atividade, os camponeses buscaram alternativas de sobrevivência e recriação de outro modo, a exemplo do artesanato e, mais atualmente, na produção de leite de cabra.



Ilustração 29 – O “Campo de Alho”. Retomada da produção de alho (orgânico) - ARPA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras - Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, agosto de 2008. Foto da autora.



Ilustração 30 - Alho beneficiado com sal, na ARPA, em Ribeira de Cabaceiras. Distrito de Ribeira de Cabaceiras - Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, agosto de 2008. Foto da autora.

Atualmente, a produção do alho vem sendo retomada no município⁸¹, através de um projeto de produção orgânica, com parceria entre a Associação dos Produtores de Alho da Comunidade de Ribeira (ARPA), Projeto Dom Helder Câmara, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Projeto Petrobrás Fome Zero. O projeto conta hoje com a participação de 26 famílias. A comunidade de Ribeira chegou a trabalhar na produção do alho com mais de 200 produtores. De acordo com os participantes do projeto atual, as causas do declínio da produção do alho foram: prática agrícola inadequada, uso de defensivos agrícolas, degeneração de sementes e práticas incorretas do solo⁸².

⁸¹ Informações concedidas por Carlos José Duarte Pereira, secretário de agricultura do Município de Cabaceiras. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

⁸² Fonte: Studio Rural/Programa Domingo Rural. Disponível em <<http://strural.gccsistemas.com/?noticia=412>>. 04 de fevereiro de 2008.

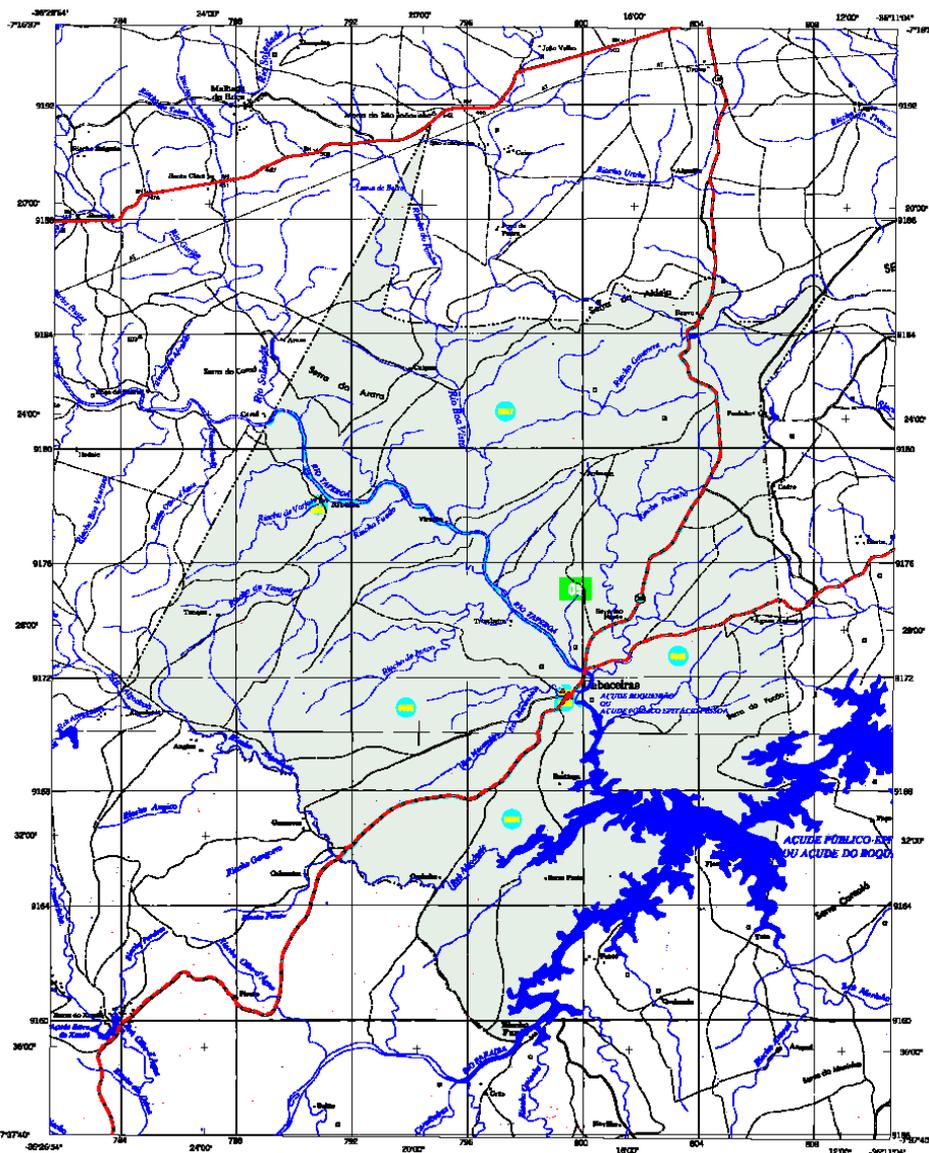
Segundo Gervázio Maia, técnico da EMATER, a caprinocultura desenvolvida no município tem dado alternativas para o camponês do semi-árido, conforme depoimento a seguir:

A caprinocultura hoje é uma das potencialidades que mais se trabalha e a que mais cresceu nos últimos anos no cariri. Até porque é uma atividade, uma criação que ela é resistente ao semi-árido [...] No cariri, Cabaceiras é que chove menos no país. Mas aí a gente vê que isso depende muito do querer não é? Do querer também, de procurar explorar aquilo que a gente vê que tem na nossa região, tem no nosso meio e nesse país precisa se ter uma política, uma política que venha, que faça com que você trabalhe, mas você que vai ter um resultado com aquilo ali. (Informação verbal)⁸³

E ainda (*idem*),

A caprinocultura, a gente pode dizer que ela se desenvolveu de uns sete pra oito anos, mais pela questão da exploração do leite. Porque na época daquela seca de 1993 e 1997 era o que a gente tava presenciando muito aqui, era o pessoal vendendo as cabras, vendendo os ovinos, para comprar ração pras vacas, para os bovinos. Mas, eles faziam isso porque de qualquer maneira, eles não tinham onde vender sua produção. E o leite da vaca ele tinha onde vender todos os dias, de qualquer maneira ele ia ter um resultado diário. Mas aí terminava muito deles, terminava vendendo quase todo o rebanho pra alimentar as vacas. Isso foi um..., a gente pode dizer que foi um grande prejuízo que os criadores tiveram. Agora não, a coisa reverteu. Os pequenos hoje estão explorando o leite. Isso faz com que os pequeno tenham várias condição de trabalhar. Por que todo mundo não tem um rebanho representativo de bovino, mas de caprino é mais fácil. Além de ter aquele resultado diário vende seu leite todos os dias. No final da semana ele tem a sua quantia pra fazer suas despesas de casa. Então com certeza ele tá mais seguro agora. Porque a caprinocultura ela tem recebido um incentivo muito grande, do governo e também isso depende de cada município, da criatividade de cada município. É o apoio local que faz com que essas coisas desenvolvam. É até aquilo que eu falei antes : “nós apesar de morarmos numa área em que chove pouco, isso aqui é uma referencia nacional, o menor índice pluviométrico, mas também já tem sido nos últimos anos, tem sido referência pelo trabalho que a gente ta tendo com o caprino e isso aí é a força de vontade das pessoas que tão envolvidas.

⁸³. Depoimento concedido à autora. Pesquisa Direta, fevereiro de 2004.



Mapa Municipal Estatístico

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ELEMENTOS PLANIMÉTRICOS

- Limite: Estado, Município
- Módulo de ferro, Módulo de água
- Campo de energia, Favela
- Zonas urbanizadas
- Linhas ferroviárias de energia, Canal
- Linhas telefônicas

População

- até 500 hab.
- 500 a 1.000 hab.
- 1.000 a 2.000 hab.
- 2.000 a 5.000 hab.
- 5.000 a 10.000 hab.
- 10.000 a 20.000 hab.
- 20.000 a 50.000 hab.
- 50.000 a 100.000 hab.
- 100.000 a 200.000 hab.
- 200.000 a 500.000 hab.
- 500.000 a 1.000.000 hab.
- 1.000.000 hab. e mais

Ferrovias

- de passageiros
- de carga
- de passageiros e de carga

LIBERTES

- Internacional
- Estadual
- Municipal
- Distrito Especial

ELEMENTOS ALTIMÉTRICOS

- Ponto trigonométrico, Referência de nível
- Ponto barométrico, Ponto barométrico
- Cota contornada, Superfície deformada, Avulsão

ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA

- Caso d'água intermitente
- Lago ou lagoa intermitente
- Ferreo sujeito a inundação, delta
- Delta artificial
- Povo (água), Nascente
- Ribeirão e catenário (rio)
- Rijolão e vertente
- Furo artesiano e a descoberto
- Mofo e noroeste, teca e alvarado
- Arqueologia, Rio seco ou de sequeio
- Rio à secar

SISTEMA DE PROJEÇÃO UTM

Origem do sistema: UTM, Referencial: Meridiano 20 W de Greenwich, Escala: 1:250.000

Este Mapa Municipal objetiva a coleta do Censo 2000. Produto cartográfico híbrido, oriundo de documentos cartográficos diversos, não mantendo a precisão do mapeamento topográfico.

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS NA COR LILÁS

INDICAM ATUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA OBTIDOS POR MEIO DE COMPARAÇÃO DE DIVERSOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS OU CROQUIS, SEM COMPROVAÇÃO DE CAMPO

Cabaceiras-PB

ASPECTO FÍSICO

Município	
COORDENADAS	
MUNICÍPIO	
CORREIO OFICIAL	
Altitude da Sede: 800 m	Área: 400,0 km²
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	
Latitude: -7,488	E: -78,949
Longitude: -50,800	IR: 81,738%
CENSO 2000	
Emprego: 4,800	MULHER: 48,70%
Analfabetos: 198,000	IR: 20,00%
População: 251,000	2000

PLANEJAMENTO DEMOGRÁFICO

Projeção de População: 2000-2010

Projeção de População: 2010-2020

Projeção de População: 2020-2030

Projeção de População: 2030-2040

Projeção de População: 2040-2050

Projeção de População: 2050-2060

Projeção de População: 2060-2070

Projeção de População: 2070-2080

Projeção de População: 2080-2090

Projeção de População: 2090-2100

Ilustração 31 – Mapa Municipal Estatístico do município de Cabaceiras. Fonte: Ministério de Planejamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, Censo 2000.

3.2 A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA

Para proceder à análise da Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (ARTEZA) e da Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB (ASCOMCAB) e a Usina de Beneficiamento de Leite de Cabaceiras, tomamos o conceito de cultura em Bosi (2003, p. 16), que remete ao “conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que devem ser transmitidos para garantir a reprodução de uma coexistência social”, sendo seu melhor veículo transmissor a educação. Este posicionamento se justifica já que delineamos nosso estudo tomando por base toda a carga simbólica existente na cultura camponesa, desde seus costumes até tradições existentes e aquelas inventadas, conforme nos esclarece Hobsbawn (2006, p. 09, grifo do autor), em sua obra *Tradições Inventadas*⁸⁴ :

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Neste sentido, entende-se a educação como um processo que promove o homem, tornando-o mais capaz de conhecer o espaço, de nele intervir e transformá-lo, em exercício pleno de sua cidadania. Segundo Piletti (1991, p. 16), não se deve confundir educação com escolarização, pois não é na escola o único lugar onde ocorre a educação. “Em todo lugar existem redes e estruturas sociais de transferência de saber, de uma geração para a outra”, mesmo onde não existam modelos de ensino formal. Como exemplos desse fato, podem ser citados os lugares onde a educação se processa: na família, na igreja, nas empresas, dentre outros. A educação difere em suas perspectivas e modelos quanto à realidade da sociedade a que se destina e a partir de suas condições históricas e valores. A educação objetiva, segundo Saviani (1996), para a subsistência, que objetiva a aprendizagem

⁸⁴ Para saber mais, ver: HOBBSAWN, Eric.; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

da sobrevivência em condições adversas; *a educação para a libertação*, que visa a aprendizagem da intervenção na sua realidade, como escolhas e reivindicações; *educação para a comunicação*, a fim de que o educando adquira os instrumentos adequados à comunicação e a *educação para a transformação*, que permite a mudança.

Segundo Brandão (1997)

Em cada sociedade ou país a educação existe de maneira diferente. A educação em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades, por exemplo, é diferente da educação em sociedades camponesas. [...] A idéia de educação de cada povo depende, portanto, da sua realidade concreta e de seus valores. (BRANDÃO, 1997, p. 10).

Concordamos com a palavra deste autor e destacamos o valor da memória e os relatos orais, como veículos de transmissão de cultura e valores camponeses.

Na economia e na política, a cultura aparece como a possibilidade de resistência, modificação e desagregação das instituições sociais estáveis, pois constitui crítica consciência dos conflitos, gerando e criando alternativas. O uso do senso comum e a consciência da historicidade da própria visão de mundo se tornam pré-requisitos de uma nova ordem cultural. A partir do século XVIII, as noções de cultura e progresso se aproximam e se fundem, às vezes. A cultura encarnada e socializada tem um papel cada vez mais central a desempenhar na construção de um futuro para as nações pobres⁸⁵.

Também sobre o conceito de cultura, citamos a definição de Azevedo (1996, p 34), para o qual cultura é “estado moral, intelectual e artístico em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e das artes” .

Empregamos o conceito de cultura camponesa, utilizado por Marques (2003, p.153), no qual:

A cultura camponesa é aqui entendida como um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução, o qual enfrenta oposição de outros grupos ou classes sociais, sendo o modo de vida a maneira do grupo social manifestar sua cultura.

⁸⁵BOSI (2004)

Considerando as colocações anteriores, assentamos o projeto desenvolvido na ARTEZA, que se volta ao aprendizado dos jovens, conforme declara o sr. José Carlos de Castro:

[eles já trabalhavam com couro ou vieram para aprender e se adequar?] Alguns deles sim. Porque já era filho de artesão, primo, sobrinho [...] dava uma mão aqui, aprendia ali... já tinha uma noção. E quando eles começaram a ver que os colegas estavam ganhando dinheiro, aí começaram a vir atrás né? Outros não tinham noção e a gente colocou como aprendiz. Sei que a gente em pouco tempo, a gente desenvolveu um trabalho que já tem 16 jovens.. tem desses jovens que trabalhavam na Alpargata em Campina Grande, pediu as contas pra vir embora pra cá. Porque lá tava ganhando menos que aqui, tá satisfeito, em casa, ganhando mais e começou o incentivo. Você chegava há cinco anos atrás nas oficinas e não via um jovem, não via um garoto querendo aprender. Depois de três anos pra cá, é uma febre. Em todas as oficinas... porque antes da Cooperativa já existiam as oficinas em fundo de quintal, e continuam. E todas elas se você chegar tem dois, três, quatro garotos de 11, 12, 14 anos querendo aprender a produção. Já existe outros grupos que se capacitaram e querem trabalhar por conta. A gente faz essa capacitação e não exige que eles sejam sócios. Eles vão trabalhar por fora só que esse produto que eles fazem não leva a marca ARTEZA. Na hora que eles quiserem se ligar a ARTEZA, aí eles se associam. O trabalho que a gente faz é livre, pra que a pessoa faça sua própria opção. (Informação Verbal, grifo nosso)⁸⁶

3.3 A Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras – ARTEZA: histórico e tradição do trabalho familiar

A ARTEZA está localizada no Distrito de Ribeira de Cabaceiras, a uma distância de 15 Km da sede do município de Cabaceiras. Foi fundada em 1997 com um total de 28 famílias. Antes da sua fundação, todos trabalhavam em casa e por conta própria, comercializando seus produtos em Pernambuco, Campina Grande, dentre outros locais. Hoje a ARTEZA conta com uma unidade central, onde são produzidas sandálias, chaveiros, pelos jovens⁸⁷, além da administração da cooperativa; a unidade do Curtume, que está localizada ao lado da central; e 10

⁸⁶ Informação concedida, em entrevista, pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

⁸⁷ Este assunto será retomado mais adiante.

oficinas caseiras. Os artesãos que trabalham nessas oficinas, contudo, têm acesso às máquinas localizadas na unidade central.

Hoje a Cooperativa conta com a participação de 46 famílias, num total de 148 pessoas, conforme depoimento do Sr. José Carlos de Castro.

Nessa época que quando a gente criou era em torno de 40-50 pessoas que trabalhava, dentro dessas 28 famílias, hoje eu digo a você que, já faz um ano que a gente fez essa pesquisa, eu acredito que hoje já tem mais, tem 35 família que vive exclusivamente disso, tem 148 pessoas dentro dessas 35 famílias que vive disso, trabalha disso. (Informação verbal)⁸⁸

A fim de conhecermos o histórico da Cooperativa, entrevistamos o Sr. Manoel Carlos, associado da ARTEZA, em Ribeira⁸⁹, distrito do município de Cabaceiras e o Sr. José Carlos de Castro. Ao falar em curtimento e artesanato, discorreram sobre tradição:

Sr. Manoel - Pra vocês terem uma idéia, isso aqui começou... isso é uma cultura centenária, a gente vai passando de pai pra filho. Se vocês procurarem a raiz mesmo na história, de como começou curtir o couro natural aqui, começou com couro de porco. Um senhor já falecido tentou: botou uma cinza e daí a pouco botou um couro de porco... ao invés de sair curtido, saiu pedra. Podendo fazer assim e quebrar. Daí começou a idéia do angico. Você veja que a história começou da roupa de couro, boi, de você chegar e correr atrás do boi (vaqueiro). Eu acredito que vocês já viram uma filmagem por aí as roupas de couro que é tradicional e também começaram, eu achei interessante, aí na beira do rio.

Sr. José Itamar - Essa tradição de trabalhar com couro aqui é centenária. Uma das pioneiras desse trabalho foi a minha bisavó. Foi quem começou, uma das primeiras. E aqui a cultura era baseada na agricultura, que era o alho, a gente chegou a ganhar o prêmio de maior produtor de alho do país e o alho se acabou-se, mas se trabalhava com o couro já, era uma coisa de subsistência, fazia só pra manter os animais de casa mesmo, né? (Informação Verbal)⁹⁰

Essa afirmativa remete a Marques (2003, p. 153, grifo nosso), a qual assevera que esse modo de vida tradicional

⁸⁸Informação concedida pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial do Curtume/ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

⁸⁹O total da população do distrito é de aproximadamente 1700 habitantes.

⁹⁰Informações concedidas pelo Sr. Manoel Carlos, associado da ARTEZA, e pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, em entrevistas realizadas no trabalho de campo e pesquisa direta, respectivamente julho de 2006 e agosto de 2006.

[...] se caracteriza por uma sociabilidade territorializada, preferencialmente em escala local, informada por um sentimento de pertencimento ao lugar. [...] e] se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas de valores. [...] A tradição é uma forma social típica entre os camponeses, que, diante da sociedade moderna, se afirma em oposição à sua lógica dominante.

A ARTEZA produz artefatos em couro de bode e de boi, bem como integra o seu patrimônio um Curtume. Também nesse caso, a tradição sempre é evidenciada, o que pode ser observado na fala do Sr. José Carlos de Castro:

Porque eu sou filho de curtidor e todo trabalho aqui na região vem sendo passado de pai para filho nessas condições. Quando o filho começa a ter um poder de qualquer ajuda, já parte para ajudar os pais como foi o meu caso, né? Eu com cinco, seis anos já comecei a ajudar meu pai na parte de curtimento de pele, o curtimento chamado artesanal. (Informação Verbal)⁹¹

Marcos Henrique, artesão da ARTEZA, depõe:

A Cooperativa foi criada em julho de 98. Todo mundo trabalhava em suas casas, e trabalhava por conta própria. Saía daqui pra Campina pra comercializar, pra Pernambuco, e depois que a gente fundou essa Cooperativa melhorou bastante, porque não tão mais preocupado em comercializar, a preocupação é só em fabricar, a parte da comercialização aqui é conosco. (informação Verbal)⁹²



Ilustração 32 - Curtume/ARTEZA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2006. Foto de Débora Accioly .



Ilustração 33 - Peles secando. Curtume/ARTEZA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2006. Foto de Débora Accioly

⁹¹ Informação concedida, em entrevista, pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

⁹² Depoimento concedido à autora. Trabalho de campo da disciplina Geografia e Cultura (PPGG/UFPB), julho de 2006.

Sobre a visão de si mesmo e das pessoas sobre si, o Sr Manoel Carlos diz:

Nos jornais, às vezes eu assisto que fala muito sobre o apoio da UFPB né? Dentro da comunidade e eu agradeço muito a Deus porque hoje, as pessoas têm uma grande visão, porque antigamente eles não tinham essa parceria com o sítio, a zona rural talvez seja esquecida né? E hoje não. Hoje as pessoas têm uma outra visão, como tem o turismo rural né? Hoje acabou-se aquele negócio de você ter uma visão do sítio que só era o que? Jumento, cavalo, burro, cangalha com a cela, pra correr atrás. Hoje não, se você vê o sítio bem organizado você vê uma cidade dentro de um sítio né? Porque eu considero aqui já uma cidadezinha. Eu considero né? (Informação Verbal)⁹³

Segundo o Sr. José Carlos, a modernização trouxe prejuízos à economia local:

A década de 80 houve um avanço da produção muito grande. E você sabe que o desenvolvimento também cresceu muito. Aqui quem andava a cavalo passou a andar de carro ou de moto. Quem trabalhava em arreios, foi caindo, caindo... então quem fazia o chapéu de couro, do vaqueiro e homem do campo, eles passaram a usar boné... então caiu toda essa produção. Então as pessoas estavam desistindo daquilo que tinham aprendido pra sobreviver aqui na região. (Informação verbal)⁹⁴

Nesse sentido, podemos citar Marques (2003, p. 152-153), que, embasada em Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins, afirma:

A sobrevivência do campesinato em nossa sociedade não se explica apenas por sua existência em condições de quase isolamento, mas, ao contrário, em muitos casos isso é possível devido à sua integração ao mercado e à economia capitalista. [...] A partir de meados do século XIX, com a convergência entre o paradigma da modernidade e o capitalismo, a regulação se impõe, em detrimento da emancipação, com base na ação do mercado e do Estado.

Pensando assim, a direção da ARTEZA deu início na cooperativa um trabalho de conscientização e resistência:

⁹³Informação concedida, em entrevista, pelo Sr. Manoel Carlos, associado da ARTEZA em trabalho de campo. Julho de 2006.

⁹⁴Informação concedida pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial do Curtume/ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

Então foi aí que começou toda a batalha porque eu achava que como eu desde os 13 anos eu tinha aprendido a fazer artesanato, esse artesanato tinha que se desenvolver pra que outras pessoas ficassem na sua terra. Porque o que tava acontecendo é que, na década de 90 principalmente, dezoito anos – Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília. Isso aqui já estava uma rotina de vida do jovem. Ia não dava certo, vinha embora, com duas ou três semanas já queria voltar. E a gente viu que dentro dessas possibilidades aqui... existia um grande potencial. Existia a matéria prima, existia as pessoas que trabalham na mão-de-obra... só que a gente precisava criar alguma coisa. Porque o que se fazia aqui, não estava se vendendo. Aí reunimos todos os parceiros, foi onde começou todo esse trabalho de capacitação de trazer *designer*, professores para que se capacitasse esse pessoal para que eles continuassem na sua terra e não precisassem ir lá pra fora. Graças a Deus deu resultado porque isso aqui no início, deu muito trabalho pra formar, deu muita dificuldade de a gente levar pras pessoas a mudança.

Para Gervázio, técnico da EMATER, as possibilidades aumentam com a alternativa entre cabra de leite e cabra para corte, bem como o curtume, considerando elementos como tradição:

Quem num quer trabalhar com leite trabalha com corte. Tem uma propriedade maior, tem um rebanho maior aí isso aí é das coisas que estão favorecendo pro que a gente tem um curtume. Então o município tem o próprio curtume que trabalha a pele, que melhora e o pessoal do próprio município também trabalha o artesanato. Hoje a gente tem um artesanato de couro, sandália, cinto, chapéu, vários artefatos também e isso é uma das coisas que já tá conhecido a nível nacional. Cabaceiras participa de todas as feiras nacionais com esse produtos e hoje a gente já tem uma marca. Porque aqui essa atividade é centenária, mas nunca teve assim nenhuma organização. Agora nós temos através de uma cooperativa que é a ARTEZA e com isso aí, com as parcerias de Prefeitura, EMATER, aí vem a Universidade, SEBRAE e outras. Então tem melhorado muito nesse aspecto, muito. Isso aí reflete nas comunidades, através de emprego e renda.

A base do trabalho é familiar, porém, enquanto as mulheres⁹⁵ confeccionam seus produtos em oficinas organizadas na própria residência, como bolsas, vestidos, bijuterias, dentre outros, os homens, entre filhos, pais, sobrinhos, tios, trabalham na oficina e loja localizadas na sede da Cooperativa, na fabricação de sandálias e peças pequenas como chaveiros, como forma de aproveitamento das sobras de couro.

⁹⁵Existem exceções, como é o caso do Sr. José Itamar Maracajá Ramos.

Quadro 08 –imagens do trabalho realizado pelos jovens, que compõe as famílias dos camponeses-artesãos da ARTEZA



Os artesãos consideram-se “agricultores familiares” pelas relações tradicionais e familiares existentes em seu trabalho diário e não por sua integração ao mercado. Esta prática do campesinato contrapõe-se à visão teórica pautada na corrente do fim do campesinato⁹⁶, o que pode ser observado no depoimento do Sr. José Itamar Maracajá Ramos:

Eu me considero um artesão agricultor, **nós estamos enquadrados na agricultura familiar, porque é família, a gente trabalha aqui todo mundo junto, em família.** Você vai ali numa casa, o pai trabalha com o filho, com o sobrinho [...] Todo mundo aqui, até pra se montar o quadro social, a diretoria, deu trabalho, porque no estatuto tem uns graus de parentescos que não pode e aí a gente teve trabalho pra se... e ainda tem parente, porque senão não ia ter a cooperativa. Mas a gente é familiar, fazemos parte da agricultura familiar, porque o cooperado também cria uma vaca pra tirar o leite pras crianças, um bodezinho que no final do ano ele, no São João, no final do ano, ele mata, faz um churrasco, tá entendendo? Cria galinha, na época de inverno, que é muito escasso aqui, ele planta milho, pra sua subsistência. (Informação Verbal – grifo nosso)⁹⁷

Durante o campo⁹⁸, em várias entrevistas, ouvimos vários camponeses que comungam do mesmo pensamento do Sr. José Maracajá, tais como:

Sou agricultor familiar [...] Todo mundo vai pra roça quando chove (Sr. Otaviano Sérgio, da Granja Nossa Senhora do Rosário, parceiro, agricultor e criador de cabra de leite);

Sou camponês, tenho essa tradição (Sr. Ricardo de Castro Souza, do Sítio Salgado, arrendatário, planta milho e feijão para consumo da família e dos animais e é criador de cabra de leite);

Sou agricultor familiar, desde que me entendo de gente, estou na luta do campo, com a família direto (Sr. Antônio Pereira Ramos, do Sítio Malhada Comprida, herdeiro, planta milho e feijão para animais e consumo da família, cria cabra de leite);

Sou camponês, matuto, do campo, do mato, com orgulho (Sr. José Pereira de Souza, do Sítio Gerimum, proprietário, planta milho e feijão para consumo da família e dos animais e cria para o Programa do Leite – coloca aproximadamente 26 litros de leite por dia);

Sou um agricultor familiar por que meus pais têm propriedade, nasci na zona rural, apesar de ter passado um período fora pra estudar, ver a questão da formação, terminei meu curso e voltei, moro na cidade, mas continuo na propriedade, trabalhando, procurando produzir, levar até a experiência pra outros, então eu me considero

⁹⁶FERNANDES (2004).

⁹⁷Informação concedida pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, diretor presidente da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

⁹⁸ Depoimentos coletados na sede do município de Cabaceiras/PB e no Distrito de Ribeira de Cabaceiras, com os camponeses criadores e artesãos, durante o trabalho de campo realizado em fevereiro de 2008.

agricultor familiar (Sr. Gervázio Menezes de Farias, proprietário, técnico da EMATER, planta forragem para os animais, cria cabra de leite – coloca entre 9 e 10 litros de leite por dia na Usina –, ovinos que comercializa na feira livre e bovinos para leite (consumo);

Eu sou agricultor familiar, por que a gente trabalha sempre em regime familiar, inclusive o programa que nós trabalhamos no assentamento requer esse quesito, já pede que você seja um agricultor familiar para ter direito de ser assentado da reforma agrária. (Sr. Jerônimo Sampaio de Araújo, assentado da reforma agrária no Assentamento Serra do Monte, planta milho, feijão, capim, produz queijo para venda, coloca o leite de cabra na Usina; 2º secretário da Associação Comunitária do Assentamento);

Sou agricultor familiar, por que trabalho junto com a família, recebo mais ajuda (Sr. Francisco Martins Pereira, proprietário, planta milho, feijão, gerimum, melancia, para consumo da família e dos animais; cria caprinos – corte comercializa nas feiras livres e leite para a Usina – ovinos – para venda em feiras livres e bovinos para leite (consumo) e corte – comercializa também em feiras livres;

Sou agricultor familiar, vivo exclusivo da agricultura e da pecuária e trabalho com a família (Sr. Emanuel Severino Cavalcante Rodrigues, do Sítio Bento, proprietário, planta milho e feijão, cria cabra (leite para Usina, aproximadamente 10 litros por dia), bovinos (leite para Usina em Caturité);

Sou agricultor familiar, por que trabalho na agricultura, sempre trabalhei (Sr. Márcio Sampaio de Araújo, proprietário, do Sítio Caiçara, agente de saúde, planta milho e feijão para consumo da família e para ração dos animais, capim e palma para os animais, cria caprinos (leite para Usina – aproximadamente 40 litros por dia de 23 cabras), ovinos (corte), bovinos (leite para consumo);

Sou agricultora familiar, trabalho na roça com a família (Sra. Maria Rita Nascimento da Silva, assentada há 8 anos da Reforma Agrária do Assentamento Serra do Monte, planta milho e feijão para consumo e dos animais, cria caprinos (leite para Usina – aproximadamente 4 litros), bovinos (leite para Usina Cariri – entre 10 a 12 litros – na precisão, vende a cria), cria galinhas e porcos para consumo;

Sou agricultora familiar, trabalho na agricultura cuidando dos bichos, cuidando da terra (Sra. Josicleide Nascimento da Silva, assentada da Reforma Agrária do Assentamento Serra do Monte, planta milho, feijão, melancia, gerimum (para consumo), cria cabras (leite para Usina – aproximadamente 10 a 15 litros por dia) e vacas (leite para consumo);

Sou agricultor familiar, trabalho no mato, sempre mexendo com a terra (Sr. Sebastião Roger dos Santos Faria, arrendatário, cria – leite de cabra, 2 a 3 litros por dia – vai para a Usina e comercializa madeira – de algaroba);

Sou agricultor nativo. Eu amo o campo. (Sr. José Amauri de Araújo pereira, criador (leite de cabra para Usina e carne para consumo e venda – machos – em feira livre), bovinos (venda particular, 3 litros por dia) Havia migrado e retornou por causa da Usina).

Eu me considero um camponês, um matuto (antes era feio), um homem do campo, filho do mato, homem do mato e não trocaria minha vida aqui pela vida na cidade; nasci e me criei aqui, formei minha própria família, (Sr. José Carlos de Castro, proprietário – herdeiro – Sítio alto da Boa Vista, no Distrito de Ribeira de

Cabaceiras, presidente da Associação Comunitária; trabalha com curtimento de pele. Para ele, quem insiste em criar trabalha pra dois, por que gostam, por que se acostumaram com o sofrimento, vão levando no sufoco, no empurrão).

Sou agricultor, nasci dentro da roça (Sr. Luiz Fernando de Souza Meira, proprietário, Sítio Curral de Baixo – Distrito de Ribeira de Cabaceiras).

Assim, como dito anteriormente, podemos verificar que a aproximação com a nomenclatura agricultura familiar se faz pela idéia de modo de vida e de trabalho, não pela relação com o mercado.

O couro utilizado no Curtume, para beneficiamento, vem, em sua maior parte, de fora. O Sr. José Itamar explica por que:

Primeiro lugar porque aqui não se tem uma estrutura montada pra isso... Que é uma soldadeira, frigorífico, que abata esses animais e faça, repasse pro curtume no caso. E em segundo lugar porque o criadouro aqui de Cabaceiras ele é amador, é um criador que cria e que não sabe ainda o que quer, tá criando muito pensando no leite. Todo mundo quer criar bode pra tirar só o leite, aí tem que ter aquelas pessoas que criam o bode pro abate. Embora que crie para o leite, mas ele naquele determinado período ele separa pra fazer o abate. Agora isso é uma coisa que ainda vai levar um tempo, porque precisa né? Precisa ter esse frigorífico que faça esse abatimento primeiro, pra repassar a pele pra nós. (Informação Verbal)⁹⁹

A realidade sobre o processo de curtimento das peles é observado no depoimento de Antônio, mais conhecido por Celminho¹⁰⁰.

[...] o processo de curtimento começa aqui. A gente recebe a pele nesse balcão, essa pele é armazenada nesse quarto que recebe o nome de BARRACA, onde armazena pele salgada, depois ela é pesada e depois inicia-se o processo nessa primeira máquina que recebe o nome de Fulão que é o Caleiro. [...] A gente faz só receber a pele.. isso é serviço dos matadores. Aqui se inicia o processo de curtimento, onde se faz os primeiros processos de curtimento. A gente faz com cal e cinza. Essa pele é pesada e depois colocada aqui nessa máquina que se chama Fulão que é o caleiro de curtimento. Aqui ela fica girando, fica batendo e fica com a cal e a cinza e em 24hrs essa pele já ta pronta, ela já tem soltado todo o pêlo. E saindo dessa máquina a gente vai pra outra que se chama máquina de desgarrar(?), é onde ela retira todo o resto de carne e de gordura que fica na pele. [...] Só que essa aqui a gente chama de

⁹⁹ Informação concedida pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial do Curtume/ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

¹⁰⁰ O depoimento foi concedido em 2003. Hoje, Antônio é diretor do Curtume. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

Caleiro [o fulão] que é onde se faz a retirada do pelo do animal. A gente recebe ela com pelo aí inicia o processo de retirada do pêlo. [...] O sistema manual se faz no facão e a gente faz também aqui nessa máquina, só que a vantagem que tem essa máquina aqui é que você vai adquirir uma peça toda uniforme, sem correr o risco de ficar como essa aqui que vocês estão vendo: cheia de altos e baixos. E na máquina não, a gente tem como deixá-la toda uniforme. [o sistema manual ainda é utilizado] porque a gente está pra implantar uma estação de tratamento de fluentes, a gente não pode tá fazendo esse processo e jogando tudo.. aí a gente tá fazendo assim. Mas já estamos com o projeto todo pronto.. Essa pele aqui com pêlo, ela não passa por aquele processo que eu mostrei a vocês lá, do Caleiro. Porque depois que ela é salgada ela é, ela perde a hidratação dela. Aí o que a gente tem que fazer? A gente tem que hidratar essa pele de novo, porque ela perde torno de 60% da hidratação dela [...]com água. Ela fica girando ali até conseguir hidratar. Aí o processo que segue é só dessa máquina aqui, não vai usar o Caleiro. Se usar o caleiro, ela é retirada o pêlo. Aí saindo de lá vem pra essa máquina aqui. Esse pequenininho aqui a gente usa pra fazer teste de produto. Quando a gente recebe um produto assim que a gente não sabe usar, pra gente não correr o risco de perder, vamos dizer de 100 a 200 peles, a gente faz o teste aqui de 2 ou 3 peles pra depois fazer o teste com o grande. [Antes] a gente trabalhava tudo em Curtume assim [...] de fundo de quintal, pequenininho. Aí todos os processos eram manuais. Além de você não conseguir fazer uma pele de boa qualidade, ficava aquele cheiro [...] porque o angico, se você não fizer o processo de lavagem, ele fica com um cheiro muito forte, fica a pele toda encolhida.

Quanto ao frigorífico anteriormente citado, existe a idéia de um projeto – CAPRIOL¹⁰¹ – que necessita de muito investimento. Faz-se extremamente necessário pela falta de estrutura financeira e de estrutura da ARTEZA. O couro beneficiado na Cooperativa, de origem local, não chega aos 2%, o restante sendo comprado de outros municípios e até Estados. Compram a pele salgada em Campina Grande, Santa Cruz, Umbuzeiro, pois estão equipados com salgadeiras.

O trabalho com couro bovino é pouco, especialmente quando comparado ao de bode. Conforme o Sr. José Itamar, do total beneficiado na ARTEZA, apenas 10% é pele bovina. Vem de outros estados, conforme relata:

Não chega a 10%, vamos dizer que é 10%. E essa pele que você tá falando que compra no Goiás, compra no Rio Grande do Sul, essa pele é uma pele especial, uma pele que a gente não tem tecnologia pra isso, aí a gente tem que comprar fora porque hoje só estamos curtindo o semi-acabado, só faz mesmo a gente é a pele natural. Ela pra ficar acabada passa por todo um processo de acabamento, de

¹⁰¹Informação concedida pelo Senhor Gervázio, técnico da EMATER, durante Pesquisa Direta. Fevereiro de 2003.

recurtimento, que você quer fazer ela na cor preta, na cor marrom, o que o cliente pedir. (Informação Verbal)¹⁰²

A comercialização dos produtos se dá através da venda direta, em pequenas ou grandes quantidades (ANEXO C). Algumas lojas, em João Pessoa e Campina Grande, comercializam os produtos da marca ARTEZA, sem no entanto tratar-se de franquia ou representação. Eles são de lugares variados. Os pedidos são recebidos pela administração e repassados aos artesãos. Pensam em exportar, mas em futuro próximo.

Simplesmente porque a gente não tem estrutura pra isso. A exportação é uma coisa séria e a meu ver a gente não tem qualidade ainda pra isso. A gente ainda falta muito pra que a gente chegue a isso porque a gente pra atender os clientes aqui a gente tem umas deficiências. A nossa logística hoje é péssima, tamo tentando melhorar, mas é péssimo porque a gente ainda tá trabalhando nas oficinas, como eu lhe falei, a gente quando repassa o pedido, o artesão ele ainda não tá sabendo o tamanho da responsabilidade que a cooperativa tá assumindo com o cliente. Lojistas [em] João Pessoa, Campina Grande pouco, Recife, Minas Gerais, Bahia, RJ, a gente tem muitos clientes fora que nos compra. Rio Grande do Norte... às vezes a gente não cumpre o prazo que o lojista quer e isso é ruim, pra gente não é bom. E pra quem está à frente, quem leva a pedrada tá na frente. E você imagina na questão da exportação, a gente fecha um contrato, porque na exportação é contrato, fechamos o contrato e se não entregar? O exportador não quer saber se a gente é coitadinho, se não pode fazer... [pensam muito na exportação] Claro, passa sim, principalmente a nossa pele. Tudo aqui é curtido com produto orgânico, nós não tamo utilizando química, ela é muito vista no mercado europeu. E agente tem essa idéia. Não sei até quando vai amadurecer, mas tamo pensando nisso. (Informação verbal)¹⁰³

A ARTEZA produz entre 1500 e 3000 peles ao mês e sandálias em torno de 5000 pares ao mês. Bonés, carteiras, chapéus, bolsas, cerca de 1000 unidades ao mês.

¹⁰²Informação concedida pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, diretor presidente da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

¹⁰³*Idem.*



Ilustração 34 - Carteiras produzidas na ARTEZA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, julho de 2006. Foto de Débora Accioly.



Ilustração 35 - Bolsas produzidas na ARTEZA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, julho de 2006. Foto de Débora Accioly.

A divulgação da Cooperativa ainda não é eficiente e direta. É feita por parceiros como o SEBRAE ou o projeto Parai'wa, em meio eletrônico, através da veiculação de notícias. O site está sendo elaborado por uma colaboradora do setor político estatístico do governo, no Programa de Modernização e Competitividade dos setores Econômicos Tradicionais – COMPET¹⁰⁴. A divulgação ainda é imperfeita, pois

A gente não tem o site não [...] nós temos e-mail [que não é aberto todos os dias porque é Internet discada, muito caro. [...]]. Tem no site do Parai'wa, notícias sobre a cooperativa. No SEBRAE tem alguma coisa, informações. Ainda não é o site nosso não. [A divulgação é feita] A gente faz muito em feiras hoje, né? Feiras e eventos que a gente participa. A gente faz essa divulgação mesmo é no boca-a-boca. A Revista do Globo Rural nos visitou aqui, Pequenas Empresas, Grandes Negócios, SEBRAE já fez muita matéria sobre a cooperativa, já divulgou também. (Informação verbal)¹⁰⁵

Como toda moeda tem dois lados e embora a marca ARTEZA já tenha sido registrada, o presidente narra:

¹⁰⁴Programa da Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia da Paraíba – SICTCT, apoiado pelo CNPq, inserido nas propostas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Governo da Paraíba. Seu objetivo é criar condições institucionais e estimular a adoção de tecnologias modernas, nas micro e pequenas empresas de couro-calçados e afins e suco-alcooleiros do Estado, possibilitando a inserção de seus produtos em mercado mais competitivos.

¹⁰⁵Informação concedida pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, diretor presidente da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

O governo do Estado com as secretarias da agricultura, sempre que vai leva a história da cooperativa, conta a história, pra falar de bode, passa a falar de nossa história e tem outras pessoas que sai se aproveitando do nome da ARTEZA, dizendo até que foi eles que criaram, pra quem não sabe. Eu tava em Cuiabá e um rapaz contando a história da ARTEZA como se fosse ele que fundou, ele que fez isso. Aí mostra naquele slide, mostra aquelas casinhas. A gente registrou a marca ARTEZA. Mas como é gente ligada ao governo, e o governo é parceiro, aí é aquela história, a gente passa vista grossa. (Informação verbal)¹⁰⁶

A ARTEZA optou pelo regime de Cooperativismo¹⁰⁷, como narra o Sr. José Itamar Maracajá Ramos:

[...] surgiu a idéia de se fundar uma associação, mas a associação da gente não tinha muito futuro, porque a associação não podia comercializar nessa época. Aí a gente optou pelo regime de cooperativismo e daí a gente começou trabalhar, aprender novas técnicas de trabalho, a gente fez muito curso de capacitação, de gestão, na parte de produção. (Informação Verbal)¹⁰⁸

Os apoios e parcerias foram articulados pelos próprios cooperados, que no momento da fundação, contavam com 28 famílias. Contaram e contam atualmente com o Governo Municipal (Prefeitura), Estadual (Projeto Cooperar) e Federal (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP¹⁰⁹). Outros parceiros são: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – PB; Secretaria de Indústria e Comércio da Paraíba; a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH – GTZ¹¹⁰; Sindicato das Escolas Particulares da Paraíba –

¹⁰⁶Informação concedida pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, diretor presidente da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

¹⁰⁷Associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio da criação de uma sociedade democrática e coletiva. Objetiva o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade. Disponível em <<http://www.aliancaunimed.com.br/cooperativismo.asp>>

¹⁰⁸Informação concedida pelo Sr. José Itamar Maracajá Ramos, diretor presidente da ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

¹⁰⁹Empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965.

¹¹⁰Empresa pública de direito privado, criada em 1974, com o objetivo de gerenciar os projetos de cooperação técnica, é responsável pela implementação da contribuição alemã, por delegação do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). Objetiva atuar junto às instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha. Estão a cargo da GTZ as seguintes contribuições: envio de profissionais de longo e/ou curto prazo, conforme as necessidades do projeto; treinamento de profissionais brasileiros, no Brasil ou no exterior; fornecimento de

SINEP/PB; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/PB, dentre outros. O diretor industrial do Curtume, Sr. José Carlos, se congratula pela ARTEZA nunca haver perdido qualquer de seus parceiros ou apoios.

Até hoje, eu digo a você, com nove anos de trabalho, dentro da Cooperativa, a gente nunca perdeu um parceiro, que você sabe, vocês sabem, existe aquelas organização que termina se aborrecendo de alguma forma em dizer: eu não vou mais dar colaboração àquele pessoal. Todos os parceiros que começou com nós, está com nós, e tá sempre acompanhando, fazendo um trabalho e graças a Deus elogiando o nosso trabalho. (Informação verbal)¹¹¹

O Projeto Cooperar chegou à ARTEZA, primeiramente, para colaborar na questão da água:

Primeiro problema nosso era água, poço que a gente botava água pra cá na época de seca, ele secava. E aí? Pra gente desenvolver trabalho aqui sem água? A gente fez um projeto pedindo poço e esse poço chegou através do Cooperar. Foi cavado o poço, deu 4.000 litros por hora, excelente aqui pra região, foi colocado água, tudo bonitinho. Ótimo. (Informação verbal)¹¹²

Em um segundo momento, crucial, o Cooperar voltou a colaborar com a Cooperativa, que estava com as máquinas paradas, ao relento:

Há três anos, quatro anos atrás recebemos outro projeto do cooperar, colocamos toda nossa dificuldade e fizemos o projeto e pensamos: se Deus quiser, estamos nas mãos do Cooperar, se for aprovado a gente vai resolver 90% do nosso problema. E graças a Deus foi aprovado. Chegou o recurso aqui e a gente pediu uma caixa de 10 mil litros de água, um transformador de 300, um laboratório [de pesquisa, desenvolvimento de cores de tinta, água] também chegou. (Informação Verbal)¹¹³

Por terem um galpão pequeno, enfrentavam igualmente problemas, que foi sanado através do Cooperar, segundo relato do Sr. José Carlos:

equipamentos e materiais necessários para a execução do projeto; em casos excepcionais, contribuições financeiras a fundo perdido para experiências piloto pra a criação de novos instrumentos financeiros.

¹¹¹Informação concedida pelo Sr. José Carlos de Castro, diretor industrial do Curtume/ARTEZA. Pesquisa Direta, agosto de 2006.

¹¹²*Idem.*

¹¹³*Idem.*

Além do laboratório, a gente tava com problema sério que era, ao chegar nesse projeto desse galpão, a gente tinha um galpão 30x10 e infelizmente, por falta de conhecimento também nosso, o projeto chegou aqui, fizeram o projeto todinho desse galpão, derrubando o outro e simplesmente por falta de experiência nossa, nós aceitamos. Porque terreno a gente tinha, só era fazer dele pra frente, aceitamos ele derrubar o galpão que a gente tinha! Aí o que foi que aconteceu? É onde eu digo, hoje isso não aconteceria, mas aconteceu: todas as máquinas que a gente já tinha, foi colocado do lado de fora. E o que aconteceu? Esse prédio foi começado no governo de Paulino e terminado no de Cássio. Você sabe muito bem que existe dificuldade numa obra quando é de um governo pra outro... é horrível. E o que aconteceu? Isso aqui era pra ser entregue em janeiro do ano anterior à política, o governo perdeu, né? O da situação perdeu, e o prédio parou. E as dificuldades, e essas máquinas? Foi aí onde os parceiros nos ajudou. Aí juntou-se todos os parceiros, formou um grupo gestor, e esse grupo todos os meses se reunia pra tentar resolver o problema e um dos problemas era esse prédio continuar. E o que aconteceu? Graças a esse trabalho, esse prédio foi continuado, passou uns três ou quatro meses parado, mas em novembro ele foi concluído, né? Em novembro que era pra ser em janeiro. Quer dizer, um ano essas máquinas fora, tomando chuva, levando sol, todo problema.. quase todos os meses, mudava a lona, mas lona, meu amigo, o vento leva: uma hora tava pra um lado, outra hora tava pra outro. Então foi um problema sério. Quando tentemos, trouxemos um técnico pra cá, ele avaliou a revisão das máquinas em R\$ 14. 700, 00. A gente não tinha esse dinheiro. Foi aí que no projeto, além de caixa d'água, laboratório, transformador, os serviços das máquinas que foi puxado pra nós, graças que a gente conseguiu, aí com esse dinheiro, a gente fez tudo e botou todas as máquinas pra funcionar. (Informação Verbal)¹¹⁴

Assim sendo, percebemos como o Projeto Cooperar foi essencial, naquele momento, para que a ARTEZA voltasse a produzir. O Cooperar, “aqui pra nós foi uma mão na roda!” (informação verbal)¹¹⁵.

O SEBRAE, em 2007, implantou mais algumas oficinas (chamadas por alguns de “atelier”), no projeto INAC – Incubadora dos Artefatos em Couro e Calçados. Esta decisão influenciou para que alguns daqueles jovens que constituíam o quadro na ARTEZA, migrassem para pequenas oficinas caseiras. Na mesma ocasião, a ARTEZA perdeu apoios importantes, a exemplo da GTZ, citada anteriormente, o próprio SEBRAE e mais nenhum projeto encaminhado pelo Cooperar, já que o empréstimo havia encerrado e outro estava seguindo os trâmites para aprovação.

¹¹⁴ *Ibidem.*

¹¹⁵ *Ibidem.*

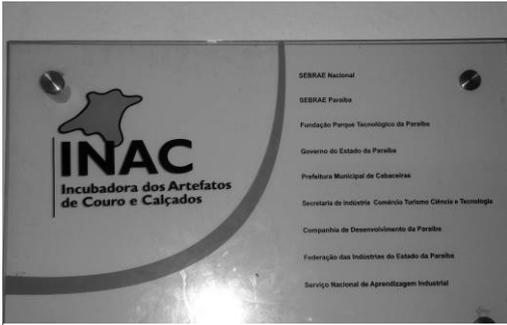


Ilustração 36 - Quadro com apoios, anteriormente exposto na ARTEZA. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008.



Ilustração 37 - Um dos novos "ateliês", com apoio do SEBRAE/INAC. Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008.

Ficou claro que as políticas implementadas, no caso da ARTEZA, não deram sustentabilidade própria à Cooperativa. Os estoques estavam cheios, não havia ainda uma mudança da administração quanto à representação comercial em outros municípios.

Por outro lado, isso demonstra que, realmente, a intenção desses camponeses-artesãos não é a inserção no mercado com características “empresariais”, porém, a resistência em preservar as tradições e seu modo de vida¹¹⁶.

3.4 A caprinocultura no Município de Cabaceiras – PB

São 05h30min da manhã. Tenho um encontro marcado com o Sr. Zé Preto. Ao passar em frente à padaria, um pouco antes do nosso horário, ele já está lá, tomando um café e tendo um “dedo de prosa” com os outros conhecidos, ao comprar o pão. Conforme marcado no dia anterior, passarei parte da manhã observando seus afazeres, tratando os “bichos”. Engana-se quem pensa que isso acontece logo... Antes toda uma romaria, por que não chove faz tempo. Alguns dizem 10 meses, outros um ano... Tem que pegar capim, que ele compra a plantação; tem que pegar água, na propriedade da mãe (lá tem cacimba e bomba pra puxar a água). No sítio dele nem energia elétrica tem ainda. (Ana Bernadete, fevereiro de 2008).

Os dados sobre a criação em Cabaceiras demonstram haver destaque para a caprinocultura em detrimento da bovinocultura. O rebanho caprino, como pode ser

¹¹⁶ Esquivamo-nos de colocar, neste trabalho, questões particulares da ARTEZA e oficinas quanto ao novo quadro apresentado.

visualizado no quadro abaixo, vem sofrendo constantes e expressivos aumentos, a exemplo do aumento entre 2003 – 6.610 cabeças – para 14.667 em 2006. Observe o quadro a seguir:

Rebanho	1970	1985	2003	2006
bovinos	6.630	8.408	3.588	7.527
caprinos	6.720	12.822	6.610	14.667

Quadro 09 – Quadro da evolução do rebanho caprino e bovino de Cabaceiras. Fonte: Adaptado de SOUZA, Belarmino Israel de; SUERTEGARAY, Dirce M. A. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO CABOVERDIANO. João Pessoa, 2006. (anais de evento). Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2008.

A produção de leite no município reflete os dados acima descritos. Observe o quadro abaixo:

Rebanho	Estabelecimentos	Leite (em mil litros)
bovino	362	1.711
caprino	55	217.000

Quadro 10 – Quadro da evolução do rebanho caprino e bovino de Cabaceiras. Fonte: Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em março de 2008.

De acordo com Duarte (2008),

[...] a Paraíba é hoje o maior produtor de leite de cabras do Brasil, com uma produção de 18,7% de todo o leite produzido no país.[...] Pelos meus cálculos, a partir das informações que disponho com os responsáveis pelo Programa Leite da Paraíba, já produzimos em 2007, algo em torno dos 7 milhões de litros – fantástico. [...] É que essa produção é basicamente de pequenos produtores. De pessoas que têm apenas uma nesga de terra, usando a expressão gonzaguiana. São, arredondando, 2.000 produtores, camponeses que criam cabras em assentamentos, quintais, pontas de terras, pés-de-parede, como dizem lá, etc.

No quadro 05, adiante, observamos que a Paraíba ocupa hoje o privilegiado posto de 1º produtor nacional de leite de cabra. Entendemos, portanto, diante dos dados apresentados e dos depoimentos coletados em campo, que, enfim, inicia-se um processo de conscientização por parte do criador das vantagens da caprinocultura sobre a bovinocultura, dadas as condições climáticas da região. Esta

conscientização encontra respaldo através do estímulo dado pelo Estado através da implementação de políticas públicas, acompanhadas de assistência técnica adequada, a exemplo do Programa do Leite, implementado como parte integrante do Programa Fome Zero, e, em nível local, a melhoria genética promovida pela Prefeitura de Cabaceiras para o rebanho caprino com fins à adaptar o rebanho às novas necessidades, ou seja, dar “nova vocação” às cabras, torná-las cabras de leite. Sobre este aspecto da caprinocultura em Cabaceiras, destacamos o depoimento a seguir:

[...] onde nós tínhamos um potencial muito grande de caprinos, né? Não com aptidão leiteira, mas tínhamos um bom rebanho. Mas com o decorrer do tempo, fomos melhorando geneticamente esses animais, inclusive na época o prefeito fez aquisição de 10 animais reprodutores para que pudéssemos inserir nas propriedades e daí mudar a genética delas e poder se inserir na caprinocultura leiteira. (Informação Verbal)¹¹⁷.

Essa mudança na qualidade do rebanho vem sendo trabalhada desde 2003, como aponta Gervázio Maia, técnico da EMATER no município de Cabaceiras:

Então pra gente aqui da região, isso ta melhorando a qualidade do rebanho da região. Na linhagem de leite a gente já ta com uma raça bem já, isso com muito trabalho, mas a gente ta conseguindo vencer as dificuldades. Uma linhagem mais pra leite, tem a Saney, tem a Parda e tem a Britt. E também pra carne. (informação Verbal)¹¹⁸

¹¹⁷ Informação concedida pelo presidente da ASCOMCAB, Henry Daniel de Souza Pombo. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

¹¹⁸ Depoimento concedido à autora. Pesquisa Direta, fevereiro de 2003.

Estados	Produção (mil litros)	% da produção nacional
Rondônia	34	0,1
Acre	2	0
Amazonas	23	0,1
Roraima	0	0
Pará	42	0,2
Amapá	0	0
Tocantins	16	0,1
Maranhão	46	0,2
Piauí	962	4,5
Ceará	1.111	5,2
Rio Grande do Norte	2.287	10,7
Paraíba	3.995	18,7
Pernambuco	2.022	9,5
Alagoas	374	1,7
Sergipe	151	0,7
Bahia	3.254	15,3
Minas Gerais	2.214	10,4
Espírito Santo	148	0,6
Rio de Janeiro	875	4,1
São Paulo	1.986	9,3
Paraná	272	1,2
Santa Catarina	354	1,6
Rio Grande do Sul	591	2,7
Mato Grosso do Sul	104	0,4
Mato Grosso	52	0,2
Goiás	267	1,2
Distrito Federal	91	0,4
Brasil	21.275	99,1

Quadro 11 - Produção de leite de cabra por Estado/Brasil. Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2006 (Resultados Preliminares). DUARTE, Jonas. **Leite de Cabra em primeiro lugar.** Disponível em <<http://www.eliezer Gomes.com/noticia/1243/>>. Acesso em maio de 2008.

Embora o rebanho não tivesse “vocação” para o leite, os frutos dos esforços empenhados já são sentidos.

Segundo Duarte (2008, grifo nosso), no que se refere à vocação,

[...] o Nordeste, que detém 93% do rebanho caprino, em pleno semi-árido, poderia com facilidade, suprir esse país desse produto maravilhoso [o leite de cabra]. Aliás, considero que está mais do que na hora de se observar que essa é a nossa vocação.

Para Souza e Suertegaray (2006, p. 11-12), diversos fatores conjugados demonstram que a criação de caprinos no semi-árido é apontada como vantajosa sobre a criação de bovinos:

Ocorre uma hierarquia em termos de resistência às secas e às suas conseqüências para o gado, destacando-se os caprinos positivamente e os bovinos negativamente. Nesse caso, por exemplo, os caprinos levam vantagem sobre os bovinos no que diz respeito à área necessária para obterem alimentação, uma vez que, em condições de pasto natural, sem nenhum manejo, 1 cabeça de gado bovino necessita de 10 a 12ha/ano para obter alimento, enquanto 1 cabeça de gado caprino necessita apenas de 1,5ha/ano. Além de apresentarem essa maior resistência natural às adversidades da seca com a sua conseqüente escassez de alimentos, os caprinos também apresentam menor tempo de gestação (duas parições por ano) e de abate (cerca de 1 ano). Fora esses aspectos, o gado caprino, pelo seu menor valor, é mais fácil de ser vendido em caso de necessidade mais urgente, constituindo-se numa importante reserva de valor para que o produtor possa resistir ao longo período de estiagem.

Pudemos observar essa última característica, apontada por Souza e Suertegaray (2006), durante o trabalho de campo. Observe a fala de um dos criadores: “a gente sempre vende os machos e deixa as fêmeas. A gente engorda eles, pra depois vender” (Informação Verbal)¹¹⁹. Ou, a exemplo de muitos dos entrevistados, que dizem sair “do sufoco” vendendo algumas crias, para até mesmo comprar ração para o restante do rebanho que têm.

Embora sejam perceptíveis as melhoras no que se refere ao criatório, SOUZA (2006) afirma que o cultivo de gêneros alimentícios, que complementam a alimentação dos animais, vem sendo afetado pelo êxodo rural e pela diminuição das áreas de pastagens. Os camponeses permanecem afetados pela falta de políticas eficientes quanto à produção e distribuição dos alimentos produzidos e problemas quanto à assistência técnica.

¹¹⁹Informação Verbal concedida por Saulo, filho do sr. Zé Nilo, que o ajuda nas tarefas diárias. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 38 — Saulo, filho do Sr. Zé Preto pegando água na propriedade da avó. Cabaceiras/PB, pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto de Ana Bernadete Accioly.



Ilustração 39 — Sr. Zé Preto pegando o capim que comprou. Cabaceiras/PB, pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto de Ana Bernadete



Ilustração 40 - Sr. Zé Preto moendo a palma e o xique-xique. Cabaceiras/PB, pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto da autora.



Ilustração 41 - Sr. Zé Preto transportando a palma e o xique-xique para o preparo da ração das cabras. Cabaceiras/PB, pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto da autora.



Ilustração 42 —Sr. Zé Preto limpando a propriedade e descartando o “restolho”. Cabaceiras, Pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto da autora.



Ilustração 43 —Cabras se alimentando. Cabaceiras, Pesquisa direta. Fevereiro de 2008. Foto de Ana Bernadete Accioly.

Na seqüência, no depoimento do Sr. Zé Preto a diferença de seu trabalho durante a estiagem e no período chuvoso.

Todos os dias a gente tem essa obrigação de passar aqui tirar o capim trazer pra cá, moer. moer o xique-xique e a macambira, mistura, dá uma ração primeira. A gente faz a mistura. Aqui na forrageira tá misturado o xique-xique com a macambira. O capim a gente ainda vai moer e quando chega lá no sítio coloca nos cochos¹²⁰ tudo misturado. O farelo eu já levo uma ração balanceada, sabe? Misturada: farelo de milho, trigo, boaideiro, soja, já vai tudo misturado, chega lá a gente já coloca em outro cocho, a ração balanceada. É só ter coragem, né?

[...] agora quando chove, que cria pasto, que faz água em todo canto, é bem mais fácil. Você não tira ração, já diminui a ração balanceada, eu sempre dou, mas pouquinho, né? Por que tem pasto abundante, aí ela vai comer à vontade no campo, né? Aí passa o dia solta, de noite eu tranco e coloco uma ração balanceada só pra elas se acostumar a vir pro curral. [...] é bem mais fácil, não tira ração, não tira palma, só botar uma raçãozinha balanceada, bem cedo vir tirar o leite, pronto. [...] elas comem, a palma só tirar do jeito que ela tá aí, cortar, elas comem puro. O espinho da palma é um coisinho pequeno, não interrompe não.

3.5 A Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB e a Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra: histórico e tradição inventada

A Associação de Criadores de Caprinos e Ovinos do Município de Cabaceiras – PB (ASCOMCAB) foi fundada em dezembro de 1996 (Anexo), com o objetivo de trazer benefícios para a economia do município e melhoria de qualidade de vida para os produtores. A Usina de Beneficiamento de Leite foi criada em 2000. Neste ano, teve o apoio da Prefeitura Municipal, que promoveu a compra de 10 (dez) reprodutores que possibilitassem a melhoria genética do rebanho, que não possuía, até então, “aptidão” para o leite, segundo o presidente da Associação, Henry Daniel Pombo (informação verbal)¹²¹. O objetivo era, e ainda é, a inserção dos produtores do município na caprinocultura leiteira. A ASCOMCAB possui 66 associados de Cabaceiras¹²².

¹²⁰ Cochinhos: Vasilha, feita geralmente de um tronco de árvore cavado, em que comem (ou bebem) cavalos, bois e outros animais.

¹²¹ Informação concedida à pesquisadora em entrevista no dia 15 de fevereiro de 2008. Pesquisa Direta.

¹²² Um dos artigos do Estatuto só permite a associação de produtores de Cabaceiras

Henry Daniel afirma que a criação da Festa do Bode Rei¹²³, que está na sua 10ª edição (2008), foi um dos elementos que permitiram os contatos juntos à instituições para implementar o projeto da caprinocultura leiteira. Ele afirma que inclusive a ARTEZA também é fruto da Festa do Bode Rei.

O Projeto Cooperar, em 1999, assistiu a ASCOMCAB com a implementação da Usina, entre infra-estrutura e equipamentos. A Usina beneficiava apenas 150 litros de leite por dia. De acordo com Henry, foram criadas, na mesma época, um total de sete usinas de beneficiamento de leite, seis no Cariri Ocidental e esta em Cabaceiras, o que o presidente vê como vantagem, pois otimiza recursos advindos de projetos, além do que as outras são bem próximas uma da outra. Em 2004, um novo projeto implementado pelo Cooperar promoveu uma reforma na Usina e recursos do MDA permitiram a compra de novos equipamentos. O pasteurizador, atualmente, tem capacidade para 600 litros por hora, a embaladeira 1000 litros por hora, uma câmara de congelamento com fins à estocagem do leite, o que permite à Usina receber e beneficiar entre 3000 e 4000 litros de leite por dia.

¹²³A Festa do Bode Rei acontece anualmente na cidade de Cabaceiras, por volta do mês de junho. A cidade recebe, aproximadamente, 50.000 pessoas nesta festa. A Festa promove a cidade, bem como o título recebido “roliúde nordestina”, pela quantidade de filmes que são gravados na cidade.



Ilustração 44 - Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.

Ilustração 45 - Pasteurizador com capacidade para pasteurizar 600 litros de leite por hora. Foto de Ana Bernadete de C. Accioly Soares. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.



Ilustração 46 - Embaladeira, com capacidade para embalar 1000 litros de leite por hora. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.

Os equipamentos foram caros, incluindo um caminhão frigorífico. O leite deveria ser recolhido pela Usina, em transporte refrigerado. A Usina hoje paga o aluguel de uma caminhão para recolher o leite de alguns municípios e outros, a exemplo de Boa Vista, é enviado, juntamente com outros da região, pela Prefeitura do município. No depoimento a seguir, a explicação do por que disso não estar acontecendo.

O projeto inicial contou com o pasteurizador, a embaladeira e o caminhão e o projeto foi feito em 2003, em parceria com o Cooperar e com o MDA, então houve uma facilidade em fazer o projeto, né? E nós dirigimos os recursos para beneficiar a Usina, mas infelizmente, veio o período eleitoral, e a questão política às vezes beneficia, mas muitas vezes ela atrapalha muito, [a] muitas instituições pequenas, e as eleições aqui tiveram um resultado negativo para a caprinocultura. O prefeito que hoje está não tem compromisso nenhum com a caprinocultura. Como eu falei, o prefeito que está hoje não tem compromisso nenhum com a caprinocultura. [...] O caminhão foi feito o projeto 2003/2004, com parceria com o Cooperar, foi como eu lhe falei, foi dividido o recurso para beneficiar a Usina, que o Cooperar tem um limite de recurso [...]. Cada associação tem um limite, então Cabaceiras só com a infra-estrutura [...], ela superou o limite. Buscamos, então, o MDA, que precisávamos de novos equipamentos, então foi feito esse projeto. Nesse caso esse projeto foi feito por Aldomário e Artur, que é do SEBRAE. Então eles quem fizeram o projeto e nesse projeto tinha esses equipamentos e o caminhão. Então como eu lhe falei, o caminhão foi adquirido [com recursos] do MDA, mas a prefeitura cedeu, na época, cedeu só à entidade prefeitura, que a associação não podia receber recurso diretamente do MDA. Tinha que ser através da Prefeitura ou do Estado. Mas a prefeitura recebeu [como] instituição, para receber o benefício, receber para [re] passar para a associação, certo? Mas como eu lhe falei, houve as eleições e nas eleições houve um resultado, e o prefeito que hoje está não passou o caminhão para a gente. O caminhão, esse que chegou em Campina Grande, na empresa VEPEL, em fevereiro de 2005, ele foi faturado em dezembro de 2004, chegou em fevereiro de 2005 e ficou lá na VEPEL, em um galpão, há quase 1 ano e meio, parado, parado o recurso, parado também para a aquisição de um baú. Nós estávamos sempre acompanhando pela internet, pelo próprio MDA, se não me falha a memória agora, Almira, que é a coordenadora do projeto, estamos sempre fazendo contato com ela. E não temos um contato positivo, não saiu um resultado positivo, então passou um ano e meio, nós acionamos o Ministério Público. Então o MP recorreu, pediu informações à prefeitura do por que não colocar este caminhão para funcionar e pela resposta, depois de quase dois meses, o prefeito fez a aquisição do baú e botou o caminhão pra rodar. Então, depois do caminhão pronto, faz um ano agora que o caminhão está rodando, lá pela cidade de Monteiro. Então como eu lhe falei o caminhão foi desviado para a cidade de Monteiro. o caminhão era para beneficiar a Usina de Cabaceiras e as demais.

por que trabalhamos em parceria com várias administrações, vários municípios, pois esse caminhão ia beneficiar Cabaceiras e os demais municípios, [no] caso de Sumé, de Serra Branca, de Gurjão e os demais que a gente hoje está atendendo, mas com a administração da usina. Mas como eu lhe falei, o prefeito, com essa atitude pequena, mesquinha, desviou o caminhão para a cidade de Monteiro, nos prejudicando aqui, que viemos há mais de 10 anos lutando para construir isso, para fazer isso para proporcionar mais, mas nós não paramos com isso, pelo contrário, essas coisas nos incentivam a cada dia lutar por essa atividade que vem dando certo. [...] Apesar deste caso com o caminhão, estávamos fazendo a entrega do leite [de forma] irregular, fomos notificados pelo programa [do leite?] por que não era frigorífico, fomos notificados pelo programa, por estar fazendo isso, então por essa notificação nós conseguimos alugar um caminhão.

Hoje, a Usina aluga um caminhão frigorífico, dentro dos padrões da Vigilância sanitária e do Programa do Leite, atendendo a alguns municípios que participam dessa parceria e futuramente (em alguns dias, segundo Henry) a Usina de Gurjão.



Ilustração 47 - Chegada do Leite de Caturité. Foto de Ana Bernadete de C. Accioly Soares. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.



Ilustração 48 - Caminhão frigorífico alugado pela Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra de Cabaceiras. Foto de Ana Bernadete de C. Accioly Soares. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.

Em 2007, foram realizadas pequenas melhorias e ampliações estruturais com recursos próprios da Usina, além de haverem encaminhado ao Cooperar projeto de construção do muro no entorno do terreno da Usina e pavimentação. O objetivo da busca incessante por melhorias é conseguir o selo de inspeção federal (SIF), que permitirá a comercialização dos produtos da usina fora do Estado, o que não acontece hoje. A Usina comercializa seus produtos a nível intermunicipal, pois só possui o selo de inscrição estadual (SIE).

A Usina recebe leite de Cabaceiras e de outros municípios, sem que os produtores sejam associados da ASCOMCAB. São 72 produtores de Cabaceiras (apenas 55 são associados), 14 produtores de Boa Vista, 27 produtores de Boqueirão, 7 produtores de Caturité, 7 produtores de São Domingos do Cariri e 4 produtores de Riacho de Santo Antônio, totalizando aproximadamente 160 produtores. De acordo com Duarte (2008, informação verbal), o projeto inicial da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra deveria ser do Cariri Oriental, mas resume-se hoje, a apenas esses municípios¹²⁴. Assim sendo, a Usina é considerada pólo, recebendo o leite de outros municípios em regime de parceria com suas respectivas associações. O que difere os fornecedores de Cabaceiras dos fornecedores dos outros municípios é maior rigor na fiscalização, na produção e no manejo na ordenha, que é realizada pelos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR). Apenas o município de São Domingos do Cariri não dispõe ainda desse agente. Quanto ao trabalho realizado pelo ADR, afirma Henry: “é como se fosse uma agente da saúde dos animais, e com eles a coisa anda bem melhor por que é o olho, o ouvido e a boca da Usina que está com os produtores” (informação verbal)¹²⁵.

Os associados de Cabaceiras pagam à Associação uma taxa mensal de R\$ 5,00, enquanto que os produtores de fora não, pois, de acordo com Henry, “o intuito é fortalecer, por que Cabaceiras é uma cidade pólo em caprinocultura, então nós não podemos também criar situações, pelo contrário, é incentivar os produtores, dos demais municípios” (Informação verbal)¹²⁶.

Os produtores da Usina recebem o dinheiro correspondente à produção comercializada com o Programa do Leite, através da Usina. Esta recebe R\$ 1,40 por litro de leite, repassa ao produtor R\$ 1,00 por cada litro e R\$ 0,40 ficam na Usina para os custos do beneficiamento. De acordo com Henry, “o leite é contabilizado a cada 15 dias, então nós pagamos de acordo com o que o Estado paga e com o que ele produz. Por exemplo, se o produtor produziu 150 litros de leite em uma quinzena, ele vai receber r\$ 150,00”¹²⁷. Às vezes ocorre atraso no repasse por parte do

¹²⁴ Compõe a microrregião do Cariri Oriental os municípios de Cabaceiras, Santo André, Gurjão, São João do Cariri, São Domingos do Cariri, Caturité, Boqueirão, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Riacho de Santo Antônio e Alcantil, portanto, 11 municípios (RODRIGUES, 2002, p. 14).

¹²⁵ Informação concedida por Henry Daniel, presidente da ASCOMCAB e criador, em fevereiro de 2008. Pesquisa Direta.

¹²⁶ *Idem.*

¹²⁷ *Ibidem.*

Programa do Leite que, segundo Henry, tem como principais causas questões relativas ao Estado e ao contrato, dentre outras.



Ilustração 49 –Esperando o repasse do dinheiro do Programa do Leite. Foto de Ana Bernadete de C. Accioly Soares. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Foto da autora.

São beneficiadas diariamente em Cabaceiras, 323 famílias cadastradas no Programa do leite, parte integrante do Programa Fome Zero, do governo federal. Cada responsável recebe 01 litro de leite por criança/adolescente (até 16 anos) cadastrado no Programa, com vacinação em dia e freqüentando a escola.

Até 2004, a Usina de Beneficiamento de Leite fornecia leite de cabra à Prefeitura Municipal de Cabaceiras a ser distribuído na merenda escola e ao Programa do Leite. No depoimento a seguir, vemos o porque do término da entrega do leite na merenda escolar:

[...] até 2004 nós entregávamos ao Programa do Leite e à Prefeitura Municipal. Aí houve as eleições municipais e o prefeito atual realizou eleições [plebiscito] nas escolas municipais para tirar o leite de cabra. Então saiu o leite de cabra e a carne caprina, por que antes alguns produtores forneciam a carne caprina nas escolas municipais. Então o prefeito quando entrou em fevereiro, realizou as eleições para as crianças escolherem entre leite de cabra e leite de vaca; carne de frango, carne de gado e carne de bode. E por cultura, até as crianças escolheram leite de vaca e a carne de frango. Então daí nós nos preocupamos com isso também, com essa questão, por que fomos

boicotados aqui no município, mas levantamos a cabeça e buscamos uma parceria mais forte com o governo do estado.

Essa parceria, de fato, se efetivou, o que se percebe no depoimento a seguir:

[...] o Governo do Estado [da Paraíba] nos deu uma cota bem maior. a nossa cota na época era de 400,500 litros de leite por dia. depois disso, justificamos com a nossa situação e hoje estamos com uma cota de 1700 litros de leite por dia. há licitações nesse programa que ele é feito licitações a cada 6 meses para que possamos nos inserir no programa como também há indicações, nós temos o coordenador do programa, não sei você tem conhecimento, Adomário Rodrigues que é uma referência na caprinocultura na Paraíba, e é um dos nossos parceiros aqui é ele quem nos gerencia, nos apóia, junto ao Governo do Estado e daí estamos. (Informação Verbal)¹²⁸

Adomário Rodrigues é coordenador do Programa do Leite na Paraíba e, segundo Henry, é “um defensor da caprinocultura”.

Hoje nós podemos considerar que a caprinocultura leiteira aqui em Cabaceiras é a maior fonte de renda aqui do nosso município, em parceria juntamente com a ARTEZA, lá na Ribeira, tá gerando emprego e renda e economia no nosso município. (Informação verbal)¹²⁹

Na Usina é beneficiado apenas leite de cabra, em torno de 1700, 1800 litros por dia, o que está acontecendo em consequência da estiagem e o período de apartamento¹³⁰. Fora desse período, a Usina chega a beneficiar 2200 litros de leite por dia.

Havia um projeto que objetivava beneficiar outros produtos derivados do leite de cabra, como queijo, iogurte e achocolatado. Quanto à isso, afirma Henry que

A gente fez umas ampliações com recursos próprios e o intuito é esse: é nós instalarmos uma sala para produção de queijo, já temos uma sala para produzir iogurte e chocolate e estamos em fase de conclusão de detalhes para concluir isso e se Deus quiser começar a produzir e jogar no mercado.(informação verbal)¹³¹.

Neste projeto, pretende-se a parceria de empresas privadas.

¹²⁸ Depoimento concedido à autora por Henry Daniel. Pesquisa Direta, fevereiro de 2008.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ As cabras apartadas estão em tempo de parir, por isso têm reduzido o volume de leite produzido.

¹³¹ *Ibidem*.

Os principais parceiros da ASCOMCAB e da Usina são o Governo do Estado da Paraíba, SEBRAE, um parceiro fundamental, EMATER, Prefeitura Municipal de Cabaceiras (gestão anterior), Federação dos Produtores da Paraíba (FAEPA), A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A. (EMEPA)¹³² (anteriormente), Ministério do Desenvolvimento Agrário, UNISOL¹³³, uma cooperativa da agricultura familiar, dentre outros.

O SEBRAE¹³⁴ tem como missão a promoção da competitividade e do desenvolvimento sustentável de pequenas e micro empresas, na perspectiva do empreendedorismo. Junto à ASCOMCAB, seu papel foi capacitar e dar assistência técnica. Anteriormente, os Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR's) eram por conta do SEBRAE. Hoje, os ADR's são pagos pela Usina. Os produtores colaboram mensalmente com R\$ 0,10 por litro de leite para esse remunerar esse profissional

O papel da EMATER¹³⁵, de acordo com Henry, é

[...] na questão de fazer projetos para os nossos produtores, inclusive Cabaceiras em 2007 foi o município que mais fez projeto a nível de região Borborema, do Cariri, foram mais de 400 projetos só aqui de Cabaceiras, então a EMATER tem essa função não só de fazer

¹³² A Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A. (EMEPA), foi instituída pela Lei 4034 de dez de 1978. É uma empresa pública vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento da Paraíba, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, e integra o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Foi fundada em João Pessoa/PB, com a missão de gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias, objetivando o desenvolvimento sustentável do negócio agrícola do Estado da Paraíba.

¹³³A União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL) é uma associação civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, de natureza democrática, cujos fundamentos são “o compromisso com a defesa de interesses reais da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa. Tem por objetivo principal reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e quaisquer outras modalidades de pessoas jurídicas, que atendam às finalidades do seu estatuto, a fim de promover efetivamente a melhoria sócio-econômica de seus integrantes, garantido-lhes trabalho e renda com dignidade”. Disponível em <[http:// www.unisolbrasil.org.br](http://www.unisolbrasil.org.br)>. Acesso em março de 2008.

¹³⁴ Criado em 1972 pelo governo federal, desde 1990 assumiu as características de entidade de direito privado, com autonomia administrativa. Possui unidades autônomas nos estados, e seus recursos advêm de contribuição social criada pela Lei nº. 8.209, de abril de 1990, de doações, dentre outros.

¹³⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e na Paraíba está vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. A EMATER integra o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão rural (SIBRATER) e foi criada pelo Decreto estadual 6.755 de 18/12/1975. Seus objetivos básicos são colaborar com órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado e com o Ministério da Agricultura para formular e executar políticas de assistência técnica e extensão; colaborar no planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural, com fins ao aumento da produção agropecuária e melhoria da qualidade de vida no meio rural.

projeto, mas dar uma certa assistência aqui à gente.(Informação Verbal)¹³⁶

A Prefeitura Municipal de Cabaceiras, como visto anteriormente, teve papel decisivo na implementação e execução do projeto da Usina de Beneficiamento de Leite de Cabaceiras, mas a partir de então, segundo depoimentos de Henry, essa parceria acabou.

[...] por que apesar de ter somente 25 anos, se eu estou aqui na associação eu tenho que separar a coisa, eu tenho minha posição política, como você tem , como ele tem, como eu tenho, todos nós temos que ser profissionais no sentido de separar, lá fora minha imagem aqui da associação, da instituição. Estarei trabalhando para todos, que nós exigimos aqui qualidade e compromisso na produção. Então nós não vemos isso no prefeito, nós temos informações que ele foi na Câmara Municipal, na época, e falou que não daria o caminhão por que não se dá com o presidente, não tem uma boa afinidade com o presidente , certo? Então isso eu acho muito pequeno pra um poder executivo, um pensamento desses. Por que ele está ali para governar para todos. Cabaceiras não é dele, os recursos que vem para a prefeitura não é dele, não é de quem votou nele, é dos que estão aqui, então ele tem que fazer um trabalho para todos, ele não tem que ver se se dá bem com um ou com outro, ele tem que beneficiar a todos. Então minha visão é essa.

Outro parceiro, segundo Henry, foi o Pacto Novo Cariri.

O pacto Novo cariri é um dos parceiros, no início por causa do PAA. É um dos parceiros também, sem dúvida, que inovou não só na caprinocultura, mas no turismo, no artesanato, o Pacto engrandeceu, fortaleceu nosso Cariri Paraibano. E o Pacto não ficou de fora no caso da Usina de Cabaceiras, contribuiu muito.

Quanto ao Projeto Cooperar, uma proposta de projeto já foi encaminhada e se trata da pavimentação externa da Usina, construção do muro e de um galpão para armazenar produtos. Esse galpão acompanha a implementação, na Usina, de um projeto que se refere à ração. Observe o depoimento de Henry:

[...] conseguimos agregar a ração ao leite. Através da Associação, adquirimos a ração e passamos para os produtores e deixando até em domicílio. Nós adquirimos esta ração mensalmente e entregamos em domicílio, na casa produtor e ela é descontada do pagamento do leite.

¹³⁶ *Idem.*

Em um primeiro contato, via telefone e e-mail, antes de nosso trabalho de campo se efetivar, o presidente da ASCOMCAB nos passou a intenção de encaminhar os seguintes projetos ao Cooperar, via Conselho Municipal: aquisição de novos equipamentos para produção de derivados do Leite; aquisição de veículo refrigerado; aquisição de tanques de expansão; aquisição de novos equipamentos para o teste do leite com mais precisão; pavimentação da área externa da Usina; construção de Muros ao redor da Usina e outros.

As dificuldades colocadas pelo presidente da usina foram a inserção da Usina no mercado privado, dificultadas pela sazonalidade da produção (em alguns meses atingirem o beneficiamento de 2000 litros de leite ao dia, em outros 400 litros de leite ao dia), o que impede assumir um contrato com uma rede de supermercados, ao que ele se refere: “ele [o supermercado] vai querer os litros de leite que contratar, não quer saber se as safras diminuíram, se a usina deu problema, ele quer o leite entregue lá”. As tentativas de inserção no comércio privado tem se dado com o apoio do SEBRAE.

3.5.1 O Pacto Novo Cariri: algumas considerações

O Pacto Novo Cariri é um programa regional e foi implementado pelo SEBRAE, em 31 municípios do Cariri Paraibano, em parceria com órgãos e entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Teve como objetivo aproveitar as potencialidades locais para a promover o seu desenvolvimento sustentável. Seus objetivos são fortalecer as atividades produtivas locais geradoras de ocupação e renda; Organizar os segmentos produtivos em estruturas associativas; capacitar os empreendedores quanto aos conhecimentos e habilidades técnicas e gerenciais; difundir e implantar técnicas produtivas e organização do trabalho compatível com as condições do semi-árido e a organização dos produtores; estudar, fortalecer e apoiar a eficiência das cadeias produtivas tradicionais e que apresentam potencialidades e oportunidades possíveis; modernizar a gerência dos serviços públicos municipais e fortalecer sua participação como agente de desenvolvimento local; realizar estudos e monitorar ações voltadas a preservação, conservação e gestão ambiental; promover as atividades culturais,

artesanais, turísticas e educacionais da região, sobretudo a educação e cultura empreendedora.

Os parceiros do pacto Novo Cariri são: Secretaria de Planejamento (SEPLAN); Projeto Cooperar, no financiamento às associações para instalar mini-usinas de beneficiamento de leite; Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia (SICTCT); Programa Paraibano de Tecnologias Apropriadas (PPTA), com projetos que dêem suporte à cadeia produtiva de couros e peles de caprinos; Companhia de Industrialização da Paraíba (CINEP); Projeto CAPRIOVI, financiado pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN), com fins ao apoio à instalação/modernização de equipamentos industriais; Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento (SAIA/PB); Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural da Paraíba (EMATER), provendo as associações com assistência técnica e extensão rural para pequenos e médios produtores rurais e criadores; Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) na difusão de tecnologia de produtos de origem animal e vegetal. Atua na geração de tecnologia na Estação Experimental de Independência – caprinovinocultura, no melhoramento genético do rebanho e na Profilaxia (vacinação/vermifugação) animal; Secretaria de Educação e Cultura (SEC); Projeto Empreendedor na Escola, em parceria com o Sebrae, SEC e Prefeituras Municipais; Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), com ações no que se refere ao Plano das Águas, o monitoramento das bacias hidrográficas, perfuração de poços, cisternas subterrâneas e barragens; Banco do Nordeste e Banco do Brasil S/A, no fornecimento de crédito e orientação gerencial; Banco do Brasil S/A; Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na transferência de tecnologia e capacitação quanto às forrageiras nativas e tecnologia de carne; Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na transferência de tecnologia e capacitação quanto aos couros e tanantes, agroindústria de leite e camarão de água salgada; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na organização dos assentamentos rurais no que se refere à produção agrícola (mandalas) e criação de caprinos; Associação dos Municípios do Cariri Paraibano (AMCAP), na modernização gerencial e fortalecimento da administração pública, através de capacitação, orientação técnica, articulações políticas e administrativas e desenvolvimento local (mobilização e capacitação de comunidades); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (CNPQ/EMBRAPA) nas pesquisas agrônômicas

e difusão de tecnologia, quanto ao plantio do algodão colorido, plantio de sisal consorciado com palma e algaroba e fruticultura do umbu, cajá e coco; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CTCC), na capacitação e difusão de tecnologia de couros e calçados atuando no Curtume Escola em Cabaceiras, na ARTEZA também em Cabaceiras e Coopercou, em Monteiro, no plantio de angico para reflorestamento e extração de tanino natural; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)/Federação da Agricultura do Estado da Paraíba (FAEPA), capacitando pequenos produtores e trabalhadores rurais; Projeto Dom Helder, na organização de núcleos produtivos em comunidades e assentamentos rurais, quanto a Investimentos produtivos; SESCOOP, capacitando técnicos e funcionários de cooperativas sobre administração.

Quadro 12 – Algumas imagens da cidade de Cabaceiras.
Pesquisa Direta, fevereiro de 2008. Fotos da autora.



Ilustração 50 - Posto dos Correios e Telégrafos. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 51 - Museu Histórico-Cultural dos Cariris Paraibanos. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 52 - Prefeitura Municipal de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 53 - Restaurante Berro do Bode. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 54 - Memorial cinematográfico de Cabaceiras, a "roliúde nordestina". Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 55 - Local na rua principal da cidade onde acontecem amostras de filmes e festas. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 56 - Antiga Cadeia Pública. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 57 - Arraial Liu dos 8 Baixos - Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 58 - Detalhes de uma rua em Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 59 - Mercado Público. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 60 - Loja de confecções e presentes. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 61 - Rua 04 de Julho, a principal de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 62 - Cruzeiro das Missões, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 63 - Pôr-do-sol em Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 64 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008.



Ilustração 65 - Distrito de Ribeira de Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.



Ilustração 66 - Supermercado em Cabaceiras. Cabaceiras/PB. Pesquisa Direta, 2008. Foto da autora.

Quadro 13 – Alguns momentos de interação e alegria durante a pesquisa. Cabaceiras, fevereiro de 2008. Fotos de Edílson.



Considerações Finais

As políticas do Estado brasileiro, direcionadas ao camponês na atualidade, estão abalizadas no modelo que afiança que a sobrevivência desse grupo apenas se dará a partir de sua integração ao mercado. Duas alternativas lhe são dadas: ou se transforma e se integra ou desaparece. Entretanto, controversamente, sua resposta vem como uma terceira alternativa, que não lhe foi dada no projeto de uma sociedade que, historicamente, o condenou à exclusão desse pacto político: sua **recriação**, com base nos movimentos de resistência, a exemplo da luta pela terra do MST, na sua grande maioria realizada em meio a conflitos violentos. Desmantelam, assim, o território do capital e se reterritorializam. Estas lutas são travadas no cotidiano. Mediante a ocupação, parceria, arrendamento, ou mesmo a compra de terras, os camponeses se recriam. O aparato ideológico do Estado, composto por seus políticos, ruralistas ou não, e elite intelectual, imbuído do discurso de combate à pobreza, persegue essa integração, sem considerar a história, as tradições, a memória e a cultura desses camponeses. Esta integração dissimula-se na denominação “agricultor familiar”. O que nos disse o camponês assentado Jerônimo, comprova: **“Eu sou agricultor familiar, por que a gente trabalha sempre em regime familiar, inclusive o programa que nós trabalhamos no assentamento [PRONAF e INCRA] requer esse quesito, já pede que você seja um agricultor familiar para ter direito a ser assentado da reforma agrária”**. Os programas terminam por funcionar como camisas-de-força. No entanto, os camponeses utilizam a denominação agricultor familiar como sinônimo de sua condição camponesa. A agricultura é um modo de vida, em conjunto com a família, o que permite sua identificação como tal.

Os elementos que caracterizam o campesinato são contundentes: a terra é tida como terra de trabalho, terra de morada e não de exploração do trabalho de outro – é uma questão moral camponesa; o trabalho é realizado com e para a família, com fins à subsistência e satisfação das necessidades básicas; o camponês se integra parcialmente ao mercado, sem, no entanto, perder sua identidade – se assalaria temporariamente ou contrata trabalho temporário apenas para garantir sua reprodução; possui autonomia relativa – produz o que tem significado para a família,

produz o que precisa para sobreviver e vende apenas o que sobra para comprar o que não cultiva; sua jornada de trabalho é determinada por si e pela família. Assim, fica demonstrado que sua inserção no mercado segue uma lógica camponesa: estratégia de resistência e reprodução social. Os dados citados por Oliveira (1996) neste trabalho (p. 63), evidenciam que a expansão do capitalismo possibilita a recriação do trabalho familiar camponês. Na mesma medida em que aumenta o trabalho assalariado no Brasil, aumenta o número de ocupações.

Nossa pesquisa contemplou a análise da recriação do campesinato na cidade de Cabaceiras/PB sob a ótica de duas políticas públicas, quais sejam o Programa do Leite e o Projeto Cooperar. Ambas, em sua essência, são dirigidas aos ‘agricultores familiares’ e tem o propósito de reduzir a pobreza rural. Embora saibamos das intenções ideológicas que cercam esses programas, em especial de suas agências financiadoras, não se pode negar que sua implementação tem permitido ao camponês sua permanência na terra ou o retorno a ela, bem como a melhoria nas condições de vida e trabalho, o fortalecimento das comunidades rurais e das coletividades e, embora não diretamente, como instrumento de sua reprodução social. Neste momento frisamos que a idéia de associativismo e/ou cooperativismo, presente em ambas as situações estudadas, partem do imaginário camponês de ajuda mútua e cooperação. Presente nas falas dos camponeses, isto fica claro. Afirmam: “Uma andorinha só não faz verão”, “sozinhos não conseguimos nada”, “juntos somos fortes”, “o governo atende mais fácil quando estamos juntos” ou ainda “se sair uma pessoa só atrás de uma coisa, é mais difícil de conseguir do que um grupo”.

O PCPR, desdobrado do antigo PAPP e fruto da “questionável” parceria com o Banco Mundial, implementou na ASCOMCAB subprojetos de infra-estrutura (relativos à água) e produtivos (Usina de Beneficiamento de Leite de Cabra), o que permitiu, posteriormente, a implementação de outro Programa – o Programa do Leite. Os convênios ocorreram em decorrência da demanda das comunidades rurais, organizadas em associações comunitárias e participantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) da cidade. Com esses projetos e seus conseqüentes desdobramentos, camponeses que, contra a vontade, partiram para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, tiveram a possibilidade de voltar à terra e ao modo de vida de origem. Durante a realização das entrevistas, é perceptível a satisfação pelo retorno, pela sobrevivência em parte garantida. Apenas no período

da estiagem ficam sobremodo preocupados. Isto nos leva a apreender que políticas para armazenamento de forragens são necessárias, para evitar a degradação das plantas nativas e garantir a paz e sossego que o camponês tanto busca preservar: uma vida simples, desprovida de ganância e excesso de preocupações, dessas trazidas pela modernidade. Alguns encerraram atividades comerciais para se dedicar à atividade caprinocultora. Apesar de política meramente compensatória, o Cooperar é considerado pelos camponeses como um programa que foi e sempre será bem vindo. Depoimentos comprovam: “Lá, nosso primeiro projeto foi a eletricidade, a energia. Se não tivesse, tava praticamente parado”. “O Cooperar significa muita coisa, pra todas as famílias, principalmente nós que moramos nesse semi-árido, muito seco, acho que foi um dos programas que veio pra ficar por que veio dentro das necessidades da nossa região”. “O Projeto Cooperar é um projeto que sempre vem pra ajudar o homem do campo, né?”; “O Cooperar a gente considera assim com uma participação muito boa, presença que tem desenvolvido muito o município, na caprinocultura, no abastecimento d’água, eletrificação, agricultura [...]. Então a gente vê mudança de vida com o trabalho do Cooperar no município.”

Uma problemática que assombra ainda a vida desses camponeses é o uso indevido de cargos públicos em “arranjos” eleitoreiros ou pós-eleitorais. Uma questão que culmina em perda para os mais frágeis, os camponeses. À mercê dessa prática tão comum, especialmente no Nordeste brasileiro, e, desprovidos de malícia, são, no final, os mais lesados.

No Distrito de Ribeira de Cabaceiras, outrora maior produtor de alho na Paraíba (a produção foi retomada, recentemente, em sistema agroecológico), o artesanato em couro de bode, cultura centenária, mas realizada de forma artesanal, foi retomado como alternativa ao declínio dessa cultura. Com os financiamentos e projetos implementados – de infra-estrutura (relativos à água e construções de galpão) e produtivos (Curtume, sede e maquinário), em parceria com outros órgãos e entidades – os camponeses hoje estão voltando às suas terras ou não precisam ir embora, pois tem como permanecer em atividades tradicionais ou inventadas, especialmente no trabalho realizado de socialização dos jovens nas atividades produtivas. Seria comum, sem a implementação da política, que migrassem para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Na ARTEZA, houve igualmente melhoria nas condições de vida e trabalho mediante a implementação dos subprojetos. Porém, em 2006, quando realizamos a nosso primeiro trabalho de campo, a cooperativa se encontrava em pleno funcionamento, com o projeto para os jovens alcançando os resultados esperados. Em 2008, quando retornamos para mais um trabalho de campo, encontramos a ARTEZA em situação bem diferente da anterior. Sem gravar depoimentos, a pedidos, soubemos que as causas prováveis eram: o SEBRAE, com seu programa INCUBADORAS, havia implementado, como parceiro, 04 pequenas oficinas. Da ARTEZA, saiu, embora não tenha se desassociado (continua a utilizar as máquinas), um grupo de jovens para trabalhar nesses “*ateliês*”. As dificuldades da administração perpassavam ainda por questões eleitorais (de transição), bem como pela perda de vários apoios, dentre eles a GTZ (que fazia a manutenção das máquinas), e o SEBRAE. Em outros depoimentos, houve afirmativa de que a ARTEZA passava por essa crise devido à falta de bom relacionamento entre cooperados e administração. Foi perceptível, neste momento, que a ARTEZA encontrava-se vulnerável. Os estoques estavam cheios e parados. A presidência da Associação Comunitária de Ribeira não havia participado da reunião do Conselho Municipal, ocorrida 03 dias anteriores à nossa presença ali. Segundo um artesão, eles não receberam a comunicação para o comparecimento. Dadas essas situações inusitadas, decidimos utilizar não mais questionários quantificáveis, mas qualificar a pesquisa com entrevistas semi-estruturadas. Apesar dessa situação (estivemos lá em agosto deste ano com um grupo de alunos do CEFET), pareceu-nos que tudo estava bem, tendo à frente da administração um novo cooperado eleito. Os camponeses artesãos, da mesma forma que os camponeses da ASCOMCAB, se mantêm na terra e retornaram a ela.

No contexto desta pesquisa, fica evidente que a caprinocultura é, sem sombra de dúvida, uma alternativa viável para os camponeses inseridos nos semi-árido. As mediações realizadas pelo Estado, a nível municipal e estadual, devem estar desvinculadas de opções partidárias, enquanto que o Estado, a nível Federal, agente de políticas inclusivas, deve promovê-las considerando a realidade histórica da formação de nosso campesinato, as experiências e pareceres dos movimentos sociais brasileiros, atores principais das lutas pela terra e pela reforma agrária. Por uma justa distribuição de terras. Pelo abastecimento do mercado interno. Pela recriação do campesinato.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Ed. UNICAMP/ANPOCS/HUCITEC, 1992.

_____. **Desafios impostos pela volta do homem ao campo**. Gazeta Mercantil. [S.l.], 02 out. 2000. Disponível em <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/abramovay/gm7exodo.doc>>. Acesso em 26 mar. 2003.

_____. Agricultura familiar e o capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 94-104.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., Porto Alegre: [s.n.], [200_].

AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: UNESP, 1980.

_____. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. In: **Revista Estudos Avançados da USP**. V. 13, nº 36. São Paulo, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Campesinato e capitalismo: interpretações clássicas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. A luta pela terra e o *habitus* de classe. São paulo: editora UNESP, 2006. P. 69-108

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Princípios).

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. As políticas públicas no Brasil. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAM, 2000. p. 261-284.

_____. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 30, n. 2. Fortaleza: REN, abr/jun 1999.

_____. Estratégias de combate à pobreza. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAM, 2000. p. 285-304.

_____. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 30, n. 2. Fortaleza: REN, abr/jun 1999. p. 144-161.
ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA PARAÍBA – BRASIL. COOPERAR. PB. Projeto de minoração da pobreza rural. Disponível em <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em 10 ago. 2002.

BITTENCOURT, G. A.; MENEZES, S. As políticas para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, COMBATE À FOME E À POBREZA RURAL. [S.l.:s.n.], 2002.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **REVISTA GEOUSP – ESPAÇO E TEMPO**. São Paulo, nº 14. pp. 107-117. 2003. Disponível em http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Bombardi... Acesso em 31 out. 2005.

_____. Lugar de modo de vida tradicional na modernidade. In: **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Terra e Paz, 2004.

_____. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos do campesinato e agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: AGB, 2002. Comunicações Coordenadas. 1 CD.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Balanço da Reforma Agrária e da agricultura familiar**. Brasília, DF, 1999. 46 p.

_____. Decreto nº. 91.179, de 1º de abril de 1985. Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de

Desenvolvimento da Região Nordeste - Projeto Nordeste. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=129449>>.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1989.

_____. Decreto nº 3.992, de 30 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Seção 1, p. 3-4, 2001.

_____. Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS e dá outras providências. Brasília, DF: 2000.

_____. Presidência da República. Dispõe sobre o Programa Fome Zero. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, DF, 2000. 74 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto UFT/BRA/036/BRA**. Perfil da agricultura familiar no Brasil. [S.l.:s.n.]. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/incra/fao/13p4.htm>>. Acesso em 01 abr. 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desenvolvimento Social**. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: MDS, 2008.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. 2003/2006. Disponível em <http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em dezembro de 2007.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____. O camponês no capitalismo atual. In: **REVISTA SEM TERRA**. Ano V nº 19, abril/junho 2003. P. 16-9.

CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. A associação da fotografia aos relatos orais na reconstrução histórico-sociológica da memória familiar. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992.

CHAYANOV. Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. In: ARICÓ, José (Org). **Cuadernos de Pasado y presente**. 94. México: Edições Pasado y presente, 1987.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. A Lei de Terras e a transição ao capitalismo no Brasil no XIX: uma análise micro dos efeitos da Lei sobre a afirmação da propriedade. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Usos do passado. Rio de Janeiro, 2006. 07 p.

CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L. ; ROSENDHAL, Z. (Orgs). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 35-86.

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. Programa de Combate à Pobreza Rural – Paraíba. BIRD e Estado da Paraíba. 176-BR. 11 ago. 1997
CORRÊA, Roberto Lobato. Organização espacial. In: **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995. P. 51-84.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DELGADO, Bruna Coelli de Castro. **Identidade e Sustentabilidade**: critérios de planejamento ambiental para o Distrito de Cachoeira, Maranguape – CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA. Fortaleza, 2004.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992.

DEPARTAMENTO SINDICAL DE ESTUDOS RURAIS. **Agricultura familiar e desenvolvimento local. Municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**. Curitiba, 1997. Disponível em <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/deser/deser97.rtf>> Acesso em 20 abr 2003.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. Editado por Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DUARTE, José Jonas. **Leite de Cabra**: a Paraíba em primeiro lugar. Disponível em <www.eliezerjgomes.com/noticia/1243/leite_de_cabra_a_paraiba_em_orimeiro_lugar_jonas_duarte/>. 04 de fevereiro de 2008.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. In: **CAMPO-TERRITÓRIO. REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. V. 1 n^o 2, P. 14-30. Agosto de 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Delimitação conceitual de campesinato. In: **Versão elaborada para debate do Plano Camponês**. 2004. Disponível <<http://www.mst.org.br/informativos/vozes/textobernardo2.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2005.

_____. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa. ANAIS ELETRÔNICOS... João Pessoa:AGB, 2002. Comunicação Coordenada. 1 CD.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **Currículo sem Fronteiras**. V. 3, n. 1, pp. 11-27. Jan/Jun 2003. Disponível em <<http://curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf>>.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005a.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. P. 109-130.

FREIRE, Marcos Tadeu Lima. **A contribuição do Projeto Nordeste – P.A.P.P. /PB na geração de empregos e renda na zona rural paraibana e suas repercussões no êxodo rural, nas suas áreas de atuação**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). 56 p. Universidade Federal da Paraíba, 1992.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 145 p.

FREMONT, Armand. **Pesquisa sobre o espaço vivido**. Tradução de Maria Regina Sader. In: *L'espace géographique*, n. 3, S.l.s.n. , 1974. p. 14-31.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: 1. Intrusos e Posseiros. In: GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

HOBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, Eric.; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. P. 09-23.

KAUTSKY, Karl. O caráter capitalista da agricultura moderna. Tradução de C. IPEROIG. In: KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 76-111.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. In: **Seleção de Textos**. Teoria e Método. n. 11. São Paulo: AGB – SP/ Nacional, [s.n.].

LAMARCHE, Hugues. (Coord). **A agricultura familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: editora da UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, Henry. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Orgs). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 219-252.

LIMA, Ruy Cerne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. Goiânia: Editora UFG, 2002.

LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Marta Inês. Que rural é esse? Uma reflexão sobre o significado do rural na sociedade capitalista. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa, 2002.

MARQUES, Marta Inês. Lugar de modo de vida tradicional na modernidade. In: **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e Imaginário nos Cariris Velhos do Paraíba**: memória cultural e natureza no cerimonial da vida. 167 p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, 1999.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO: DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉC. XXI. 2001, Santiago do Chile. Disponível em <http://www.nead.org.br/index>>. Acesso em 20 jan. 2003.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. In: **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 21 a 102.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 151 a 177.

_____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. A igreja face à política agrária do Estado. In: PAIVA, V. (Org). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Ed. Loyola, 1985. p. 110-126.

_____. Pequena produção agrícola – antimito da produção capitalista no campo (crítica aos críticos). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. ANAIS... Santa Maria: [s.n.], 1984. Abertura.

_____. Clientelismo e corrupção no Brasil contemporâneo. In: **O poder do atraso.** Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994. P. 19-51.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudo sobre as condições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. P. 15-42.

_____. **A sociedade vista do abismo.** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Expropriação e Violência:** A questão política no campo. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República.** São Paulo: Editora Hucitec, 1986. P. 115-152.

MARX, Karl. **O capital.** Crítica da Economia Política. Livro 3 – O processo global de produção capitalista. Volume IV. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. O trabalho alienado. Tradução de Sylvia Patrícia. In: **Economia política e filosofia.** Rio de Janeiro: MELSO, 1963. p. 151-163.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (Série Biblioteca de Ciências Sociais)

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quatitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública.** Vol. 09 (3), jul/set. Rio de Janeiro, 1993.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes.; TARGINO, Ivan. Processo de formação e evolução da organização do espaço agrário paraibano. In: **Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997. p. 25-102.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. (Séries Princípios, 52).

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p.45-67.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**. Set./Dez. 2001, vol.15, n. 43, p.185-206. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142001000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Jan 2008. doi: 10.1590/S0103-40142001000300015

_____. Agricultura Brasileira. Transformações Recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. p. 468-534.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **REVISTA TERRA LIVRE**. Ano 19, v. 2, n. 21. São Paulo: Jul/dez 2003.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. In: **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, n. 58, São Paulo: AGB, 1981.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. In: **REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS**, V. 15 (43). 2001. P. 255-265.

PARAÍBA (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. RELATÓRIO DE CONCLUSÃO. Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR – PB. Projeto Cooperar. Contrato de Empréstimo nº. 4251 – BR 1998/2006. João pessoa, 2008.

_____. Decreto nº 19.328 de 26 de novembro de 1997. Aprova o regimento interno do Projeto Cooperar do Estado da Paraíba. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, Poder Executivo. João Pessoa, 26 nov. 1997. N. 10.740.

_____. Minuta do Projeto de Lei nº XXX, de XX de julho de 1997. Dispõe sobre a finalidade e estrutura do Projeto Cooperar do Estado da Paraíba e dá outras providências. Projeto Cooperar. Paraíba, jul. 1997.

_____. Secretaria de Planejamento. **Projeto Cooperar: Abastecimento de água singelo**. Paraíba: [s.n.], [200_].

_____. **Manual de Operações**. Acordo de Empréstimo nº 4251/BR. Governo do Estado da Paraíba. Projeto de Combate à Pobreza Rural. Dezembro de 2001.

PEREIRA, João Márcio. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio. (Orgs). **Capturando a terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. P. 13-47.

QUADRO SÍNTESE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. **Folha da Embrapa**, ano 7, n. 37, jan/fev 1999. Disponível em <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/bd/quadrosint.html>>. Acesso em 28 dez. 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: alguma reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992.

RIBEIRO, Ana Maria Marques. Ocupações de Terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): desobediência civil (re) definindo o Estado “democrático” de direito no Brasil. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL. La cuestión en America Latina: exclusión y resistencia social. Por un agro com soberania, democracia y sustentabilidad. Quito, Equador. Nov. 2006. GT 10. Disponível em <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Ana%20Maria%20Marques%20Ribeiro.pdf>>.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**. Afinal do que se trata? Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **A presença histórica da economia camponesa na sociedade brasileira**. João Pessoa: UFPB, 2004. (mimeo)

_____. Projeto de Pesquisa **O Aprisionamento do Campesinato na Categoria Agricultura Familiar**: uma análise da (re) criação do Campesinato em Cabaceiras – PB. João Pessoa, 2005. (mimeo)

_____; MOREIRA, Alecsandra Pereira da Costa. Indicadores sociais e qualidade de vida na Zona da Mata Paraibana. In: REVISTA CADERNOS DO LOGEPA. Série Textos Didáticos. ISSN 1677 – 1125. Disponível em <<http://www.geociencias.ufpb.br/logepa>>. Acesso em dezembro de 2007.

SALLES, Teresa. Pobreza e cultura política da dádiva. In: CAVALCANTI, H.; BURITY, J. (Orgs). **Polifonia da miséria**: uma construção de novos olhares. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/CNPq/Banco do Nordeste, 2002. p. 255-269.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1984. P. 25-67

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia à uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1986. 236 p.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da Reforma Agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio. (Orgs). **Capturando a terra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. P. 285-311.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: Editora Brasileira da Ciência. N. 26, 1980. p. 43-80.

_____. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Tradução Horácio Gonzáles Trejo. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

SILVA, José Graziano da. A pequena produção e as transformações na agricultura familiar. In: **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 126-141. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. Agricultura e crescimento econômico. In: **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 17-32. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 137-143.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

_____. A modernização conservadora dos anos 70. In: SILVA, Jose Graziano da. (Org). **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 87-135

_____. Tecnologia e campesinato. In: **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 137-174.

_____. Resistir, Resistir, Resistir: Considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 209-228.

_____. **O que é questão agrária**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 108 p. (Primeiros Passos, 18).

SILVA, José Graziano da; BASALDI, O. Menos trabalho no campo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 jan. 1998. Seção Espaço Aberto. Suplemento Agrícola.

SOARES, Ana Bernadete de Carvalho Accioly. *et al.* Políticas Públicas de combate à pobreza rural: dilemas e perspectivas. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS, 9., 2003, Aracaju. ANAIS ELETRÔNICOS... Aracaju: AGB, 2003. Espaço de Diálogo. 1 CD.

_____. A Paisagem Agrária Paraibana: análise das manifestações culturais, das práticas de resistência e das condições de Trabalho. RELATÓRIO FINAL DE

ATIVIDADES – AGOSTO DE 2003 A AGOSTO DE 2004. PIBIC/CNPq. João Pessoa, 2004. (mimeo)

_____. **Pobreza no campo:** desafio às políticas de Estado. Monografia (Graduação em Geografia). 84 p. Universidade Federal da Paraíba. 2003.

SOUZA, Carlos Fernandes Mathias de. O costume. In: **Correio Braziliense**. Suplemento Direito e Justiça. Ponto Final. Disponível em <http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-03-19/mat_31196.htm>. Acesso em setembro de 2007.

SOUZA & SUERTEGARAY. Estratégias de sobrevivência do pequeno produtor em áreas sujeitas à desertificação. In: SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO-CABOVERDIANO. Agricultura familiar em regiões com risco à desertificação. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, 2006. 01 CD.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil. In: **POLIS**. Estudos, formação e assessoria em Políticas Sociais. Programas de Renda Mínima no Brasil. Impactos e potencialidades. São Paulo: POLIS, 1998. p. 1-23.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 116-173.

THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. In: **CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE**. Políticas Públicas, Territórios e Populações Indígenas. Sociólogos Americanos, Família e Gênero. História Oral e História de Vida. Editora Hucitec, 1993.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **CADERNOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. Vol. 13, n. 3. Brasília, DF: Embrapa, 1996. P. 383-404.

_____. Diretrizes para uma nova política agrária. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998, Fortaleza. Disponível em <<http://www.econ.fez.nsp.br/.../artigoscientificos>>. Acesso em 01 abr. 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo, autoritarismo e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., GT17. Caxambu-MG: [s.n.], out. 1996. 18p.

_____. O camponês: um trabalhador para o capital. In: **Cadernos para difusão e tecnologia**. Vol. 2. Brasília: Ministério da Agricultura/EMBRAPA, jan/abr 1985, p. 13-78.

WOLF, Eric Robert. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se “neguceia”. O campesinato como ordem moral. In: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/87**. Brasília: Ed. Universidade/Tempo Brasileiro, 1990. P. 11-71.

_____. ; WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra**. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

Sites pesquisados

Banco Mundial (**BIRD**): <<http://web.worldbank.org>>.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (**CONDRAF**): <<http://www.mda.gov.br/condraf>>

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (**DIEESE**): <<http://www.dieese.org.br>>

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A (**EMEPA**): <<http://www.emepa.org.br>>

Federação de Municípios Paraibanos (**FAMUP**): <<http://www.famup.com.br>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**): <<http://www.ibge.gov.br>>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**): <<http://www.ipea.gov.br>>

Instituto de Terras e Planejamento Agrícola (**INTERPA**): <<http://www.interpa.pb.gov.br>>

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (**IDEME**): <<http://www.ideme.pb.gov.br>>

Instituto de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**): <<http://www.incra.gov.br>>

Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**): <<http://www.mda.gov.br>>

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**MDS**);
<<http://www.mds.gov.br>>.

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (**NEAD**): <<http://www.nead.org.br>>

Portal **SciELO**: <<http://www.scielo.org>>

Revistas Eletrônicas da **CAPES**: <<http://www.periodicos.capes.org.br>>

Secretaria de Agricultura Familiar (**SAF**): <<http://www.mda.gov.br/saf>>

Secretaria do Reordenamento Agrário (**SRA**): <<http://www.mda.gov.br/sra>>

Secretaria de Desenvolvimento Territorial (**SDT**): <<http://www.mda.gov.br/sdt>>

ANEXOS

APÊNDICES